

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	13
3.4 - Política destinação de resultados	14
3.5 - Distribuição de dividendos	16
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	17
3.7 - Nível de endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	20

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	22
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	39
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	42
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	44
4.5 - Processos sigilosos relevantes	45
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	46
4.7 - Outras contingências relevantes	47
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	48

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	49
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	56
5.3 - Descrição - Controles Internos	58

Índice

5.4 - Programa de Integridade	60
5.5 - Alterações significativas	63
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	64
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	65
6.3 - Breve histórico	66
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	67
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	68
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	69
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	78
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	79
7.3 - Produção/comercialização/mercados	80
7.4 - Principais clientes	83
7.5 - Efeitos da regulação estatal	84
7.6 - Receitas relevantes no exterior	86
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	87
7.8 - Políticas socioambientais	88
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	89
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	90
8.2 - Alterações na condução de negócios	91
8.3 - Contratos relevantes	92
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	93
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	94
9.1.a - Ativos imobilizados	95
9.1.b - Ativos Intangíveis	96
9.1.c - Participação em sociedades	97
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	98
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	99

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	123
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	125
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	126
10.5 - Políticas contábeis críticas	127
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	129
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	130
10.8 - Plano de Negócios	131
10.9 - Outros fatores com influência relevante	133
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	134
11.2 - Acompanhamento das projeções	135
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	136
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	142
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	146
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	147
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	148
12.7/8 - Composição dos comitês	151
12.9 - Relações familiares	154
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	155
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	156
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	157
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	158
13.2 - Remuneração total por órgão	164
13.3 - Remuneração variável	167
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	170
13.5 - Remuneração baseada em ações	173
13.6 - Opções em aberto	174
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	176
13.8 - Precificação das ações/opções	177

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	179
13.10 - Planos de previdência	180
13.11 - Remuneração máx, mín e média	181
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	182
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	183
13.14 - Remuneração - outras funções	184
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	185
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	186
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	187
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	189
14.3 - Política remuneração dos empregados	190
14.4 - Relações emissor / sindicatos	191
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	192
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	193
15.3 - Distribuição de capital	197
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	198
15.5 - Acordo de Acionistas	199
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	200
15.7 - Principais operações societárias	201
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	202
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	203
16.2 - Transações com partes relacionadas	204
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	219
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	220
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	221
17.2 - Aumentos do capital social	222
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	223
17.4 - Redução do capital social	224

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	225
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	226
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	227
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	228
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	229
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	230
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	231
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	232
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	233
18.8 - Títulos emitidos no exterior	234
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	235
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	236
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	237
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	238
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	239
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	240
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	241
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	242
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	243
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	244
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	245
21.3 - Responsáveis pela política	248
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	249

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Frederico José Humberg

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
Cargo do responsável

Frederico José Humberg

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Frederico José Humberg

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores**1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores**

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Frederico José Humberg
Cargo do responsável Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Frederico José Humberg

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

As declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores estão descritas, respectivamente, nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	27/09/2017
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados foram (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019e 2018; (ii) revisão das informações contábeis intermediárias, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, referentes aos períodos findos e/ou á findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021; e (iii) procedimentos previamente acordados no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O total da remuneração aos auditores contratada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, correspondeu a R\$570.838,66 em serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Ronaldo Aoki	05/08/2020	215.063.118-06	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 Torre Norte, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (5511) 25733181, e-mail: ronaldo.aoki@br.ey.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	26.656.000,00	26.038.000,00	1.312.000,00	84.000,00
Ativo Total	360.787.000,00	263.720.000,00	43.720.000,00	23.679.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	285.232.000,00	1.368.190.000,00	386.486.000,00	155.261.000,00
Resultado Bruto	17.688.000,00	65.765.000,00	15.403.000,00	1.183.000,00
Resultado Líquido	4.747.000,00	25.623.000,00	2.100.000,00	-2.334.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	1.100.000	1.100.000	1.100.000	1.100.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	24,230000	23,670000	1,190000	0,080000
Resultado Básico por Ação	4,320000	23,290000	1,910000	-2,120000
Resultado Diluído por Ação	4,32	23,29	1,91	-2,12

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

(a.1) LAJIDA, Margem LAJIDA, LAJIDA Ajustado e Margem LAJIDA Ajustado

O LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 2 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"). O LAJIDA consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social e pela depreciação e amortização.

A Margem LAJIDA é calculada como o LAJIDA dividido pela receita líquida de vendas.

O LAJIDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao LAJIDA ajustado (i) pelo resultado de variação cambial líquida; (ii) pelas despesas incorridas na obtenção do registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e (iii) despesas com consultoria jurídica para aceleração da recuperação de créditos de PIS e da COFINS detidos pela Companhia.

A Margem LAJIDA Ajustado é calculada como o LAJIDA dividido pela receita líquida de vendas.

O LAJIDA, a Margem LAJIDA Ajustado, o LAJIDA Ajustado e a Margem LAJIDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A Companhia utiliza essas medições não contábeis como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o LAJIDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527 não seja adotado por outras sociedades, o LAJIDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao LAJIDA divulgado por outras sociedades.

Essas medições não contábeis não devem ser consideradas como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa, indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias.

O LAJIDA, a Margem LAJIDA, o LAJIDA Ajustado e a Margem LAJIDA Ajustado da Companhia nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 e para os exercícios findos em 31 de dezembro 2020, 2019 e 2018 estão demonstrados abaixo:

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31 de março de		31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
LAJIDA	14.651	13.917	50.068	10.355	(1.188)
LAJIDA Ajustado	8.831	3.977	45.497	8.445	2.744
Margem LAJIDA	5,1%	14,4%	3,7%	2,7%	-0,8%
Margem LAJIDA Ajustado	3,1%	4,1%	3,3%	2,2%	1,8%

(a.2) Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Bruta é calculada como a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e operações de *non-deliverable forwards* ("NDF") passivas.

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde a Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, estoques e operações de *non-deliverable forwards* ativas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

A Companhia deduz da Dívida Bruta os valores dos estoques de grãos em condições imediatas de comercialização (estoques), compreendendo produtos agrícolas por nós vendidos e rapidamente conversíveis em caixa pelas suas características de alta liquidez, disponibilidade para retirada imediata e com mecanismos de preços cotados em bolsas internacionais. Excluir os estoques para cálculo da dívida líquida é necessário em função da sua liquidez além do seu potencial uso durante o período de safra como garantia para captação de novos empréstimos e financiamentos junto aos bancos. Nossa Administração acredita que esta medida representa uma medida adequada da capacidade de solvência da Companhia e de nossa alavancagem financeira.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Segue abaixo os valores da Dívida Bruta e da Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(Em milhares de reais)	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2018
Dívida Bruta	83.076	72.348	28.424	16.661
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(52.537)	(46.629)	12.792	10.974

(a.3) Retorno sobre o ativo médio

O retorno sobre o ativo médio consiste no lucro líquido (prejuízo) dividido pela média aritmética do total do ativo no final do período/exercício e o total do ativo no início do período/exercício.

O retorno sobre o ativo médio não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o retorno sobre o ativo médio de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

Segue abaixo os valores do Retorno sobre o Ativo Médio da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

	Período de três meses findo em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Retorno sobre o ativo médio	1,5%	16,7%	6,2%	-12,1%

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas****(b.1) LAJIDA, Margem LAJIDA, LAJIDA Ajustado e Margem LAJIDA Ajustado**

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) consolidado da Companhia para o LAJIDA, Margem LAJIDA, LAJIDA Ajustado e Margem LAJIDA Ajustado para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, bem como para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Medições não contábeis (Em milhares de reais, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo)	4.747	3.008	25.623	2.100	(2.334)
(+) Resultado financeiro	7.417	10.741	13.882	4.306	1.891
(+/-) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	2.443	138	10.422	3.884	(786)
(+) Depreciação e amortização	44	30	141	65	41
LAJIDA	14.651	13.917	50.068	10.355	(1.188)
(-) Resultado de variação cambial líquida ⁽¹⁾	(5.820)	(9.940)	(7.760)	(2.035)	(460)
(+) Efeito comercial do <i>Trade-war</i> entre os EUA x China ⁽²⁾	-	-	-	-	4.392
(+) Despesas relativas ao pedido de registro de companhia aberta ⁽³⁾	-	-	2.619	-	-
(+) Despesas relativas à implantação de ERP ⁽⁴⁾	-	-	107	125	-
(+) Despesas com consultoria jurídica ⁽⁵⁾	-	-	463	-	-
LAJIDA Ajustado	8.831	3.977	45.497	8.445	2.744
Receita líquida de vendas	285.232	96.539	1.368.190	386.486	155.261
Margem LAJIDA	5,1%	14,4%	3,7%	2,7%	-0,8%
Margem LAJIDA Ajustado	3,1%	4,1%	3,3%	2,2%	1,8%

- (1) A Administração da Companhia tem como prática ajustar o resultado de variação cambial líquida embutido no resultado financeiro líquido, uma vez que entende que toda a exposição cambial ao qual a Companhia está exposta, faz parte da operação e dispõe uma melhor representação da maneira como é gerida a geração de caixa.
- (2) Este ajuste refere-se à disputa comercial entre China e Estados Unidos que teve início após o ex-presidente norte-americano, Donald Trump, anunciar, em março de 2018, uma lista de tarifas totalizando US\$ 50 bilhões sobre importações provenientes da China, baseando-se na Lei de Comércio de 1974 e citando um histórico chinês de "práticas comerciais desleais" e roubo de propriedade intelectual. Em retaliação, o governo chinês impôs tarifas em mais de 128 produtos norte-americanos, incluindo, principalmente, a soja, uma importante exportação dos Estados Unidos para a China. Desta forma, este impasse entre estes dois países impactaram a Companhia, principalmente, de duas formas em 2018, a saber: (a) redução dos prêmios dos produtos NONGMO; e (b) impactos no prêmio sobre o preço do produto em Paranaguá (*Papel Paranaguá*).
- (3) Refere-se a despesas relativas à solicitação do pedido de registro de companhia aberta junto à CVM, principalmente, despesas com honorários advocatícios e serviços profissionais de terceiros (consultores).
- (4) Refere-se à despesa com consultoria especializada durante o último trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020 para a implementação de um sistema de *BackOffice* (ERP) especializado no controle e gestão de *commodities*.
- (5) Refere-se à despesa com consultoria jurídica para a recuperação de créditos de PIS/COFINS detidos pela Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**(b.2) Reconciliação da Dívida Líquida**

A tabela abaixo demonstra a reconciliação da Dívida Bruta e da Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(Em milhares de reais)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (circulante)	75.180	61.730	27.271	16.285
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	1.502	1.502	-	-
Operações de <i>non-deliverable forward</i> passivas	6.394	9.116	1.153	376
Dívida Bruta	83.076	72.348	28.424	16.661
Caixa e equivalentes de caixa	(71.303)	(104.573)	(10.193)	(4.234)
Estoques ⁽¹⁾	(60.464)	(2.032)	(2.331)	(1.453)
Operações de <i>non-deliverable forward</i> ativas	(3.846)	(12.372)	(3.108)	-
(Caixa Líquido) Dívida líquida	(52.537)	(46.629)	12.792	10.974
Patrimônio líquido	26.656	26.038	1.312	84
Índice de alavancagem financeira ⁽²⁾	(1,97)	(1,79)	9,75	130,64

- (1) A Companhia deduz da Dívida Bruta os valores dos estoques de grãos em condições imediatas de comercialização (estoques), compreendendo produtos agrícolas por nós vendidos e rapidamente conversíveis em caixa pelas suas características de alta liquidez, disponibilidade para retirada imediata e com mecanismos de preços cotados em bolsas internacionais. Excluir os estoques para cálculo da dívida líquida é necessário em função da sua liquidez além do seu potencial uso durante o período de safra como garantia para captação de novos empréstimos e financiamentos junto aos bancos. Nossa Administração acredita que esta medida representa uma medida adequada da capacidade de solvência da Companhia e de nossa alavancagem financeira.
- (2) Índice de alavancagem financeira é calculado pela divisão da Dívida Líquida (Caixa Líquido) pelo patrimônio líquido consolidado da Companhia.

(b.3) Retorno sobre o ativo médio

(em milhares de reais, exceto %s)	Em e/ou no período de 3 meses findo em 31 de março de		Em e/ou no exercício findo em 31 de dezembro de	
	2021	2020	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo)	4.747	25.623	2.100	(2.334)
<i>Total do ativo final</i>	<i>360.787</i>	<i>263.720</i>	<i>43.720</i>	<i>23.679</i>
<i>Total do ativo inicial</i>	<i>263.720</i>	<i>43.720</i>	<i>23.679</i>	<i>15.035</i>
Total do ativo médio	312.254	153.720	33.700	19.357
Retorno sobre o Ativo	1,5%	16,7%	6,2%	-12,1%

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

LAJIDA, Margem LAJIDA, LAJIDA Ajustado e Margem LAJIDA Ajustado

Os Diretores da Companhia entendem que o LAJIDA é uma medição não contábil, adicional às demonstrações financeiras da Companhia, importante para a análise do desempenho operacional e financeiro da Companhia, na tomada de decisões administrativas necessárias ao gerenciamento do negócio e para a comparação do desempenho da Companhia com seus concorrentes em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros; (ii) alterações na carga tributária sobre o lucro, bem como, (iii) pela depreciação e amortização, sendo uma medida não contábil normalmente utilizada por investidores, analistas de mercado e concorrentes.

A Companhia entende que a Margem LAJIDA é uma medição não contábil, adicional às demonstrações financeiras da Companhia, importante para a avaliação das operações, pois demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades operacionais do negócio e permite a comparabilidade entre os diversos períodos.

Os Diretores da Companhia entendem que o LAJIDA Ajustado e a Margem LAJIDA Ajustado são medidas não contábeis, adicionais às demonstrações financeiras da Companhia, apropriadas para a compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional e para embasar decisões de natureza administrativa. Além disso, os Diretores da Companhia acreditam que o LAJIDA Ajustado oferece aos investidores, analista de mercado e demais interessados uma visão da estrutura financeira da Companhia em termos de *performance*.

O LAJIDA, a Margem LAJIDA, o LAJIDA Ajustado e a Margem LAJIDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser consideradas como alternativas ou substitutos ao lucro líquido (prejuízo), aos fluxos de caixa ou como medidas de desempenho operacional ou de liquidez nem como base para a distribuição de dividendos. O LAJIDA, a Margem LAJIDA, o LAJIDA Ajustado e a Margem LAJIDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar o resultado financeiro, os impostos sobre o lucro, despesas de depreciação e amortização e demais despesas consideradas pela Administração da Companhia como não recorrentes e/ou extraordinárias, que, por sua vez, podem afetar adversamente o resultado da Companhia. Estas medidas não contábeis não possuem uma definição padrão, e as definições aqui utilizadas podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras empresas.

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

Os Diretores da Companhia entendem que as medições não contábeis de Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido) são úteis na avaliação do grau de alavancagem financeira da Companhia.

Retorno sobre o ativo médio.

Os Diretores da Companhia entendem que o Retorno sobre ativo é uma métrica complementar as demais métricas da empresa, principalmente para assegurar a produtividade plena de seus recursos, maximizando a criação de valor para seus acionistas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Os eventos subsequentes às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, constantes no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, emitidas em 27 de abril de 2021, foram:

Em 12 de abril de 2021, a Companhia através de Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a proposta da administração para destinação adicional de recursos nos montantes referidos na Nota 12 às referidas demonstrações financeiras intermediárias a distribuição total dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 passou a ser de R\$ 5.497 mil.

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.725 mil, registrados em 31 de março de 2020, referentes às discussões judiciais para recuperação da performance de contratos físico de grãos foram recuperados durante o mês de abril com a devida recuperação destes contratos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2020	2019	2018
a. regras sobre retenção de lucros	Observado que até o mês de maio do exercício em questão a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada, de acordo com o Contrato Social da Companhia vigente à época, o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes de 90% (noventa por cento) do capital social, sem previsão de regras específicas para retenção de lucros. A partir de junho de 2020, nos termos do Estatuto Social, todo o lucro líquido não destinado a reserva legal, nos limites previstos no Estatuto Social, ou à distribuição a título de dividendo anual mínimo obrigatório, será objeto de proposta de destinação a ser apresentada pela Diretoria, nos termos do § 3º do artigo 176 da Lei das S.A..	Observado que durante o exercício em questão a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada, de acordo com o Contrato Social da Companhia vigente à época, o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes de 90% (noventa por cento) do capital social, sem previsão de regras específicas para retenção de lucros.	Observado que durante o exercício em questão a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada, de acordo com o Contrato Social da Companhia vigente à época, o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes de 90% (noventa por cento) do capital social, sem previsão de regras específicas para retenção de lucros.
a.i. valores das retenções de lucros	A Companhia destinou o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma: (i) R\$ 13.409 mil para aumento de capital; (ii) R\$ 398 mil para reserva legal; (iii) R\$208 mil compensaram prejuízos acumulados; e (iv) R\$10.240 mil foram retidos como reserva de lucros.	A Companhia era uma sociedade limitada durante o exercício em questão e não havia previsão específica para retenção de lucros para o exercício em questão.	A Companhia era uma sociedade limitada durante o exercício em questão e não havia previsão específica para retenção de lucros para o exercício em questão.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	94,7%	0%	0%

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2020	2019	2018
b. regras sobre distribuição de dividendos	A partir da transformação da Companhia em sociedade anônima, em maio de 2020, o Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório relativas à destinação de resultados.	De acordo com o Contrato Social da Companhia (à época constituída sob a forma de sociedade limitada), o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes de 90% (noventa por cento) do capital social, observado que a distribuição de resultados seria limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, salvo se percentual superior fosse aprovado por sócios representantes de pelo menos 90% (noventa por cento) do capital social).	De acordo com o Contrato Social da Companhia (à época constituída sob a forma de sociedade limitada), o lucro apurado em cada exercício social teria o destino determinado pelos sócios representantes de 90% (noventa por cento) do capital social, observado que a distribuição de resultados seria limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, salvo se percentual superior fosse aprovado por sócios representantes de pelo menos 90% (noventa por cento) do capital social).
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A partir da transformação da Companhia em sociedade anônima, em maio de 2020, a periodicidade das distribuições de dividendos foi definida como anual.	Considerando que, à época, a Companhia era uma sociedade limitada, os sócios realizavam retiradas mensais a título de antecipação de dividendos.	Considerando que, à época, a Companhia era uma sociedade limitada, os sócios realizavam retiradas mensais a título de antecipação de dividendos.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.
e. política de destinação de resultados	A partir da transformação da Companhia em sociedade anônima, em maio de 2020, o Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório relativas à destinação de resultados.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, à época constituída sob a forma de sociedade limitada, não possuía qualquer política ou disposição adicional ao Contrato Social relativas à destinação de resultados.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, à época constituída sob a forma de sociedade limitada, não possuía qualquer política ou disposição adicional ao Contrato Social relativas à destinação de resultados.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil (2020/2021)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	0,00	25.225.000,00	1.084.000,00	-2.334.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	5,430000	119,190000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	1.368.500,00	1.292.000,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	24.255.000,00	808.000,00	0,00
Data da aprovação da retenção		12/04/2021		

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária		0,00			0,00		0,00	
Outros								
Ordinária			12.000,00	17/02/2020				
Ordinária			100.000,00	02/03/2020				
Ordinária			17.000,00	09/03/2020				
Ordinária			50.000,00	01/04/2020				
Ordinária			100.000,00	03/04/2020				
Ordinária			75.000,00	04/05/2020				
Ordinária			75.000,00	01/06/2020				
Ordinária			75.000,00	03/08/2020				
Ordinária			75.000,00	01/09/2020				
Ordinária			75.000,00	01/10/2020				
Ordinária			15.000,00	23/10/2020				
Ordinária			60.000,00	30/10/2020				
Ordinária			75.000,00	04/11/2020				
Ordinária			75.000,00	01/07/2020				
Ordinária			7.000,00	02/01/2020				
Ordinária			80.000,00	06/01/2020				
Ordinária			50.000,00	14/01/2020				
Ordinária			200.000,00	31/01/2020				
Ordinária			5.000,00	03/02/2020				
Ordinária			100.000,00	05/02/2020				
Ordinária			7.500,00	10/02/2020				
Ordinária			40.000,00	31/12/2020				

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

(Reais)	Período de três meses findo em 31/03/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Dividendos distribuídos a conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores	(4.129.000)	0,00	0,00	(870.000)

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2021	334.131.000,00	Índice de Endividamento	12,53492647	
31/12/2020	237.682.000,00	Índice de Endividamento	9,12827406	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (31/03/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		75.180.000,00	1.502.000,00	0,00	0,00	76.682.000,00
Total			75.180.000,00	1.502.000,00	0,00	0,00	76.682.000,00

Observação

As informações prestadas neste item se referem aos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		61.730.000,00	1.502.000,00	0,00	0,00	63.232.000,00
Total			61.730.000,00	1.502.000,00	0,00	0,00	63.232.000,00

Observação

As informações prestadas neste item se referem aos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Informações Adicionais: Distribuição de Dividendos e Retenção de Lucros

Com relação às informações prestadas nos itens 3.4, 3.5 e 3.6 acima, a Companhia esclarece que ela foi originalmente constituída sob a forma de sociedade limitada, tendo sido convertida em sociedade por ações em 31 de maio de 2020. Nesse sentido, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, eram observadas as regras de distribuição e retenção de lucros, conforme descritas no item 3.4 acima. Sem prejuízo, em 31 de julho de 2020, os acionistas da Companhia deliberaram, em assembleia geral ordinária, dentre outros assuntos, pela (1) aprovação da destinação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$2.139.669,10, já descontadas as quantias previstas em lei, da seguinte forma: (i) distribuição de dividendos proporcionais aos seus acionistas em moeda corrente nacional, no decorrer do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 no valor total de R\$1.368.500,00; (ii) retenção pela Companhia do saldo remanescente do lucro líquido apurado, já descontadas as distribuições mencionadas no item anterior, no valor de R\$771.169,10, conforme proposta da administração e alocado na conta de reserva de lucros da Companhia; e (2) ratificação da distribuição de dividendos realizada antecipadamente no primeiro semestre de 2020 aos então sócios da Companhia, no valor total de R\$878.500,00 integralmente pago em moeda corrente nacional. Em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia deliberaram, em assembleia geral extraordinária, dentre outros assuntos, pela aprovação da proposta de aumento de capital social da Companhia mediante a capitalização da reserva de lucros da Companhia.

A Ata da Assembleia Ordinária, realizada em 31 de julho de 2020 e devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 401.223/20-6 (“AGO 2020”) deliberou e aprovou alguns itens que foram retificados na Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2021, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 44.121/21-7 (“AGOE 2021”), a aprovação da destinação do resultado líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 2.099.669,10 (dois milhões, noventa e nove mil, seiscentos e sessenta e nove reais e dez centavos), o qual será destinado para absorção dos prejuízos acumulados e para a distribuição de dividendos desproporcionais aos seus acionistas em moeda corrente nacional, a qual foi realizada antecipadamente no decorrer de 2019 à título de dividendos intermediários. Na mesma oportunidade, foi aprovado a retificação da distribuição de dividendos intermediários aos acionistas no valor total de R\$ 1.368.500,00 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais), podendo ocorrer de forma desproporcional às quotas existentes à época do encerramento do exercício social de 2020.

Informações Adicionais Sobre COVID-19 - efeitos do coronavírus sobre a Companhia

A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da pandemia da COVID-19 nos mercados mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia está monitorando todos os possíveis impactos de curto, médio e longo prazo e tomando as devidas medidas com relação a sua operação e manutenção da solidez de seu balanço.

As consequências adversas da atual pandemia ocorreram (e continuam ocorrendo) após a emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e das demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, em razão de serem eventos recentes, até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que a Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto da pandemia da COVID-19 em seus negócios além daqueles apresentados em suas demonstrações financeiras e demonstrações financeiras intermediárias.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2021 foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 6.110.342, 66 relativos ao saldo de lucros apurados pela Companhia no exercício de 2020 a serem pagos exclusivamente aos acionistas Frederico José Humberg e Humberg Consultoria Empresarial Eireli até 15 de dezembro de 2021.

Desdobramento de ações

Além disso, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2021, foi aprovado o desdobramento de 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 1:80, por meio do qual cada ação ordinária passará a ser representada por 80 (oitenta) ações ordinárias, passando o capital social a ser dividido em 88.000.000 (oitenta e oito milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conferindo aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações desdobradas.

Em complementação às informações prestadas no item 3.1, apresentamos abaixo os valores considerando os efeitos do desdobramento de ações mencionado acima, ocorrido após a divulgação de nossas Informações Trimestrais – ITR, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021:

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício	Exercício	Exercício
	(31.03.2021)	social	social	social
	(31/12/2020)	(31/12/2019)	(31/12/2018)	
Patrimônio Líquido	26.656.000	26.038.000	1.312.000	84.000
Ativo Total	360.787.000	263.720.000	43.720.000	23.679.000
Receita Líquida de vendas	285.232.000	1.368.190.000	386.486.000	155.261.000
Resultado Bruto	17.688.000	65.765.000	15.403.000	1.183.000
Resultado Líquido	4.747.000	25.623.000	2.100.000	(2.334.000)
Número de Ações, Ex-Tes.(Unidades)	88.000.000	88.000.000	88.000.000	88.000.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais por ação)	0,30	0,30	0,01	0,00
Resultado Básico por Ação	0,05	0,29	0,02	(0,03)
Resultado Diluído por Ação	0,05	0,29	0,02	(0,03)

Opções de compra com relação às Ações

No último mês de julho/2021, com exceção do Sr. Luis Rodrigo de Almeida Gois Bicarato, foram exercidas as respectivas opções de compra com relação às Ações Vestidas, conforme detalhado no item 13.1. O Sr. Luis Rodrigo tem até o dia 28 de julho de 2021 para exercer as opções vestidas. Caso em que se tornará um Acionista Vendedor nesta Oferta.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o período findo em 31 de março de 2021, não efetuou o registro dos impactos das ações vestidas decorrentes das opções de compra tendo em vista que estes valores não foram considerados materiais pela administração conforme divulgado nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras. Os valores dos impactos calculados pela Companhia foram de R\$250 mil e R\$171 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao Emissor

A atividade da Companhia apresenta riscos operacionais relevantes que se materializados podem resultar na paralisação parcial de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condições financeiras.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos operacionais, os quais podem causar a paralisação de suas atividades. Para o desenvolvimento dos seus negócios, a Companhia depende da contínua operação logística, que contempla estradas, ferrovias, armazéns, portos, entre outros. Tais operações podem ser interrompidas por fatores exógenos, como, por exemplo, ocorrências de movimentos sociais, desastres naturais, quedas de energia e greves. A Companhia celebra contratos com terceiros para prestação de serviços de transporte e logística necessários para as suas operações. Por consequência, a rescisão ou término desses ou a incapacidade da Companhia em renová-los ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços em condições semelhantes poderá afetar significativamente a sua situação financeira e operacional. Além disso, a maioria dos prestadores de serviços de transporte e logística da Companhia atuam sob registro perante o governo brasileiro e a perda ou não renovação de tais registros podem afetar adversamente a situação financeira e operacional da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, ainda não é possível assegurar a extensão dos impactos futuros da COVID-19 para a operação de nossos negócios. Temos conhecimento de que os impactos da pandemia da COVID-19 são incertos e poderão afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa.

Riscos inerentes ao Transporte e Manuseio dos Produtos

As deficiências da malha rodoviária, ferroviária ou hidroviária, tais como estradas sem asfalto ou sem manutenção, insuficiência de ferrovias, principalmente nas regiões mais distantes do porto, ocasionam altos custos de logística no envio dos produtos. Da mesma forma, a falha ou imperícia no manuseio dos insumos para transporte, seja por meio de trens, caminhões ou embarcações, pode acarretar perdas ou danos aos produtos. As constantes mudanças climáticas, como excessos de chuva, vêm ocasionando piora no estado de conservação das estradas, o que pode acarretar um aumento do número de acidentes no transporte dos produtos e consequente perda de produção acima do previsto. Os portos, por sua vez, muitas vezes não conseguem escoar toda a produção no período de envio dos produtos, devido a filas e demora na exportação. Neste sentido, caso ocorram interrupções devido aos riscos inerentes ao transporte e manuseio dos produtos podem vir a causar impactos materiais adversos sobre os negócios da Companhia.

Riscos inerentes ao Escoamento dos Produtos.

Em 2020 a Companhia embarcou 85% (oitenta e cinco por cento) de seu volume exportado através dos sistemas da HBSA e da Rumo. Embora as duas empresas sejam grandes operadores e tenham bastante capacidade ociosa, o crescimento das safras de milho e soja poderá diminuir a capacidade ociosa dos sistemas e, com isso, prejudicar o embarque dos volumes exportados da Companhia, podendo sofrer atrasos consideráveis em sua exportação.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Eventuais atrasos motivados, por exemplo, por greves nas alfândegas, portos, aeroportos, rodovias, na Secretaria da Receita Federal do Brasil ou Polícia Federal podem afetar adversamente as operações da Companhia.

Tendo em vista que uma parcela dos produtos que a Companhia exporta em suas operações é enviada para o exterior e importada por seus clientes para revenda no mercado, eventuais atrasos causados por, por exemplo, greves nas alfândegas, portos, aeroportos, rodovias, Secretaria da Receita Federal do Brasil ou na Polícia Federal podem afetar a disponibilidade desses produtos em estoque. A falta de produtos pode afetar negativamente e de forma adversa as operações da Companhia, afetando a sua reputação junto a seus clientes, e assim, os resultados operacionais da Companhia.

A volatilidade e incertezas nos preços dos fretes rodoviários podem afetar as margens operacionais de negócio da Companhia.

Os preços de fretes rodoviários estão historicamente sujeitos à volatilidade, podendo continuar dessa forma no futuro. A contratação pela Companhia do frete rodoviário é realizada apenas no momento do carregamento e o valor do frete efetivamente cobrado pode ficar acima ou abaixo do valor de frete inicialmente orçado. Desta forma, as variações de valores de frete rodoviário podem afetar adversamente as margens operacionais de negócio da Companhia.

O crescimento futuro da Companhia poderá exigir o aporte de recursos adicionais, que poderão não estar disponíveis ou, caso disponíveis, poderão não ser em condições satisfatórias. Uma das opções para obtenção de capital adicional é por meio da emissão de valores mobiliários, podendo resultar na diluição da participação do acionista em seu capital social

A Companhia necessita de investimentos significativos a fim de implementar suas estratégias de crescimento. Nesse sentido, a Companhia pode precisar levantar recursos adicionais provenientes de emissão de valores mobiliários, de títulos de dívida ou de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras ou ainda por meio da venda de ativos. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que eles estarão mobilizados em condições e montantes satisfatórios, particularmente tendo em vista a pandemia da COVID-19, ou ainda, que não será afetada por eventual redução na classificação de risco de crédito. A falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá ter efeitos adversos nos resultados da Companhia, aumentar o seu custo de capital, prejudicar sua capacidade de implementar seu plano de investimento e sua estratégia de crescimento, assim como restringir o crescimento e desenvolvimento futuros e suas atividades.

A perda de membros da alta administração da Companhia, ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrar seus quadros, pode ter um efeito adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços e desempenho de sua alta administração. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo do seu crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros da alta administração da Companhia ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A estratégia de gestão de riscos poderá não ser eficaz

Os negócios da Companhia são afetados por oscilações nos preços das commodities agrícolas, fretes, preços de energia, taxas de juros e câmbio. Alguns dos métodos de gestão de riscos baseiam-se no uso do comportamento histórico do mercado. Essa exposição poderá derivar, por exemplo, de fatores que a Companhia não foi capaz de prever ou de avaliar corretamente em seus modelos estatísticos, o que limitará a capacidade de administrar os riscos associados aos seus negócios. Em consequência, as perdas poderão ser significativamente maiores do que as indicadas no histórico. Além disso, o modelo quantificado não abrange todos os riscos. Todos esses fatores podem causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em consequência do descasamento de prazos ou de volume entre os recebimentos e pagamentos

O Risco de Liquidez se materializa com a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em consequência do descasamento de prazos ou de volume entre os recebimentos e pagamentos.

Caso a Companhia não seja capaz de honrar seus compromissos de forma devida ou tempestiva, assim como observar a sua política de gestão de liquidez nos termos acima, seus resultados poderão ser afetados, assim como pode não ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Para mais informações, ver Seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

As legislações previdenciária e trabalhista no Brasil e o risco de eventual responsabilização solidária ou subsidiária da Companhia por dívidas trabalhistas de terceirizados.

Até o momento a Companhia não possui empregados contratados, via regime celetista, para prestação de determinados serviços, como transportes, segurança, dentre outros, sendo que 100% de suas contratações relacionadas a esses serviços são de pessoas jurídicas especializadas. Caso a legalidade da contratação destes indivíduos seja questionada judicialmente e se for demonstrada a existência dos requisitos para caracterização do vínculo empregatício na relação entre estes indivíduos e a Companhia, a mesma estará sujeita a eventuais contingências, podendo ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas dessas empresas e ser, eventualmente, obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, o que poderá ter um efeito adverso sobre os seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Além disso, a Companhia está exposta a outras eventuais contingências decorrentes da estrutura de contratação de terceiros prestadores de serviços. Essas contingências podem envolver reivindicações por empregados de prestadores de serviços terceirizados diretamente contra a Companhia, como se esta fosse a empregadora direta de tais empregados, bem como reivindicações contra a Companhia por responsabilidade solidária ou subsidiária, inclusive decorrente de acidente de trabalho, questionamentos sobre as medidas de segurança adotadas ou sobre eventual alegação de exposição de trabalhador e negligência da Companhia em relação a saúde de seus colaboradores, necessidade de equiparação salarial e pagamento de horas extras. Se parcela significativa dessa contingência se materializar e tiver resultado desfavorável à Companhia, esta terá um passivo para o qual não constituiu provisões e que pode causar um efeito adverso relevante em seus negócios, na sua condição financeira e operacional.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A extensão, percepção e maneira pela qual a pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros que são incertos e imprevisíveis e que podem ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxo de caixa, bem como em nossa capacidade de continuar operando.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, na China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 uma pandemia como resultado de sua dispersão global. A pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbações significativas. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições ao movimento de pessoas e medidas de distanciamento social, que podem continuar por um período significativo.

A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos do mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito. Por exemplo, como resultado do aumento da volatilidade, o disjuntor do B3 foi acionado oito vezes em março de 2020 e o valor dos ativos na bolsa foi afetado negativamente. As preocupações do mercado podem resultar em liquidez reduzida e acesso a financiamento nos mercados locais e internacionais, afetando a Companhia material e adversamente.

As medidas adotadas pelas autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, para estabilizar os mercados e apoiar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar o aumento da volatilidade ou evitar reduções severas na atividade econômica. Uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, que resultou em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que o surto diminuiu, tem potencial para diminuir a demanda pelos nossos produtos. Como resultado, acreditamos que a pandemia provocada pelo novo coronavírus pode afetar negativamente nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa. Além disso, as medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades governamentais para controlar a pandemia da COVID-19 resultaram em uma redução acentuada e, em certos casos, uma suspensão nas operações de empresas em diversos setores com os quais negociamos, incluindo nossos fornecedores. Até a data deste formulário de referência, não há garantia de quanto tempo essas medidas permanecerão em vigor. Essas políticas e medidas impactaram o comportamento do consumidor e o comportamento da população em geral, bem como a demanda por serviços, produtos e crédito. Essas medidas também resultaram em uma diminuição e, em certos casos, em uma suspensão nas operações de empresas em diversos setores. Após a diminuição do surto da COVID-19, ainda estaremos sujeitos à impactos adversos em nossos negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil que ocorreu ou possa vir a ocorrer.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Não podemos prever a extensão, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes que possam nos guiar quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Desta forma, o impacto final da pandemia da COVID-19 ou de um surto de doença semelhante é altamente incerto. A extensão da pandemia da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios (quer do ponto de vista micro, quer do ponto de vista macroeconômico) depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Especificamente, não podemos prever os efeitos diretos e indiretos exatos que a pandemia da COVID-19 e a resposta do governo brasileiro à pandemia terão em nossos negócios, resultados de operações e condição financeira, incluindo (1) o efeito da pandemia da COVID-19 em nossa condição financeira e resultados operacionais, bem como em tendências e perspectivas econômicas gerais ou seu impacto em nosso capital, investimentos, recursos financeiros e liquidez, (2) impacto em nossas operações futuras, (3) impacto em nossas despesas ou acesso a capital e financiamento, (4) o surgimento de contingências relevantes relacionadas à pandemia da COVID-19, (5) como a COVID-19 afetará nossos ativos do balanço patrimonial e o registro oportuno de nossos ativos, (6) nossa capacidade de prever quaisquer perdas materiais, aumentos nas provisões para operações de crédito, bem como reestruturações e outras despesas, (7) quaisquer alterações nos julgamentos relacionados a questões contábeis como resultado de informações novas ou revisadas, (8) o valor da redução total na demanda por bens e serviços, particularmente os afetados por medidas de distanciamento social, (9) o impacto em nossa cadeia de suprimentos, (10) o impacto na proporção de nossos custos e receitas, (11) o impacto da incerteza econômica e social geral, incluindo aumentos nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, na inflação e no desemprego, (12) o impacto da pandemia da COVID-19 na nossa capacidade de cumprir nossas obrigações de endividamento e (13) outros impactos e consequências imprevistas.

A pandemia também pode causar interrupções materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, faltas de funcionários como resultado de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Também não podemos estimar os impactos que a pandemia do COVID-19 terá sobre demanda, desemprego, atividade econômica ou a duração do ambiente econômico atual. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a restrições de viagens ou governamentais relacionadas à pandemia, nossas operações poderão ser afetadas adversamente. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos que enfrentamos, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas e exija políticas públicas que restrinjam o movimento de pessoas e/ou contato social pode ter um impacto adverso em nossos negócios e na economia brasileira. Os surtos de doenças também podem impossibilitar nossos funcionários de irem para nossas instalações (inclusive como resultado de medidas preventivas ou devido à contaminação em larga escala de nossos funcionários), o que nos impediria de operar nossos negócios normalmente.

Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não ocorram. Se ocorrer algum desses surtos, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo igual ou superior ao impacto causado pela pandemia da COVID-19.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As políticas e estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia foram criadas e/ou alteradas recentemente, e parte delas não se encontra totalmente em funcionamento, o que pode gerar efeitos adversos sobre suas atividades e seu resultado operacional ou financeiro.

A Companhia, seus administradores e colaboradores, podem não possuir a experiência necessária à satisfação dos mecanismos de gerenciamento de riscos e integridade no curto prazo, até que tais estruturas estejam funcionando em sua totalidade e adequadas à realidade de companhia aberta a que se sujeitará. A Companhia não pode garantir o momento em que referidas estruturas estarão em pleno funcionamento e nem que serão efetivas e suficientes. Nesse sentido, não se pode prever como a nova estrutura de gerenciamento de riscos será adaptada à Companhia e aos mecanismos de controle pré-existentes, bem como quando os administradores e colaboradores da Companhia estarão plenamente habilitados ao exercício das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, de modo que a Companhia poderá estar sujeita a falhas na identificação e tratamento dos riscos, o que pode afetar adversamente suas atividades e seu resultado operacional e financeiro.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.

Os procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser suficientemente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas utilizadas pela Companhia. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou com que complementa ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios. Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Durante este processo, os auditores independentes identificaram deficiências nos procedimentos contábeis e processos internos da Companhia e apresentaram certas recomendações para avaliação da Companhia. A Companhia não pode garantir que será capaz de implementar tais recomendações e/ou que as implementações de tais recomendações será bem-sucedida, bem como não pode garantir que identificará outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros ou que a Companhia será capaz de concluir quaisquer correções necessárias no prazo. Durante o curso da documentação e teste de controles e procedimentos internos, a Companhia pode identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros como, por exemplo, a falha na aplicação integral das instruções do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo com a inclusão do risco do descumprimento dos contratos de entrega física das commodities na marcação a mercado dos contratos em aberto. Se a Companhia não for capaz de fazer com seus controles internos sejam efetivos ou manter os controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e erros ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo em seus negócios, resultados de suas operações e valor de seus valores mobiliários. Para mais informações sobre as deficiências nos controles internos da Companhia, vide seção 5.3(d) deste Formulário e Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

b) ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Interesses dos acionistas controladores da Companhia podem conflitar com interesses de investidores.

Os acionistas controladores, conforme identificados no item 15.1 (a) deste Formulário de Referência, têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, exceto por situações específicas previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, e observada a disciplina do conflito de interesses no exercício do direito de voto, determinar os resultados de qualquer deliberação que exija aprovação dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e alienações, e o momento do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os interesses dos acionistas controladores poderão não coincidir ou ser conflitante com os interesses dos demais acionistas, o que pode resultar em tomada de decisão menos favorável à Companhia do que aos acionistas controladores, prejudicando os negócios da Companhia, podendo gerar um impacto adverso em suas operações.

c. a seus acionistas

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas detentores de nossas ações.

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação societária brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso Conselho de Administração poderá determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento e nossos acionistas escolham não distribuir dividendos.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados.

d. a suas controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui riscos específicos relacionados às suas controladas e coligadas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

e. a seus fornecedores

Riscos relacionados à terceirização de parte substancial de nossas atividades de serviços dedicados à cadeia de suprimentos e de transporte de cargas gerais podem nos afetar adversamente.

Respondemos integralmente, perante nossos clientes, por eventuais falhas na prestação do serviço realizado por agregados e terceiros que contratamos, e não podemos garantir que o serviço prestado pelos mesmos apresente a mesma excelência daquele prestado por nossos empregados. Ainda, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer uma dessas hipóteses ocorra, nossa reputação e nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Além disso, na hipótese de uma ou mais empresas terceirizadas não cumprirem com suas obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, seremos considerados solidariamente ou subsidiariamente responsáveis e poderemos ser obrigados a pagar tais valores aos empregados das empresas terceirizadas inadimplentes. Não podemos garantir que empregados de empresas terceirizadas não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco.

Interrupção ou inadimplemento no fornecimento ou insolvência por parte dos fornecedores da Companhia poderá fazer com que a Companhia tenha que adquirir no mercado, com maior preço, o mesmo volume de mercadoria para cumprir com as obrigações com seus clientes, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

A Companhia celebra contratos com seus fornecedores, com obrigação de entrega futura de mercadorias e preço determinado no ato de celebração dos contratos. Qualquer interrupção ou inadimplemento no fornecimento ou insolvência por parte dos fornecedores poderá fazer com que a Companhia tenha que adquirir no mercado, com maior preço, o mesmo volume de mercadoria para cumprir com as obrigações com seus clientes, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Oscilações nos preços das *commodities* poderão afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia

Variações nos preços das *commodities* negociadas pela Companhia poderão aumentar os custos da Companhia e afetar adversamente sua situação financeira, rentabilidade e resultados operacionais. Adicionalmente, alterações na legislação tributária, com alteração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos que venham a encarecer as *commodities* negociadas pela Companhia, em valores mais elevados do que o mercado consumidor possa absorver, dificultando a comercialização dos produtos finais, ou diminuindo a lucratividade da Companhia, pode impactar negativamente as atividades, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Mudanças na qualidade de crédito dos fornecedores para os quais tenham sido efetuados adiantamentos podem causar um efeito adverso relevante sobre o valor dos ativos, patrimônio e resultados da Companhia.

A Companhia, em determinados casos, realiza pagamentos de forma adiantada a certos fornecedores por força de disposições contratuais. Ao realizar adiantamentos aos seus fornecedores, a Companhia assume risco de inadimplência. Desta forma, mudanças no ambiente macroeconômico, nas condições específicas dos seus mercados de atuação, ou ainda problemas relacionados à gestão destes fornecedores, podem atrasar ou impedir o pagamento de tais valores à Companhia, impactando diretamente o valor dos seus ativos e capital de giro.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

f. a seus clientes

Os maiores clientes representam um percentual relevante da receita total da Companhia. A rescisão dos respectivos contratos pode afetar adversamente a Companhia.

Historicamente, a Companhia apresenta concentração relevante de receitas em determinados clientes (em 31 de dezembro de 2018, um cliente no Brasil foi responsável por 17% da receita e outro cliente em Cingapura foi responsável por 16%, em 31 de dezembro de 2019, um cliente na Turquia foi responsável por 32% da receita e em 31 de dezembro de 2020 um cliente na Itália foi responsável por 16% da receita. Nesse sentido, caso tais contratos de montante relevante sejam rescindidos, voluntariamente ou em decorrência de decisões judiciais, os resultados financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa.

Situações adversas na situação econômico-financeira de clientes que sejam, em conjunto ou isoladamente, representativos para a Companhia, podem causar um efeito adverso significativo nos resultados da Companhia.

O relacionamento da Companhia com seus clientes não envolve contratos de longo prazo e um ou mais destes clientes podem decidir adquirir produtos de concorrentes. Qualquer interrupção na relação da Companhia com estes ou outros clientes que sejam relevantes, ou qualquer redução na capacidade financeira de tais clientes, como consequência de situações imprevisíveis nos setores em que atuam, incluindo qualquer impacto oriundo da pandemia da COVID-19, podem causar efeito adverso significativo nos seus resultados. A Companhia pode não receber de seus clientes os valores ou créditos devidos em virtude da venda de seus produtos, ou receber os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. A inadimplência por parte dos clientes da Companhia, pode ter um efeito adverso significativo nos seus resultados.

Além disso, não podemos prever a extensão, duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19 e consequente impacto negativo na conjuntura econômica em nossos maiores clientes, e em seus respectivos negócios ou resultados financeiros, de forma que o impacto final da pandemia da COVID-19 para tais clientes é altamente incerto.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Greves e paralisações podem afetar nossas operações e impactar os nossos resultados.

As nossas operações de transporte e de serviços logísticos podem ser afetadas em caso de paralisações significativas e greves envolvendo caminhoneiros ou carreteiros, como a ocorrida em maio de 2018. A ocorrência desses eventos poderá afetar adversamente nossos negócios, relacionamento com clientes e nossos resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A disponibilidade e o preço de produtos agrícolas poderão ser afetados pelo clima, pragas, programas governamentais e outros fatores alheios ao controle da Companhia

A disponibilidade e o preço dos produtos agrícolas estão sujeitos a uma grande oscilação, devido a fatores imprevisíveis, como o clima, o plantio, os programas e políticas agrícolas do governo, alterações da demanda global decorrentes do crescimento populacional e da mudança dos padrões de vida, a produção global de produtos agrícolas substituídos aos originados e comercializados pela Companhia, epidemias que influenciem a demanda de matéria-prima e desequilíbrios temporários entre a oferta e a demanda. Historicamente, estes fatores provocam volatilidade no setor de produtos agrícolas e, portanto, na disponibilidade e no preço dos produtos agrícolas originados e distribuídos pela Companhia. Uma redução da oferta de produtos agrícolas devido a qualquer dos fatores acima mencionados elevaria os custos dos produtos agrícolas produzidos pela Companhia, o que poderia afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. A redução da oferta de tais produtos poderá também limitar a capacidade da Companhia de transportar e distribuir produtos agrícolas de maneira eficiente, o que poderá afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Volatilidade do Preço das Commodities em Razão do Mercado Internacional

Os produtos agrícolas são cotados internacionalmente em dólares em bolsas de mercadorias situadas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. A variação dos seus preços pode exercer um grande impacto nos resultados da Companhia. As flutuações de preços nos produtos agrícolas são afetadas pela demanda interna e externa, e pelo volume de produção e dos estoques mundiais. A flutuação do seu preço pode ocasionar um grande impacto na rentabilidade da Companhia.

Ademais, importa salientar que a soja e o milho, principais commodities da Companhia, são relevantes fontes de alimento de diversas nações e culturas comerciais, o que atribui a tais produtos extrema importância no comércio internacional. Com isso, seus preços podem sofrer variação no mercado internacional, sendo alvo de barreiras alfandegárias ou não tarifárias, tais como embargos, restrições sanitárias, políticas de cotas comerciais, sobretaxas, contencioso comercial internacional, dentre outros.

Riscos de Posições Tomadas no Mercado de Commodities

Como parte de suas atividades, a Companhia assume posições compradas e vendidas no mercado de commodities. Caso o mercado se movimente de forma contrária às posições por ela assumidas, a Companhia poderá incorrer em perdas e ter um impacto negativo em sua situação econômico-financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia está sujeita aos riscos do setor de alimentos

Alguns dos produtos a serem distribuídos pela Companhia serão usados como ração ou ingrediente de ração para gado e aves, por esse motivo a Companhia estará sujeita a riscos de demanda associados a surtos de doenças do gado e das aves, entre as quais a gripe aviária, a encefalopatia espongiforme bovina (ou “doença da vaca louca”) ou a febre aftosa. Surtos de doenças poderão afetar negativamente a demanda pelos produtos distribuídos pela Companhia que são utilizados como ração ou ingrediente de ração para gado e aves. Além disso, riscos reais ou aparentes à saúde associados aos produtos distribuídos pela Companhia, incluindo a eventual publicidade negativa referente a tais riscos, poderá também fazer com que os clientes percam confiança na segurança e qualidade destes produtos. Mesmo que os produtos mencionados não sejam afetados por contaminação, o setor poderá sofrer com publicidade negativa se os produtos de outros produtores forem contaminados, o que poderá resultar na redução da demanda pelos produtos distribuídos pela Companhia na categoria afetada. Essa redução da demanda poderá afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso em nossos negócios e no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por nós.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. Não temos controle e não podemos prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de motoristas
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- novas legislações determinadas pela ANTT;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Historicamente, a política tem afetado diretamente a economia do País. Crises políticas no passado contribuíram para a redução no nível de confiança de investidores e da população, o que resultou no desaquecimento da economia e na consequente volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

Muito embora seja um risco com os possíveis impactos descritos acima, a Companhia não faz aferição e gestão de resultados nesse nível de detalhe.

Riscos relacionados à inflação

No passado, o Brasil sofreu com taxas de inflação extremamente altas e, conseqüentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre janeiro de 2004 e dezembro de 2014, a SELIC variou entre 16,5% e 11,25% ao ano. No ano de 2015 a SELIC variou de 12,25% e 14,25% ao ano, em 2016 a SELIC variou de 14,25% e 14% ao ano e em 2017 a SELIC variou de 13,75% e 7,50% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para nós e nossos clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

A Companhia entende que não é possível quantificar este risco.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

As políticas governamentais e regulamentações ambientais com efeitos sobre os setores agrícola e energético poderão afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia

A produção agrícola e os fluxos de comércio estão sujeitos a políticas e regulamentações governamentais. As políticas com efeitos sobre o setor agrícola dos governos dos países em que a Companhia atua, tais como impostos, tarifas, subsídios e restrições à importação e exportação de commodities agrícolas e produtos de commodities, poderão influenciar o plantio de certos produtos, a localização e o porte da produção das lavouras, o comércio de produtos de commodities brutos ou processados, o volume e os gêneros de importações e exportações e a lucratividade do setor. Além disso, as disputas do comércio internacional, em especial as da Organização Mundial do Comércio (OMC), poderão afetar negativamente os fluxos de comércio de commodities agrícolas, por limitar ou interromper o comércio entre países ou regiões. As futuras políticas governamentais poderão afetar adversamente a oferta, a demanda e os preços dos produtos que são originados e distribuídos pela Companhia, restringir sua capacidade de fazer negócios em mercados em que já atua e em mercados alvo, e afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos anticorrupção, anti-suborno, anti-lavagem de dinheiro e regulações antitruste. A violação de quaisquer leis ou regulações pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

A Companhia está sujeita às leis e regulações anticorrupção, anti-suborno, anti-lavagem de dinheiro, antitruste e demais regulamentos relacionados. A Companhia deve cumprir com as leis e regulações aplicáveis ao Brasil e pode se tornar sujeita às leis e regulações de outros países. Não há garantia de que as políticas e procedimentos internos da Companhia serão suficientes para prevenir ou detectar quaisquer práticas inapropriadas, fraudes ou violações de tais leis e regulações pelas suas afiliadas, empregados, conselheiros de administração, conselheiro fiscal, administradores, diretores, funcionários/agentes, executivos, sócios, acionistas, representantes e prestadores de serviços da Companhia, nem que tais trabalhadores não agirão de forma a violar nossas políticas e procedimentos. Qualquer violação por parte da Companhia ou suas afiliadas, empregados, conselheiros de administração, conselheiro fiscal, administradores, diretores, funcionários/agentes, executivos, sócios, acionistas, representantes ou prestadores de serviço pode causar efeito adverso para os negócios, reputação, resultado de operações e situação financeira da Companhia.

Alterações na legislação fiscal e tributária brasileira podem causar impactos adversos sobre os resultados da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente implementa alterações aos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes e fornecedores. Essas alterações incluem alterações nas alíquotas de imposto e, ocasionalmente, a aprovação de tributos temporários, cujas receitas são destinadas a fins governamentais previamente designados.

Atualmente, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária, as quais podem eliminar os impostos federais IPI, PIS e COFINS, o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS, para criar um novo imposto único, o Imposto sobre Transações de Bens e Serviços (IBS), cobrado sobre o consumo, bem como inserir a tributação de dividendos.

Algumas destas alterações podem resultar em aumento no pagamento de impostos por parte da Companhia, o que pode afetar adversamente a lucratividade do setor, aumentar os preços dos produtos da Companhia, restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados-alvo e existentes e prejudicar seus resultados financeiros. A Companhia não pode garantir que o governo brasileiro não implementará uma reforma tributária ou mudanças nas leis e regulamentos aplicáveis, alterando o sistema tributário ao qual está sujeita atualmente, bem como que eventuais incentivos fiscais serão mantidos ou renovados em condições favoráveis para a Companhia. Se essas mudanças aumentarem direta ou indiretamente a carga tributária devida pela Companhia, a sua margem bruta poderá diminuir e, conseqüentemente, ter um impacto relevante nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, diante dos efeitos socioeconômicos ocasionado pela pandemia da COVID-19, a Companhia também não pode assegurar quais ações serão tomadas em relação à legislação fiscal e tributária brasileira e em que medida tais ações poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) possui e divulga uma agenda para aprovação de novos pronunciamentos contábeis, sobre a qual a Companhia não tem controle e que pode ser alterada. Dessa forma, a Companhia não pode prever quais serão os novos pronunciamentos contábeis a serem emitidos no futuro. Em razão disso, futuras demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia poderão eventualmente vir a ser alteradas de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e normatizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

As exportações da Companhia estão sujeitas a riscos ligados a operações internacionais.

A Companhia opera em mercados fora do Brasil, por meio de exportações. Operar em diferentes regiões e países pode expor a Companhia a riscos políticos, econômicos e a diversos requisitos regulatórios estrangeiros que estão sujeitos a mudanças, cabendo destacar: (i) desvalorizações e outras mudanças cambiais; (ii) inflação; (iii) políticas de controle de câmbio; (iv) instabilidade social; (v) instabilidade de preços; (vi) desabastecimento de energia; (vii) flutuações das taxas de juros; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) política fiscal; (x) políticas alfandegárias; (xi) alterações nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e (xii) outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que afetem os países para os quais a Companhia exporta seus produtos. Os efeitos desses e outros riscos semelhantes poderão, isoladamente ou em conjunto, afetar o negócio, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, de maneira adversa e relevante. A pandemia global da COVID-19 pode impactar as exportações de produtos da Companhia, devido a implementação de medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. Não podemos prever a extensão, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes que possam nos guiar quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Desta forma, o impacto final da pandemia da COVID-19 ou de um surto de doença semelhante é altamente incerto.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas ações.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da companhia, destacamos a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), que pode afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará. Os efeitos do Brexit, e outros que não podemos prever, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, bem como nos resultados de suas operações ou situação financeira.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados para operar seus negócios e qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios, na imagem e nos resultados da Companhia

A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia. Os sistemas de informação estão expostos a vírus, softwares nocivos, ataques cibernéticos e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios, na imagem e nos resultados da Companhia.

As políticas e estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia foram criadas recentemente, e parte delas não se encontra totalmente em funcionamento, o que pode gerar efeitos adversos sobre suas atividades.

As estruturas organizacionais da Companhia dedicadas ao gerenciamento de riscos, bem como os mecanismos e procedimentos de integridade adotados para identificação e adequação dos riscos ao perfil da Companhia foram criados visando a atingir a adequação da Companhia à realização da sua Oferta Pública Inicial de Ações e ao Regulamento do Novo Mercado e parte delas não se encontra totalmente em funcionamento.

A Companhia não pode garantir que referidas estruturas, quando estiverem em pleno funcionamento, serão efetivas e suficientes. A Companhia tampouco pode garantir que seus administradores e colaboradores possuirão a expertise necessária à satisfação das políticas e mecanismos de gerenciamento de riscos e integridade, principalmente no curto prazo.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados; isto porque, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores de nossos valores mobiliários de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, conseqüentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários por nós emitidos. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

Os negócios da Companhia podem sofrer impactos negativos pelos riscos relacionados à celebração de operações de derivativos para fins de *hedge*.

A Companhia celebrou, e pode de tempos em tempos, celebrar novas operações de derivativos de moeda e/ou juros para fins de *hedge*, em conformidade com a sua política de gestão financeira e de riscos. Sendo assim, a Companhia estaria exposta a alterações potenciais no valor de tais instrumentos derivativos.

O valor justo destes instrumentos poderia aumentar ou diminuir antes de sua data de liquidação. Como resultado, a Companhia poderia incorrer em perdas não realizadas devido aos riscos desses fatores de mercado.

A Companhia está sujeita a riscos regulatórios associados às suas operações internacionais.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações internacionais em áreas como marcas registradas, patentes e tributos.

Adicionalmente, as leis e regulamentos ambientais, em certos países, podem ser mais rígidos que as leis e regulamentos do Brasil, causando um aumento de custos da Companhia para o cumprimento da legislação. Caso ocorra algum descumprimento, tal fato pode levar estes países a impor sanções relacionadas ao comércio com o Brasil ou para o setor de atuação da Companhia.

Uma eventual incapacidade da Companhia de cumprir leis e regulamentos ambientais internacionais poderia impedi-la de buscar financiamentos de menor custo em organizações internacionais de desenvolvimento multilateral, ou relacionadas ao governo, o que pode condicionar a disponibilidade de futuros financiamentos ao cumprimento pela Companhia de leis e regulamentos ambientais mais rígidos.

Medidas restritivas as exportações para mercados internacionais importantes podem afetar adversamente a Companhia.

A competitividade das empresas brasileiras tem levado certos países a estabelecer barreiras comerciais para restringir o acesso de empresas brasileiras a seus mercados ou até mesmo para subsidiar os produtores locais. Alguns países podem impor quotas sobre os produtos brasileiros. Ainda, a demora na alocação dessas quotas ou mudanças nas leis ou políticas a elas relacionadas podem causar efeito adverso em nossas exportações. Qualquer tipo de restrição deste tipo pode afetar o volume de exportação da Companhia e, conseqüentemente, as condições financeiras destas exportações. No caso de novas barreiras comerciais serem criadas para mercados relevantes para os quais a Companhia exporta, a Companhia pode ter dificuldade para vender seus produtos em outros mercados em condições favoráveis, o que poderá causar um efeito adverso relevante na Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

j. as questões socioambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

Estamos sujeitos a legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A Companhia apresenta abaixo os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber. As contrapartes da Companhia podem não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira para a Companhia.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

(em milhares de reais)

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	71.303	104.573
Contas a receber de clientes	63.993	2.430
Instrumentos financeiros derivativos	138.106	141.819
	273.042	248.822

Risco Cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente o dólar norte-americano e o euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia e suas controladas está apresentado abaixo, indexada ao dólar norte-americano a cada fechamento de balanço:

Instituição Financeira	Encargos financeiros	Vencimento	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de		
				2020	019	2018
(Em milhares de reais)						
ACC (*)	5,0% - 7,5%	jan/20	-	-	9.665	-
ACC (*)	6,5% - 7,0%	mar/20	-	-	1.322	-
ACC (*)	7,0% - 7,5%	mar/20	-	-	6.052	-
ACC (*)	5,0% - 6,5%	ago/20	-	-	7.798	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	nov/20	-	-	2.434	-
ACC (*)	7,5% - 8,0%	fev/19	-	-	-	3.423
ACC (*)	5,0% - 5,5%	mar/19	-	-	-	3.984
ACC (*)	6,5% - 8,5%	abr/19	-	-	-	4.921
ACC (*)	5,0% - 5,5%	mai/19	-	-	-	3.957
ACC (*)	5,5% - 6,0%	mar/21	-	9.800	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	fev/21	-	1.460	-	-
ACC (*)	8,0% - 8,5%	mar/21	-	4.173	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	abr/21	5.873	5.293	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	abr/21	6.935	6.244	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	abr/21	5.524	4.977	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	mai/21	2.322	2.094	-	-
ACC (*)	4,0% - 4,5%	mai/21	3.244	2.927	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	jun/21	9.538	8.584	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	ago/21	2.860	-	-	-
ACC (*)	4,0% - 4,5%	set/21	11.657	10.516	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	out/21	3.427	-	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	out/21	3.427	-	-	-
ACC (*)	5,5% - 6,0%	out/21	6.296	5.662	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	fev/22	2.860	-	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	fev/22	2.860	-	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	fev/22	3.203	-	-	-
ACC (*)	5,5% - 6,0%	fev/22	5.154	-	-	-
Total - Passivo circulante			75.180	61.730	27.271	16.285
Total - Passivo não-circulante			1.502	1.502	-	-
Total - Passivo circulante e não-circulante			76.682	63.232	27.271	16.285

(*) ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Um quadro de instabilidade cambial poderá causar um efeito relevante e adverso nos resultados da Companhia uma vez que, parte de nosso lucro está ligada à taxa de câmbio entre o Real e o Dólar. Portanto, as desvalorizações do Real em relação ao Dólar e a outras principais moedas estrangeiras podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, a Companhia. Desvalorizações do Real podem causar aumento de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos indexados à variação de moedas estrangeiras.

Por outro lado, a valorização do Real pode causar deterioração nas contas atuais do Brasil e em seu balanço de pagamentos, bem como um enfraquecimento do crescimento do produto interno bruto gerado pelas exportações. Não temos qualquer influência sobre a política cambial adotada no Brasil e somos incapazes de prever variações nas taxas de câmbio. Portanto, podemos ser adversamente afetados por políticas de câmbio.

Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

A Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos de compra a termo de moeda denominada “*Non Deliverable Forward - NDF*”. Os instrumentos financeiros derivativos de proteção de *hedge* estão lastreados pelas vendas de produtos no mercado externo contratadas para os próximos períodos.

Para a análise da sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas no balanço patrimonial e para os cenários II e III (conforme tabela abaixo) foram estimados uma valorização e desvalorização de 25% e 50% do dólar futuro, respectivamente.

(em milhares de reais)	Consolidado				
	31/03/2021				
	Cenários				
	I - Provavel	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Risco de taxa de câmbio					
Operações NDF	(2.547)	(21.791)	(43.582)	21.791	43.582
	(2.547)	(21.791)	(43.582)	21.791	43.582

(em milhares de reais)	Consolidado				
	31/12/2020				
	Cenários				
	I - Provavel	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Risco de taxa de câmbio					
Operações NDF	3.256	(3.839)	(7.677)	3.839	7.677
	3.256	(3.839)	(7.677)	3.839	7.677

Risco de preço de “*commodities*”

O risco de *commodities* está ligado a perdas causadas pela oscilação de preços das *commodities* negociadas pela Companhia, sendo este também impactado pelos riscos de taxas de câmbio. Como exemplos desse risco têm-se a compra, venda e fixação do preço de *commodities*, o fechamento de câmbio e os contratos a termo atrelados à operação. As flutuações nos valores de grãos em função de políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidades de safras e efeitos climáticos, ou decorrentes de oscilações nas câmbio, podem acarretar perda financeira para a Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A Companhia possui contratos de commodities em aberto em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os quais foram avaliados pelos seus valores justos, sendo a variação entre o valor contratado e o valor justo registrada nas demonstrações financeiras e demonstrações financeiras intermediárias da Companhia; a Companhia também possui operações de futuros de commodities na bolsa de Chicago nos Estados Unidos da América. Essas operações foram devidamente registradas na data do balanço pelo seu valor justo.

O quadro a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado da hipótese dos cenários apresentados; no cenário provável foram utilizados os valores contábeis; nos demais cenários foram considerados os impactos no resultado decorrentes das variações dos preços de mercado das commodities; os choques estão sendo realizados sobre o preço futuro da *commodities* e o valor de *"basis"*.

(em milhares de reais)	Consolidado				
	31/03/2021				
	Cenários				
	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Posição de contratos em aberto					
Contratos de compra	212.502	247.885	475.963	(247.885)	(475.963)
Contratos de venda	(213.284)	(244.328)	(468.849)	244.328	468.849
Estoques	9.895	12.055	24.111	(12.055)	(24.111)
Futuros	(8.960)	(15.217)	(30.434)	15.217	30.434
	153	395	791	(395)	(791)

(em milhares de reais)	Consolidado				
	31/12/2020				
	Cenários				
	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Posição de contratos em aberto					
Contratos de compra	190.013	250.132	500.263	(250.132)	(500.263)
Contratos de venda	(154.180)	(214.698)	(429.396)	214.698	429.396
Estoques	400	342	684	(342)	(684)
Futuros	(19.771)	(7.634)	(15.269)	7.634	15.269
	16.462	28.142	56.282	(28.142)	(56.282)

Risco de liquidez

É o risco pelo qual a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

(em milhares de reais)	31/03/2021	31/12/2020
	ACC (6 meses ou menos)	48.443
ACC (6 a 12 meses)	28.294	16.790
FGI - BNDES (acima de 12 meses)	1.502	1.644
	78.239	64.626

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia figura como parte em processos judiciais relacionadas a matérias cível. Todas as ações em que a Companhia figura como parte são oriundas do curso normal dos seus negócios. Para o provisionamento, o prognóstico dos processos é classificado em “provável”, “possível” ou “remoto”, conforme a estimativa de perda de cada demanda, considerando-se as ações nas quais a Companhia figura no polo passivo. Nas ações em que a Companhia consta no polo-ativo pode haver a condenação no pagamento de sucumbência no caso de improcedência da respectiva ação. Essa classificação é feita após análise dos fatos e fundamentos alegados na peça processual inicial, dos argumentos de defesa e provas produzidas, do pleito deduzido em face da situação fática e de direito, da posição jurisprudencial dominante em casos análogos, além da opinião dos advogados internos e externos responsáveis pela condução de cada processo.

Abaixo seguem, de forma sintética, as matérias discutidas nos processos judiciais da Companhia e suas controladas, estando detalhadas as ações que a Companhia entende serem mais relevantes para seu negócio. Em 31 de março de 2021, a Companhia figurava no polo ativo em 02 (dois) processos cíveis. Em 31 de março de 2021, a Companhia figurava no polo passivo em 02 (dois) processos cíveis. O valor total envolvido nas demandas passivas representava, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 25.848,86, (vinte e cinco mil, oitocentos e quarento e oito reais e oitenta e seis centavos), segundo prognóstico dos assessores jurídicos da Companhia. Segue abaixo o detalhamento das ações que a Companhia entende serem relevantes:

Processo nº 1003010-34.2020.8.11.0040	
Juízo	3ª Vara Cível de Sorriso/MT
Instância	1ª Instância Judicial
Data de instauração	25/05/2020
Partes no processo	Autor: Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A. Réus: Neimar Antonio Caovilla
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atual da causa: R\$ 739.568,29 (setecentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)
Principais fatos	Principais fatos: Ação cautelar de arresto e remoção de produto convertida em ação de execução de título extrajudicial. Em 07 de dezembro de 2020, o requerido peticionou informando sobre o protocolo de embargos à execução com pedido de efeito suspensivo, sob o nº 1009840-16.2020.8.11.0040. Em 09 de dezembro de 2020, foi requerida expedição de mandado de busca e apreensão com o intuito de apreender e remover as sacas de soja devidas de modo que a requerente está aguardando o deferimento pela juíza. Até o presente momento, tanto os embargos à execução quanto o pedido de busca e apreensão não foram deferidos pela juíza.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, pode haver a condenação no pagamento de sucumbência no caso de improcedência da respectiva ação.
Polo	Ativo

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0005827-77.2020.8.16.0031	
Juízo	2º Juizado Especial Cível de Guarapuava
Instância	1ª Instância Judicial
Data de instauração	28/4/2020
Partes no processo	Autor: Jose Arcangelo Homen Transportes Rodoviários Réus: Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A., Hidrovias do Brasil Vila do Conde S.A e Transval Transportadora Valmir LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atual da causa: R\$ 11.784,01 (onze mil, setecentos e oitenta e quatro reais e um centavo)
Principais fatos	Principais fatos: Ação de cobrança de estadia. Em 27/01/2021, foi realizada audiência de conciliação, na qual as partes informaram que não possuem interesse em realizar acordo e pediram a realização de instrução.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Companhia deverá pagar os valores envolvidos.
Polo	Passivo

Processo nº 1086878-38.2019.8.26.0100	
Juízo	3ª Vara Cível do Foro Central Cível/SP
Instância	1ª Instância Judicial
Data de instauração	04/09/2019
Partes no processo	Autor: Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A. Réus: Conquista Comércio de Cereais Ltda. e Moreira Importação e Exportação Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atual da causa: R\$ 332.100,00 (trezentos e trinta e dois mil e cem reais)
Principais fatos	Principais fatos: Ação de indenização por danos materiais. Em 11/01/2021, foi proferido despacho para que a requerente providenciasse a devolução da carta precatória distribuída ao juízo de Primavera do Leste.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, pode haver a condenação no pagamento de sucumbência no caso de improcedência da respectiva ação.
Polo	Ativo

4.3.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Na data de entrega deste formulário de referência, a Companhia não realizou provisão dos processos descritos no item 4.3, tendo em vista a classificação de risco destes processos.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou suas controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia.

4.6.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada. No entanto, a Companhia adota, como prática em seus negócios, as estratégias de proteção de riscos abaixo descritas, as quais entende serem adequadas para o setor de atuação da Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos abaixo relacionados:

Risco de Mercado: O termo "Risco de Mercado" se refere a fatores no mercado que afetam o valor de qualquer posição de risco aberta, em geral posição com maior liquidez. O fator mais comum é o risco de preço da *commodity*, que pode ser dividido em *flat price risk* e *basis risk*. Esses riscos são administrados por meio da gestão de posições "Long e Short" e com os instrumentos e veículos descritos.

Risco de Liquidez: O termo "Risco de Liquidez" refere-se ao risco de a Companhia ter uma posição física em *commodities* para a qual não consegue encontrar um comprador (ou vendedor) com quem fechar a posição. O risco de liquidez aumenta à medida que a Companhia negocia contratos físicos ou futuros mais distantes e é quantificado pelo prazo e pelo *notional (valor do principal)*. Estes limites restringem até que ponto dos futuros a companhia pode negociar.

Risco de Performance: "Risco de Performance" é a possibilidade de não cumprimento dos termos do acordo comercial na entrega ou execução de um produto, serviço, programa ou projeto, tanto em termos de volume, de valor, prazos, ou em quaisquer outros termos definidos na negociação ou contrato. Exemplos de risco, falha ou default de performance:

1. Quando um produtor rural deixa de entregar os grãos devido à valorização de mercado e resolve vender seu produto mais valorizado no mercado spot
2. Quando há uma greve de caminhoneiros, impactando o fluxo de grãos no porto, causando atraso no carregamento dos navios e por consequência, multas de demurrage.
3. Secas ou excesso de chuvas impactam a qualidade dos grãos de um produtor rural, que não consegue entregar seu produto nas condições de qualidade mínimas exigidas, não cumprindo em parte seu contrato.

Risco de Crédito: Risco de crédito é o risco de não pagamento por um cliente ou contraparte, seja ele do principal envolvido, ou apenas da diferença do valor do contrato, o valor a mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco País: O risco-país é um conjunto de riscos associados aos investimentos que investidores, em geral não residentes, observam antes e durante os investimentos. Os riscos incluídos neste conceito são os riscos cambiais, riscos econômicos, riscos políticos internos e externos, riscos legais, regulamentais, burocráticos, riscos soberanos (ou de convertibilidade) - risco de o capital ser congelado por ação governamental, dentre outros riscos. Cada país tem um tipo diferente de risco-país, alguns com riscos mais elevados não incentivariam qualquer tipo de investimento estrangeiro. Embora o risco-país de alguns países possa ter um impacto relevante e sensível na economia em geral deste país, a maioria dos outros países chamados “desenvolvidos” não sentem um impacto maior devido a este risco. Existem várias causas raiz que contribuem para o risco-país: má gestão política, e inquietação social, baixo crescimento econômico, trabalho e emprego, instabilidade política, dentre outros. Em casos extremos são postas em prática novas políticas econômicas que podem resultar na expropriação de ativos, controle do fluxo de caixa e elevados impostos e tarifas para investidores estrangeiros. Há um prêmio de Risco País, que é o custo de risco adicional que está relacionado ao investimento em uma companhia, fundo, *endowment*, que os governos internacionais cobram ao investir no país em questão, seja no curto, médio ou longo prazos. O prêmio de risco do país é mais alto para os mercados em desenvolvimento.

Risco de Frete: O risco de frete refere-se aos riscos associados à logística doméstica, bem como ao frete marítimo em contratos de exportação.

Risco Cambial: Trata-se do risco que surge em todas as negociações que não são protegidas, de forma correta, contra variações nos níveis de câmbio. A definição da moeda funcional é obrigatória para identificar a qual risco de moeda a empresa está sujeita. Devido à natureza de seus negócios, companhias originadoras, comercializadoras e exportadores de grãos estão sujeitas a riscos decorrentes de movimentos nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras. As exposições cambiais (FX) surgem no curso normal das operações e a natureza e estrutura dessas operações apresentam oportunidades para administrar com eficácia o impacto da volatilidade cambial nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia. São exemplos de classificação de exposição cambial: Exposição de Balanço (e.g., Contas a Receber de Fornecedores em Moeda estrangeira), Exposições Comerciais/Transacionais (e.g. Aquisições de Soja futura dos Produtores) e Exposições Econômicas (Fábrica sediada nos USA). A Companhia realizará transações em Reais (BRL) e em Dólares Americanos (USD). O livro da Companhia é um livro em BRL e todo o risco transacional de FX precisa ser protegido. Limites de risco adicionais podem ser alocados para FX enquanto houver um reporte e monitoramento adequado.

Risco de Compliance: O risco de *compliance* refere-se à não aderência às políticas ou procedimentos internos da Companhia, com os procedimentos dos stakeholders, e às leis e regulamentos do país, sejam no âmbito das agências reguladoras ou dos entes federativos. No que se refere à operação da Companhia, esse risco pode advir de lidar com contrapartes que não estejam em conformidade com as leis e regulamentações brasileiras, tais como contrapartes relacionadas ao trabalho escravo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos Operacionais: São os riscos de perda relacionados aos inúmeros processos internos, que envolvem pessoas, sistemas, processos, fluxos, aprovações dentre outros. Processos mal especificados, falhos, fraudados ou fraudáveis, eventos externos que rompam com estes processos são os causadores de perdas que podem variar desde centavos até dezenas de bilhões. As escalas de identificação, avaliação, priorização, tratamento, reporte e acompanhamento dos riscos operacionais podem identificar desde os riscos menores até os de maiores importância. Diversas escalas podem ser utilizadas ao medir e elencar tais riscos. Medidas como probabilidade, severidade, impacto financeiro, impacto legal, reputacional, ambiental, de imagem, financeiro, continuidade dos negócios e matrizes tipo *heatmap** são muitas vezes usadas na priorização e mapeamento destes riscos. Desde o furto de materiais de escritório até o rompimento e explosão de uma plataforma marítima de extração de petróleo, causando grande acidente ambiental e gerando bilhões em perdas, são exemplos de riscos operacionais. Os riscos operacionais, dependendo de sua magnitude, pode gerar outros riscos, como riscos sistêmico, de liquidez, de mercado, de crédito entre outros. Normas como Iso 31.000 e COSO são muitas vezes utilizadas na gestão de tais riscos. **Heatmap* (Mapa de Calor (*heatmap*): um mapa de calor é uma representação gráfica de dados em que os valores individuais contidos em uma matriz são representados como cores. É uma ferramenta usada para apresentar visualmente os resultados de um processo de avaliação de riscos de maneira significativa e concisa.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Para fins de aprimoramento do processo de gerenciamento dos riscos elencados no item (i) acima, a Companhia avalia o grau de exposição a riscos que está disposta a aceitar na implementação de suas estratégias de negócio e realização de suas atividades, a fim de atingir os seus objetivos estratégicos e criar valor para os seus acionistas.

Os riscos são, de forma geral, identificados por meio de fontes internas (conselheiros, diretores, executivos, colaboradores) e fontes externas (auditores externos, órgãos reguladores, mercado, governo, mídia e demais partes interessadas) e são (i) categorizados, priorizados, avaliados em probabilidade, severidade e seus diversos impactos (financeiros, legal, reputacional, ambiental e demais) por executivos e colaboradores da Companhia, a depender da área a que o risco se relaciona, desde os operacionais até os mais estratégicos, (ii) acompanhados por um executivo responsável pelo acompanhamento dos assuntos de risco corporativo nos mais diversos níveis e áreas da Companhia e (iii) orientados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, de acordo com as práticas usuais da Companhia. Após a avaliação dos riscos e alinhamento com a Diretoria e Conselho de Administração da Companhia, é possível determinar e priorizar seus planos de ação. A Diretoria e o Conselho de Administração acompanham e discutem continuamente os riscos a que a Companhia está sujeita, e supervisiona a implementação e manutenção dos planos de ação através de gestão contínua e avaliações internas ou externas independentes, quando aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A seguir a lista de instrumentos utilizados na gestão dos riscos:

Instrumentos para Gestão de Riscos de Futuros de Commodity (Flat Price Risk):

- Futuros CBOT: Futuros de soja, milho, farelo de soja, óleo de soja e demais, onde é possível fazer o hedge do principal componente de risco dos negócios focados em exportação.
- Futuros B3: Futuros de soja, milho, farelo de soja, óleo de soja e demais, onde é possível fazer o hedge do principal componente de risco. O foco é o hedge para as vendas em reais ao mercado interno.
- Termos de balcão de commodities locais (NDF commodities): Forwards de commodities negociados com contrapartes financeiras ao invés das bolsas de valores. Embora o efeito seja idêntico ao dos futuros das bolsas, não há chamadas de Margem diária necessariamente. Condições de financiamento de margem e demais estudos e operações de valor agregado fazem com que seja uma alternativa de hedge.
- Fixação de contratos junto aos compradores: Eliminação dos riscos de preços, mas diretamente com os compradores, sem a utilização das bolsas de valores ou dos bancos e corretoras.

Instrumentos para Gestão de Riscos Cambiais:

- NDF cambiais (non deliverable forwards de FX USD/BRL): Non Deliverable forward cambiais, oferecendo ferramenta de hedge cambial flexível em volume e prazos. Negociado diretamente com os bancos.
- Dívidas denominadas em moeda americana ou na moeda do risco cambial.
- Futuros de moeda na Bolsa (B3) – Contrato “DOLF”.

Instrumentos para gestão dos Riscos de Basis / Prêmio (risco de diferencial de preço da commodity):

- Paranaguá “Paper”: Contratos de “pedaços” de navios, de posições físicas, spot ou futuras, em portos de referência, que permitem as companhias exportadoras de grãos;
- Gerenciar seus riscos de diferencial de preços entre os portos brasileiros e a bolsa de Chicago (Basis Risk), Porto de Paranaguá para soja e Porto de Santos para milho;
- Compras de Produto no Interior: Ao comprar-se produto no interior estabelece-se uma posição “long” ou comprada em prêmio/basis, assim cobrindo posições vendidas anteriores;
- Vendas de produto no Porto ou Interior: Ao realizar a venda de produto nos portos ou no interior, a posições de basis fica short, ou vendida. Serve para diminuir uma posição comprada.

Instrumentos para gestão dos Riscos de “Port Spread”:

- Gestão das compras e vendas por porto (gestão do livro): Grãos e oleaginosas nos portos brasileiros não possuem os mesmos preços, seja no “spot” seja nos prazos futuros. Assim sendo, vender muito em um porto, fazendo um hedge vendendo uma posição física em outro porto, caso o diferencial de preço entre os portos mude, entra-se no risco de port spread, ou diferença de preço entre portos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Instrumentos para gestão dos Riscos Logísticos:

- Contratação de Capacidade Logística Onshore (caminhão, trem, barcaça): As compras de grãos e oleaginosas geram uma necessidade de transporte, das fazendas, do interior até os portos. Isso representa de forma aproximada, uma posição “short frete”, ou seja, caso o preço do frete suba, há perdas financeiras. Assim, uma das formas de mitigar este risco é simplesmente contratando viagens de caminhão, contratando capacidade nas ferrovias, nas hidrovias de forma que essa posição de necessidade de frete seja diminuída.

Ferramentas para Gestão e Medição dos Risco Gerais de Mercado:

- VAR (Value at Risk): O VAR é um único número que representa um o risco de um livro de posições de mercado. Esse número representa a pior perda esperada em um dado horizonte de tempo e é associado a um intervalo de confiança. No caso de uma comercializadora e originadora de grãos, variáveis como preços dos futuros de Chicago (CBOT), da B3, de prêmio, de câmbio são inseridos na conta, assim como as exposições da companhia. O VAR em geral é de 1 dia ou de 21 dias (1 mês), e é estimado para 95% (1 perda de X ou maior a cada 20 dias) ou 99% (1 perda de Y ou maior a cada 100 dias). Como exemplo, Com 95% de confiança estatística, não se espera perder o valor do DVAR (Daily Value at Risk), USD 52,000, ou mais no mercado/pregão seguinte, considerando as Posições de CBOT, Prêmio e Câmbio atuais, assim como volatilidades e correlações correntes.

Instrumentos para gestão dos Riscos de Performance de Crédito (Oriundo da valorização potencial dos contratos junto aos fornecedores):

- Limitação de exposição por contraparte;
- Report Semanal de MTM (marcação a mercado);
- Controle dos Saldos recebidos vs Valores dos Contratos em aberto;
- Medição do PFE (Risco Potencial Futuro de Crédito).

Instrumentos para gestão dos Riscos de Crédito:

- Controle do Volume em estoques de terceiros.

Instrumentos para gestão dos Riscos Operacionais:

- Alçadas de aprovação, controles internos e mapeamento de riscos.

Instrumentos para gestão dos Riscos Reputacionais e de Gestão:

- Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O);
- Gestão de crises.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui, desde 14 de junho de 2021 a seguinte estrutura e respectivas atribuições de cada agente no controle e gerenciamento dos riscos:

Cada um dos empregados tem uma parcela de responsabilidade no gerenciamento de riscos corporativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O presidente executivo é o principal responsável e assume a responsabilidade da iniciativa. Cabe aos outros diretores executivos apoiar a filosofia de administração de riscos da Companhia, incentivar a observação de seu apetite a risco e administrar os riscos dentro de suas esferas de responsabilidade, conforme as tolerâncias a risco. Cabem ao diretor-financeiro as responsabilidades fundamentais de suporte. Os outros membros da organização são responsáveis pela execução do gerenciamento de riscos em cumprimento das diretrizes e dos protocolos estabelecidos.

O conselho de administração executa importante atividade de supervisão do gerenciamento de riscos, estando ciente e de acordo com o grau de apetite a risco da organização. Diversas partes externas, como clientes, revendedores, parceiros comerciais, auditores externos, agentes normativos e analistas financeiros frequentemente fornecem informações úteis para a condução do gerenciamento de riscos, porém não são responsáveis pela sua eficácia e nem fazem parte do gerenciamento de riscos da Companhia. O conselho deve discutir, com a alta administração, a situação do gerenciamento de riscos da organização e fornecer a supervisão necessária. O conselho deverá certificar-se que esteja ciente dos riscos mais significativos, em conjunto com as ações que a diretoria executiva esteja realizando, e da forma a assegurar um gerenciamento de riscos eficaz. O conselho deve contar com a opinião de auditores internos e externos, bem como de outros órgãos ou terceiros especializados.

O Comitê de Auditoria e Gestão de riscos foi recentemente constituído e, em linha com o indicado no Ofício Circular 49/2021-PRE, deverá auxiliar no a companhia na estruturação, desenvolvimento e aprimoramento da auditoria interna.

O gestor da auditoria interna deverá se reportar funcionalmente ao Conselho de Administração, no que diz respeito à definição de escopo para o trabalho da auditoria interna. O Conselho é a última linha para comunicação dos trabalhos. Isto quer dizer que o nível funcional aprova o plano de trabalho da auditoria interna, avalia o seu desempenho e assegura que os resultados mais importantes, e principalmente os problemas mais importantes, lhe sejam reportados sem restrições.

A Companhia pretende incorporar ao menos 2 (dois) novos colaboradores à sua estrutura, sendo um gestor da auditoria interna e respectivo analista, e desenvolver a unidade de Auditoria Interna conforme cronograma estimado abaixo:

1ª Etapa – Contratação do gestor e analista (definição, recrutamento e seleção): no prazo estimado de 3 a 6 meses após oferta pública de ações.

2ª Etapa – Diagnóstico, priorização e plano de ação: no prazo estimado de 6 a 9 meses após oferta pública de ações, a Companhia irá revisar sua estrutura de controles internos e sistemas, identificando as ações a serem priorizadas.

3ª Etapa – 3ª Etapa – Desenvolvimento do plano: no prazo estimado de 9 a 12 meses após oferta pública de ações, a Companhia irá desenvolver completamente sua estrutura organizacional de gerenciamento de riscos e aprovar as suas políticas internas, para completa adequação aos requisitos do Novo Mercado (processo de avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria; política de remuneração; política de indicação de membros da administração, Comitês e Conselho Fiscal, Política de Gerenciamento de Riscos, Política de Transações entre Partes Relacionadas).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Administradores da Companhia entendem que a sua atual estrutura operacional e de controles internos é adequada ao seu porte, bem como às atividades realizadas no dia a dia de suas atividades. Contudo, ela preza pela evolução constante de seus controles internos e de sua estrutura operacional e sua administração está sempre avaliando a necessidade de novos investimentos para aprimorá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, pois consideramos adequadas as estruturas operacionais e de gestão de riscos da Companhia, conforme descrito abaixo.

A gestão de risco é acompanhada por um executivo responsável pelo acompanhamento dos assuntos de risco corporativo nos mais diversos níveis e áreas da Companhia, que reporta à Diretoria e Conselho de Administração da Companhia, que, por sua vez, avaliam e protegem a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar de não ter uma política formalizada de gestão de riscos de mercado, a Companhia busca proteção para os riscos de taxa de câmbio e taxas de juros.

Risco de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente o dólar norte-americano e o euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Além disso, a Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, e, portanto, possui passivos expostos a variação cambial.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros da Companhia e suas controladas decorre dos possíveis descasamentos dos prazos, financeiros ou indexadores de seus ativos e passivos.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Adotamos a seguinte estratégia para proteção contra os riscos a que estamos expostos:

Risco de câmbio

Monitoramos semanalmente a variação da taxa de câmbio do dólar americano e euro, conforme divulgadas pelo Banco Central, analisando a sua valorização ou não frente à moeda brasileira. Também analisamos o comportamento da curva futura do câmbio, seu patamar e movimentação.

Risco de taxas de juros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a totalidade do nosso endividamento bruto possuía uma estrutura de juros pré-fixados, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Taxa indexadora	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
(Em milhares de R\$)				
CDI	0	0	0	0
IPCA	0	0	0	0
TLP	0	0	0	0
Pré-fixada	76.682	63.232	27.271	16.285

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Adotamos os seguintes parâmetros para gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos:

Risco de câmbio

Para gerenciamento de riscos cambiais monitoramos semanalmente a variação da taxa de câmbio do dólar americano e euro, conforme divulgadas pelo Banco Central, analisando a sua valorização ou não frente à moeda brasileira. Também analisamos o comportamento da curva futura do câmbio, seu patamar e movimentação.

Risco de taxas de juros

Nossa administração realiza o monitoramento constante das flutuações das principais taxas de juros a que estamos expostos, bem como de outros fatores que possam impactar estas taxas de juros (curvas futuras, índices de inflação), de modo a antecipar qualquer aumento relevante da nossa exposição. Com base nesta análise, a nossa administração pode avaliar a mudança dos indexadores de taxas de juros quando das contratações ou renovações de contratos de endividamento.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui estrutura organizacional de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, mas possui um executivo responsável pelo acompanhamento dos assuntos de risco corporativo, inclusive riscos de mercado, nos mais diversos níveis e áreas da Companhia, que reporta à Diretoria e ao Conselho de Administração que, por sua vez, no curso ordinário de sua gestão, orientam e asseguram o gerenciamento de riscos de acordo com as práticas usuais da Companhia.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Conforme reportado nos itens anteriores, a Companhia não possui política formalmente aprovada, tampouco estrutura organizacional específica voltada para a verificação da efetividade das práticas adotadas para o controle de riscos de mercado. No entanto, a Companhia entende que as práticas empregadas para controle dos riscos de mercado são adequadamente controladas pela administração da Companhia. Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles dos riscos de mercado são realizados por seus administradores à medida que julgados necessários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) as principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, o sistema de controles internos da Companhia foi estruturado por sua administração e envolve todos os colaboradores, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as práticas de governança, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, tanto nacionais, quanto internacionais, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração.

Como exemplos adicionais das práticas e controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

- 1) Utilização do sistema integrado que permite uma gestão eficiente de todas as suas atividades operacionais e gerenciais, com foco em um desempenho equilibrado nos processos corporativos;
- 2) Reconciliação das contas contábeis;
- 3) Processos mensais de fechamento contábil; e
- 4) Adoção de sistemas de aprovação por alçada

Ademais a administração da Companhia realiza um processo anual de revisão, aprimoramento e melhoria dos controles internos incluindo planos de ação para recomendações dos auditores independentes, para a preparação de suas demonstrações contábeis, com o intuito de fornecer aos seus investidores informações confiáveis.

Por esse motivo, a Companhia entende que os controles internos adotados são adequados ao tipo de atividade e o volume de transações que realiza, e asseguram a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações contábeis é apropriado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Conselho de Administração: Nos termos do artigo 16, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, dentre as suas atribuições, estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia; escolher e destituir auditores independentes; e convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários.

Diretoria: Conforme disposto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria, dentre as suas atribuições, a elaboração e execução dos planos e da política de investimentos e desenvolvimento, bem como os respectivos orçamentos, observada a competência deliberativa do Conselho de Administração, o acompanhamento e execução do orçamento e, nos termos do artigo 19, compete especificamente ao Diretor Financeiro (dentre outras matérias), acompanhamento e avaliação dos resultados buscando proativamente identificar riscos, desvios em relação às metas definidas e oportunidades de melhoria, coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e relatórios gerenciais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos: Conforme disposto no artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia, o Comitê de Auditoria tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão da qualidade e integridade das demonstrações financeiras e de relatórios financeiros relevantes enviados a órgãos reguladores, dos aspectos pertinentes à qualificação, performance e independência dos auditores independentes, da avaliação e monitoramento dos riscos e respectivos controles internos, dentre outros.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria da Companhia monitora regulamente os registros contábeis e financeiros da Companhia de forma individual e consolidada, para assegurar a efetividade dos controles internos e a correção das informações contábeis e financeiras.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

De acordo com o relatório preparado e encaminhado pelos auditores independentes da Companhia, relativos às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram identificadas melhorias e deficiências, sendo que foi indicado expressamente que nenhuma das deficiências eram consideradas significativas.

Dentre as deficiências apontadas no referido relatório, foram relacionadas a melhorias dos controles de movimentação dos contratos de *commodities*, performance do recebimento e envio físico e reconhecimento de receitas e custos e mensuração dos derivativos a valor justo.

Como forma de correção das deficiências, o auditor independente recomendou que a Companhia elabore controles que permitam a inclusão dos contratos e o cruzamento destes com os devidos registros de receitas e custos, além de controlar a performance dos contratos, além disso, recomendaram que a Companhia revise a sua metodologia de cálculo para apuração do valor justo dos derivativos, e mantenha boa salvaguarda de documentação utilizada na cotação de valores no momento da contratação.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Todas as recomendações realizadas pelos auditores, conforme indicado acima, foram avaliadas pelos diretores da Companhia foram direcionados internamente, incluindo (i) melhorias em curso para melhor controle de *Gross Margin*; (ii) implementação de *FX Exposure Position* para monitorar NDFs contra contratos físicos; (iii) implementação de sistema ERP para minimizar risco nas informações financeiras; e (iv) desenvolvimento de controle mensal de preços praticados.

Adicionalmente, a Companhia acredita que as deficiências não geram impactos nos números contábeis e não afetaram a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, ressaltando-se que o auditor independente indicou expressamente que nenhuma das deficiências foi considerada significativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui diretrizes internas, contempladas em seu Código de Ética e Conduta, em relação à procedimentos de integridade a serem adotados pelos seus colaboradores, incluindo membros do Conselho de Administração, diretores, gestores, técnicos e analistas, bem como em todos os relacionamentos estabelecidos terceiros.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

O Código de Ética e Conduta da Companhia reúne os 7 princípios éticos da Companhia, quais sejam:

1. Cumprimos a lei;
2. Conduzimos nosso negócio com integridade;
3. Mantemos registros precisos e honestos;
4. Honramos as obrigações de nosso negócio;
5. Tratamos as pessoas com dignidade e respeito;
6. Protegemos as informações, os ativos e os interesses da Companhia; e
7. Estamos comprometidos com uma cidadania global responsável.

Os riscos identificados pela Companhia são reavaliados periodicamente, por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais e intermediárias, e, sempre que constatada a necessidade de sua revisão em razão da ocorrência de qualquer fato não previsto.

Em que pese a constante busca pelo aprimoramento de suas políticas e práticas de controle e integridade, a administração da Companhia considera que sua estrutura de controles internos e integridade é adequada ao perfil dos riscos e às atividades desenvolvidas pela Companhia.

Por fim, em caso de descumprimento de quaisquer normas do Código de Conduta Ética sanções disciplinares serão aplicadas, se necessário, podendo ocasionar até mesmo a rescisão do contrato do infrator.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Atualmente, o monitoramento do cumprimento das normas de conduta está sob a responsabilidade da administração da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração a realização de revisões e atualizações ao Código de Ética e Conduta e à Diretoria da Companhia, a análise e aplicação de sanções referentes a violações ao referido código.

(iii) código de ética ou de conduta

Aprovado em 14 de junho de 2021, pelo Conselho de Administração da Companhia. Divulgado em nosso website: www.agribrasil.net.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código se aplica a todos os funcionários da Companhia e suas empresas afiliadas. Ele também se aplica aos membros da diretoria quando agem em nome da Companhia. O Código também se aplica em todos os relacionamentos estabelecidos pela Companhia com os seus acionistas, clientes, fornecedores, sindicatos, comunidades, Governo, sociedade, meios de comunicação e quaisquer terceiros.

Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

A Companhia não possui um programa periódico de treinamento a respeito do Código de Conduta Ética, entretanto no momento da integração de seus colaboradores, orienta e capacita os novos colaboradores em relação ao seu Código de Ética, assim como divulga seu Canal de Ética. Os novos colaboradores assinam um Termo de Ciência e Compromisso anexo ao Código de Ética. A Companhia disponibiliza também aos seus colaboradores, sempre que necessário, treinamentos focados no conteúdo de seu Código de Ética, com o objetivo de reforçar conceitos, demonstrar quais são as condutas esperadas e trazer conscientização sobre as políticas e práticas internas.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

De acordo com o Código de Ética e Conduta da Companhia, as sanções aplicáveis em razão da violação aos preceitos do Código serão mensuradas caso a caso e avaliadas pela Diretoria, levando em consideração: (i) a natureza e a gravidade da violação; (ii) o cargo e histórico do transgressor, bem como suas responsabilidades; (iii) circunstâncias atenuantes ou agravantes em relação à infração cometida; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

Dentre as sanções aplicáveis, estão medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual e desligamentos dos Colaboradores envolvidos por justa causa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia possui Código de Ética e Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de junho de 2021, que pode ser acessado em nosso website: www.agribrazil.net.

(b) canal de denúncia. Em caso positivo: positivo:(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

A Companhia mantém um portal de denúncias o qual está aberto para recebimento de denúncias internas e externas, por meio do qual é possível reportar e relatar situações de qualquer natureza relacionadas possíveis infrações ou desconformidades com a legislação, o Código de Ética ou os valores da Companhia, o denunciante pode optar por não se identificar, sendo garantido seu anonimato. A Companhia não permite qualquer discriminação, penalização ou retaliação dos denunciantes de boa-fé. O canal de denúncias é operado por uma empresa independente e imparcial e especializada na operação de canais dessa natureza com a denominação social Insights Ética e Compliance LTDA devidamente inscrita com CNPJ/MF sob o nº 30.166.710/0001-57.

A Companhia não tolerará nenhuma retaliação à pessoa que preste a referida denúncia, relatando a ocorrência potencialmente violadora do disposto no Código, em políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia. Para tanto, todas as denúncias serão tratadas de forma confidencial e eventuais retaliações serão punidas pela Companhia, mediante a aplicação de sanções àqueles que descumprirem o disposto no Código.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

A Companhia não possui política formalizada para processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias e não houve qualquer processo de fusão, aquisição e reestruturação societária até o momento.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável. A Companhia possui diretrizes internas discriminadas em seu Código de Ética e Conduta, e está aprimorando constantemente seus procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes ou práticas ilícitas e antiéticas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Os riscos apresentados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência são constantemente monitorados por nós e apresentam-se, de forma geral, estáveis, sem expectativas de redução ou aumento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	15/07/2013
Forma de Constituição do Emissor	Constituída na forma de sociedade limitada. Posteriormente, transformou-se em sociedade por ações de 31/05/2020
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/06/2021

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída, na forma de sociedade limitada, no segundo semestre de 2013 pelo Sr. Frederico José Humberg, com o intuito de atuar no segmento de exportação de grãos, especialmente milho e soja. A Companhia foi mantida totalmente não operacional até meados de 2016, quando se iniciaram os processos pré-operacionais, que perduraram até o início de suas atividades em janeiro de 2017.

As atividades da Companhia consistem na aquisição de milho e soja, inclusive não transgênicos, produzidos de fazendeiros, cooperativas e revendas localizados no interior do Brasil, transportando e vendendo no mercado local, bem como exportando para a Europa, Ásia, Caribe e Oriente Médio.

A Companhia possui atualmente cerca de 30 (trinta) colaboradores entre executivos e empregados, distribuídos entre a sede em São Paulo e as filiais localizadas em Sorriso (MT), Canarana (MT), Rio Verde (GO), Londrina (PR), Porto Alegre (RS), Belém (PA) e Luis Eduardo Magalhães (BA). A partir delas, a Companhia opera nos principais corredores de exportação do país, tais como os portos de Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Miritituba, Barcarena, Ilhéus e Santana. Além disso, a Companhia conta com uma subsidiária integral na Suíça, responsável por viabilizar vendas diretas para o mercado externo: a Agribrasil Global Market SA, localizada em Genebra, na Suíça.

Além disso, a Companhia possui participação equivalente a 40% do capital social da Portoeste – Terminal Portuário de Ilhéus S.A., sociedade não operacional e, atualmente, não considerada relevante para o desenvolvimento das atividades da Companhia, sendo certo que uma vez iniciadas suas operações, pode vir a ser um importante porto de embarque de grãos para a Companhia.

Em 31 de maio de 2020, a Companhia, originalmente constituída sob a forma de sociedade limitada, foi convertida em sociedade por ações e, em 09 de outubro de 2020 e retificada em 31 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral da Companhia autorizou o pedido de registro junto à CVM de emissora categoria “A” e o pedido de listagem da Companhia na bolsa de valores B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em conjunto com o pedido de admissão da Companhia ao segmento especial de listagem denominado “BOVESPA MAIS”.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

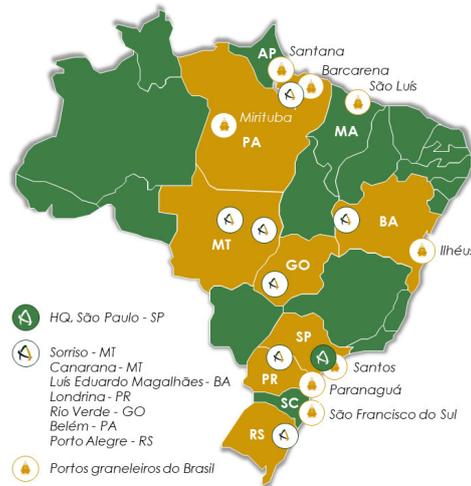
6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Fundada por Frederico Humberg em julho de 2013, a Agribrasil é uma companhia brasileira com capital 100% nacional atuante principalmente na exportação de grãos. A Companhia foi mantida totalmente não operacional até meados de 2016, quando se iniciaram os processos pré-operacionais, que perduraram até o início de suas atividades em janeiro de 2017.

Atualmente, a Companhia é sediada na Cidade e Estado de São Paulo, e possui filiais nos seguintes estados brasileiros: Mato Grosso, Paraná, Bahia, Pará, Goiás e Rio Grande do Sul.



Fonte: Companhia

As atividades da Companhia consistem na aquisição de milho e soja, transgênicos e não transgênicos, diretamente de grandes produtores, fazendeiros, cooperativas e revendas localizados no interior do Brasil. A Companhia atua na aquisição, na logística do transporte desses grãos e entrega dos mesmos no destino final, seja vendendo no mercado interno brasileiro ou exportando para mais de quinze países.

A presença geográfica da Companhia é essencial para proporcionar eficiências em suas operações. Além da presença regional nos quatro principais estados produtores: MT, PR, RS e GO, a Agribrasil possui filiais no PA e BA, importantes centros de produção nas regiões Norte e Nordeste.

A Companhia acredita ter práticas de governança corporativa compatíveis com as usualmente adotados pelo mercado, possuindo uma gestão de riscos e da cadeia logística. Para esse processo, a Companhia conta com uma equipe experiente no agronegócio brasileiro e no comércio internacional de grãos.

As operações de compra e logística se concentram no Brasil, mas a Companhia possui uma subsidiária na Suíça, que viabiliza as vendas diretas no mercado global, facilitando as negociações com compradores mundiais.

A principal missão da Companhia é atuar como uma plataforma nacional independente, conectando o produtor de grãos ao comprador global, operando de forma voltada ao cliente e gerindo todo o processo de comercialização, incluindo a logística e riscos associados.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Em julho de 2006 a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) se comprometeram a não comercializar soja proveniente de áreas desmatadas do Bioma Amazônia. O pacto ficou conhecido como Moratória da Soja. A Companhia acredita na necessidade de ser socialmente e ambientalmente responsável, sendo signatária deste pacto desde o início de suas atividades, se comprometendo a não comercializar, adquirir e financiar soja oriunda de: (a) áreas desmatadas dentro do Bioma Amazônia após julho de 2008; (b) áreas que constem na lista de áreas embargadas por desmatamento do IBAMA; e (c) fornecedores inseridos na lista de trabalho análogo ao escravo. Ainda, a Companhia é submetida a processos de auditoria anuais para assegurar o cumprimento do pacto.

A originação dos grãos utilizados nas operações da Companhia é realizada no interior do Brasil, principalmente nos estados do Mato Grosso e Paraná. Uma equipe de campo faz a primeira análise do produto, e de sua respectiva área de plantio, certificando-se da sustentabilidade e qualidade dos grãos – do cultivo à colheita. Desde julho de 2020, a Companhia acompanha a área de plantio, via satélite. Adicionalmente, o produtor de grãos assina contrato responsabilizando-se legalmente pela origem do produto.

As vendas destinam-se tanto ao mercado interno, para consumo animal, como à exportação, visando atender consumidores e distribuidores em diversos continentes, com foco na Ásia e Europa e no Oriente Médio. Para buscar resultados positivos na compra e transporte de grãos em um país com as dimensões geográficas do Brasil a Companhia acredita ser necessário que ocorra um equilíbrio entre a eficiência e, também, a sustentabilidade.

A Agribrasil atua em um sistema multimodal, que permite o alcance de produtores pelo Brasil e movimentou mais de 80% dos grãos por modais hidros e ferroviários em 2020. O transporte rodoviário é necessário, em alguns trechos e situações, mas enquanto o transporte rodoviário representa 65% da matriz de grãos no Brasil, na Companhia ele ocupou menos de 20% do total e emite quase cinco vezes menos gás carbônico por tonelada transportada do que um caminhão.

	Hidroviás	Ferrovias	Rodovias
Emissão de CO ₂ *	20	23	101
Matriz de transportes brasileira	5%	15%	65%
Matriz de transportes Agribrasil **	50%	32%	18%

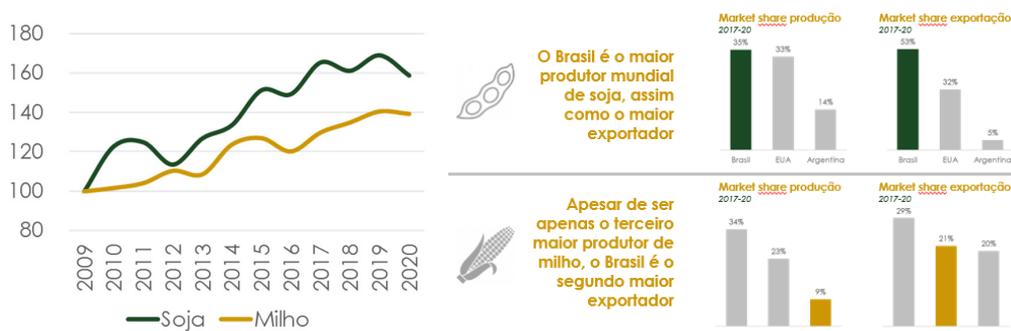
* gCO₂ / TKU
** Volume de toneladas (%)

Fonte: Estudo CNT da Navegação Interior de 2013, Navegação Interior BNDES Setorial 47 e informações da Companhia.

A Companhia busca as alternativas mais eficientes na escolha do frete. Por esta razão os corredores de exportação mais utilizados são os dos portos de Barcarena (PA) e de Santos (SP), que permitem a utilização de barcaças e ferrovias, respectivamente, e que juntos, corresponderam por 90% da movimentação de grãos da Agribrasil em 2020. Os 10% restantes foram escoados pelos portos do Sul, utilizando, exclusivamente, o sistema rodoviário.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

O Brasil figura entre os três maiores produtores e exportadores de milho e já é o maior produtor e exportador de soja mundial.



Fonte: USDA, Banco Mundial, USDA, OECD-FAO e EMBRAPA. https://www.researchgate.net/figure/Evolution-of-world-soybean-area-and-production-source-USDA_fig1_283201775 e <https://cornindustryppnikolakostic.wordpress.com/corn-industry/>.

Dessa forma, buscando acompanhar a evolução da produção mundial de grãos desde sua fundação, a Companhia vem crescendo, aumentando o volume de grãos comercializados ao longo dos anos. O volume de toneladas foi de 82,3 mil (41,2 mil de milho e 41,2 mil de soja), 169,2 mil (83,5 mil de milho e 85,7 mil de soja) em 2018, 522,4 mil (485,1 mil de milho e 37,3 mil de soja) em 2019 e 1.146,8 mil (818,7 mil de milho e 328,1 mil de soja) em 2020.

Evolução do volume comercializado pela Companhia (milhares de toneladas)

Ano	2017	2018	2019	2020
Milho	41,2	83,5	485,1	818,7
Soja	41,2	85,7	37,3	328,1
Total	82,3	169,2	522,4	1.146,8

A Companhia pretende continuar expandindo suas operações, amparados pela tendência de crescimento do agronegócio no Brasil e a demanda por grãos no mundo inteiro para as mais diversas finalidades. A estratégia de expansão concentra-se tanto na originação de mais produtos e busca de novos clientes como na otimização do nosso processo logístico, em que buscamos (a) manter e reforçar o relacionamento com operadores logísticos, empresas de transporte (incluindo ferroviário e rodoviário e terminais portuários, buscando celebrar contratos de longo prazo), (b) aumentar nossa presença geográfica nos estados brasileiros (temos atualmente sete filiais localizadas estrategicamente no Brasil) e (c) investir em ativos logísticos (como terminais portuários) em locais estratégicos e carentes de terminais operados por terceiros não proprietários das mercadorias, tudo de forma a tornar o processo de logística mais eficiente e gerar sinergias para as operações.

Como reflexo de tal crescimento e visando o aprimoramento das práticas de governança corporativa, a Companhia alterou a sua natureza societária de sociedade limitada para sociedade anônima em maio de 2020, estabelecendo um Conselho de Administração e incluindo um Conselheiro Independente.

A Companhia acredita atuar com disciplina na originação dos produtos comercializados e na gestão dos riscos em toda a cadeia logística. Na originação dos grãos, uma equipe de campo faz a primeira análise do produto, e de sua respectiva área de plantio, certificando-se da sustentabilidade e qualidade dos grãos – do cultivo à colheita, sendo que, desde julho de 2020, a Companhia acompanha a área de plantio, via satélite. Os preços de compra das mercadorias agrícolas são objeto de proteção contra riscos financeiros (hedge). A Companhia monitora diariamente o valor em risco (value at risk) dos produtos que comercializa, negociando contratos futuros na Bolsa de Chicago e contratando cobertura de hedge cambial, de forma que não haja chamadas de margem de variação. A Companhia pretende continuar aprimorando o processo de gestão de riscos e investindo no monitoramento dos processos operacionais, promovendo uma contínua especialização e treinamento de suas equipes.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Informações Financeiras

Apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros para os períodos indicados. Para informações financeiras mais detalhadas sobre indicadores financeiros da Companhia ver item 10 deste Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados.

(Em milhares de R\$, exceto percentual)	Período de	Período de	Var.	Exercício	Exercício	Var.	Exercício	Var.
	três meses findo em 31 de março de 2021	três meses findo em 31 de março de 2020	1T21/1T20	social encerrado em 31 de dezembro de 2020	social encerrado em 31 de dezembro de 2019	2020/2019	social encerrado em 31 de dezembro de 2018	2019/2018
Receita operacional líquida	285.232	96.539	195,5%	1.368.190	386.486	254,0%	155.261	148,9%
Custo dos produtos vendidos	(267.544)	(80.851)	230,9%	(1.302.425)	(371.083)	251,0%	(154.078)	140,8%
Lucro bruto	17.688	15.688	12,7%	65.765	15.403	327,0%	1.183	1202,0%
<i>Margem bruta</i> ⁽¹⁾	6,2%	16,3%	-10,1 p.p.	4,8%	4,0%	0,8 p.p.	0,8%	3,2 p.p.
Despesas operacionais	(3.081)	(1.801)	71,1%	(15.838)	(5.113)	209,8%	(2.412)	112,0%
<i>% da receita líquida de vendas</i>	1,1%	1,9%	-0,8 p.p.	1,2%	1,3%	-0,1 p.p.	1,6%	-0,3 p.p.
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.747	3.008	57,8%	25.623	2.100	1120,1%	(2.334)	-
<i>Margem líquida</i> ⁽²⁾	1,7%	3,1%	-1,4 p.p.	1,9%	0,5%	1,4 p.p.	-1,5%	2,0 p.p.
LAJIDA ⁽³⁾	14.651	13.917	5,3%	50.068	10.355	383,5%	(1.188)	-
<i>Margem LAJIDA</i> ⁽⁴⁾	5,1%	14,4%	-9,3 p.p.	3,7%	2,7%	1,0 p.p.	-0,8%	3,5 p.p.
LAJIDA Ajustado ⁽⁵⁾	8.831	3.977	122,1%	45.497	8.445	438,7%	2.744	207,8%
<i>Margem LAJIDA Ajustado</i> ⁽⁶⁾	3,1%	4,3%	-1,2 p.p.	3,3%	2,2%	1,1 p.p.	1,8%	0,4 p.p.
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	75.180	n/a ⁽⁸⁾	n/a ⁽⁸⁾	61.730	27.271	126,4%	16.285	67,5%
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.502	n/a ⁽⁸⁾	n/a ⁽⁸⁾	1.502	-	-	-	-
Dívida líquida ⁽⁷⁾	(52.537)	n/a ⁽⁸⁾	n/a ⁽⁸⁾	(46.629)	12.792	n.m. ^(*)	10.974	16,6%
<i>Dívida Líquida / LAJIDA ajustado</i> ⁽⁸⁾	(5,9)	n/a ⁽⁸⁾	n/a ⁽⁸⁾	(1,0)	1,5	n.m. ^(*)	4,0	-62,5%

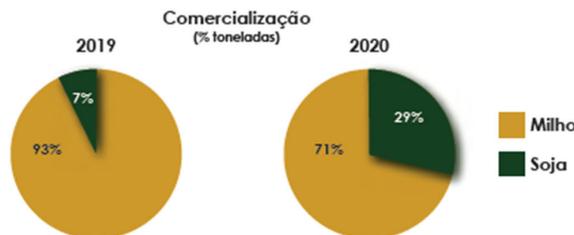
(*) não mensurável

- (1) A margem bruta consiste no lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.
- (2) A margem líquida consiste no lucro líquido (prejuízo) dividido pela receita líquida de vendas.
- (3) O LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527 e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social e pela depreciação e amortização. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa, indicador de liquidez ou como base para a distribuição. O LAJIDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao LAJIDA divulgado por outras empresas. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o LAJIDA vide seção 3.2 deste Formulário de Referência.
- (4) A Margem LAJIDA é calculada como o LAJIDA dividido pela receita líquida de vendas.
- (5) O LAJIDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao LAJIDA ajustado (i) pelo resultado de variação cambial líquida; (ii) pelas despesas incorridas na obtenção do registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e (iii) despesas com consultoria jurídica para aceleração da recuperação de créditos de PIS e da COFINS detidos pela Companhia. O LAJIDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa, indicador de liquidez ou como base para a distribuição. O LAJIDA Ajustado divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao LAJIDA Ajustado divulgado por outras empresas, uma vez que não possui um significado padrão. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o LAJIDA Ajustado vide seção 3.2 deste Formulário de Referência.
- (6) A margem LAJIDA ajustada % consiste no LAJIDA Ajustado dividido pela receita líquida de vendas.
- (7) A Dívida Líquida corresponde a Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, estoques e operações de non-deliverable forwards ativas.
- (8) Dívida Líquida ajustada dividido pelo LAJIDA ajustado.
- (9) Não aplicável devido as informações de ativos e passivos do balanço patrimonial considerados para fins comparativos nas Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2021 serem às de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não está sujeita a covenants financeiros.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Por fim, a Companhia figura entre as melhores empresas de comércio exterior do agronegócio pela premiação conferida pela Revista Globo Rural e a Editora Globo, com base em dados coletados pela Serasa Experian, e está entre as melhores de Governança do agronegócio no anuário das mil maiores empresas do Brasil. Esse reconhecimento é resultado de *milestones* que foram atingidos e estão destacados na figura abaixo:

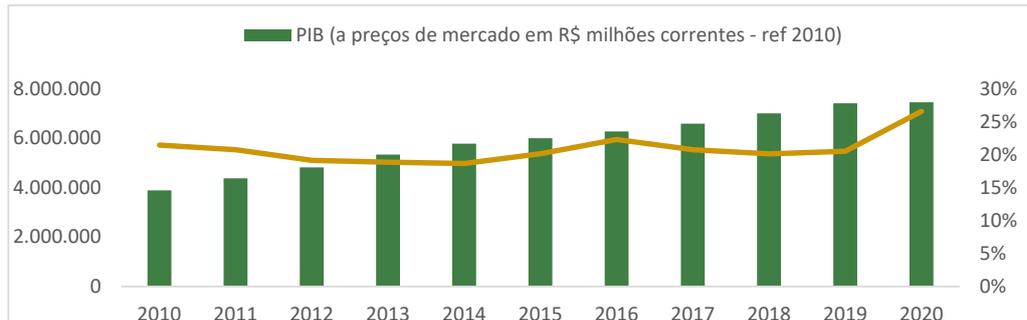


Fonte: Companhia e publicações ISTO É. Para maiores informações: <https://www.agribrazil.net/governanca/>, <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9fb62373-13df-4c5c-bb64-b6c11d6632db/9eb20edf-e697-b661-5529-0ad084b3bcba?origin=2>, <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9fb62373-13df-4c5c-bb64-b6c11d6632db/59aa089e-0e83-c421-6fd1-aa941f169da4?origin=2>

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Oportunidades de Mercado:

O PIB do agronegócio cresceu 2,06% em dezembro e fechou o ano de 2020 com uma expansão recorde de 24,31%, na comparação com 2019, segundo Comunicado Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).



Fonte: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/piib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>, aba PARTICIPAÇÃO_BR, colunas B e H.

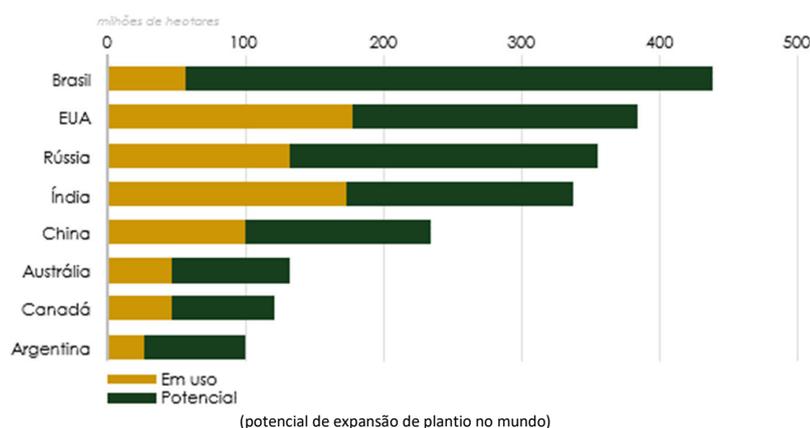
Com o resultado, o agronegócio ampliou para 26,6% sua participação no PIB total do país no ano passado. Em 2019, este percentual foi de 20,5%. Todos os segmentos da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro no geral tiveram alta em 2020, com destaque para o setor primário (56,59%), composto por produtores rurais, agricultores e pecuaristas. Apesar desta representatividade, segundo os critérios setoriais da B3, em 15 de junho de 2021, apenas 2,6% pertencem à agricultura, açúcar e álcool, carnes e derivados, ao considerarmos o valor de mercado destas empresas em relação à todas as empresas listadas na B3.

Nesse contexto, a produção mundial de grãos vem crescendo e essa tendência deve continuar nos próximos anos. Segundo o Banco Mundial e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) o mundo vai precisar cada vez de mais grãos. Essa demanda será impulsionada, principalmente, pelo crescimento da população, demografia mundial em transformação e destinos alternativos do uso de grãos:

- **População crescente:** a população global atingiu 7,8 bilhões de pessoas em 2020 e cresce a uma taxa de 1,1% ao ano, concentrada em regiões onde a produção de alimentos é limitada.
- **Demografia em transformação:** a urbanização mundial continua evoluindo e deve ultrapassar 60% nos próximos anos, ao passo que os índices de pobreza estão em queda. É esperado que o aumento de renda seja acompanhado por um maior consumo de proteínas animais. Nesse sentido, o aumento do consumo de grãos se torna ainda maior, dado que esses grãos são matéria-prima para produção da ração animal.
- **Destinos alternativos da produção:** os cientistas ainda estão descobrindo todos os usos alternativos para a soja e o milho. A produção de etanol de milho no mundo está em crescimento. Porém, essa fonte de energia ainda é pouco utilizada em alguns países. O milho pode diminuir o impacto dos choques de oferta e demanda do etanol de cana-de-açúcar, e tornar os países menos dependentes dos combustíveis fósseis, sendo que essa matéria prima já conta com políticas de incentivos em países como EUA e China.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Nesse contexto, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Brasil ocupa posição privilegiada pois é a nação com maior potencial de expansão de plantio. Superando os EUA, segundo colocado, em mais de 50 milhões de hectares.



Fonte: Companhia com base nas informações extraídas da publicação do The Economist, conforme link <https://www.economist.com/briefing/2010/08/26/the-miracle-of-the-cerrado> / <http://media.economist.com/images/images-magazine/2010/35/bb/201035bbm954.gif>

Vantagens Competitivas:

A Companhia acredita que suas principais vantagens competitivas são:

Foco na Originação e Busca de Grãos (Soja e Milho).

O foco da Companhia está na originação e busca de grãos (soja e milho) produzidos por produtores rurais (grandes produtores, fazendeiros, cooperativas, etc) ou comercializados por revendedores para posterior venda no mercado local e internacional. Vale ressaltar que a Companhia representa menos de 5% das compras da base atual de fornecedores e não faz pré-pagamento junto aos produtores, o que diminui exposição ao risco operacional dessas contrapartes, operando de forma independente, sem qualquer competição com os clientes finais. Isso reduz potenciais questões de conflito de interesses e assegura aos clientes confidencialidade sobre as posições de embarque e preços praticados, aumentando o valor percebido da operação e a confiança nos serviços. Como resultado, a Companhia consegue diversificar sua clientela (atende mais de quarenta clientes globais, dentre eles distribuidores regionais de grãos e consumidores finais), e pode atuar com maior flexibilidade aos clientes, como, por exemplo, como representantes de compradores externos, modelo que economiza a necessidade destes de montar uma operação no Brasil, e se preparar para as particularidades das operações locais.

Flexibilidade no atendimento.

Como resultado de sua atuação independente e diversificada, somos capazes de atender demandas menos padronizadas (seja do ponto de vista logístico e de transporte, como produtos de qualidades especiais) e ter desenvoltura para atuar fora dos grandes centros. Essa estratégia operacional posiciona a Companhia em um mercado com um nível de competição menor e com maior capacidade de aumento do share of wallet de seus clientes.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Administração e padrões de governança.

A Companhia possui time de executivos com longo histórico de atuação em empresas do agronegócio brasileiro, que possuem entendimento das particularidades do agronegócio brasileiro e suas oportunidades para melhorias. Um desses pontos é o baixo nível de governança corporativa das empresas do agronegócio brasileiro. Desde nossa criação, a Companhia tem aprimorado a sua governança corporativa e controles internos, contando com uma equipe de administração profissional, composta por executivos qualificados e experientes, plenamente alinhados aos nossos objetivos, através de um programa de participação nos lucros bem definido. Nos últimos anos, as estratégias se mostraram capazes de conciliar a expansão da operação e satisfação dos clientes.

A Estratégia de Crescimento:

A Companhia pretende consolidar sua posição como plataforma de originação nacional independente, conectando o produtor de grãos ao comprador global e operando de forma voltada ao cliente, com a gestão de todo o processo de comercialização, incluindo estratégias de eficiência logística e gestão de riscos. A principal atividade da Companhia, a exportação de grãos, viabiliza diversas opções para expansões verticais/horizontais:



Como visto acima, a Companhia possui uma operação com alternativas de expansão e ganhos com sinergias. Para isso, a Companhia acredita que o entrosamento e experiência da sua equipe no agronegócio brasileiro, a colocaria em uma posição que possibilitaria explorar as oportunidades que a exportação de grãos proporciona.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Atual Estrutura Societária*:



* Humberg Consultoria Eireli é uma sociedade unipessoal detida pelo Sr. Frederico José Humberg

Após a realização da oferta o Acionista Frederico José Humberg continuará como controlador da Companhia.

A Companhia obteve as aprovações de seus credores para a modificação da sua composição acionária.

Informações Adicionais:

A Companhia possui atualmente cerca de 40 (quarenta) colaboradores, entre executivos e empregados, distribuídos entre a sede em São Paulo e as filiais localizadas em Sorriso (MT), Canarana (MT), Rio Verde (GO), Londrina (PR), Porto Alegre (RS) e Belém (PA). A partir delas, a Companhia opera nos principais corredores de exportação do país, tais como os portos de Santos, Paranaguá, Miriituba, Barcarena, Ilhéus e Santana.

Além disso, a Companhia conta com uma subsidiária integral na Suíça, responsável por viabilizar vendas diretas para o mercado externo: a Agribrasil Global Market SA, localizada em Genebra, na Suíça.

Além disso, a Companhia possui participação equivalente a 40% do capital social da Portoeste – Terminal Portuário de Ilhéus S.A., sociedade não operacional e, atualmente, não considerada relevante para o desenvolvimento das atividades da Companhia, sendo certo que uma vez iniciadas suas operações, pode vir a ser um importante porto de embarque de grãos para a Companhia.

Em 31 de maio de 2020, a Companhia, originalmente constituída sob a forma de sociedade limitada, foi transformada em sociedade por ações e, em 10 de junho de 2021, obteve o registro junto à CVM de emissora categoria “A” e listou suas ações na bolsa de valores B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial de listagem denominado “BOVESPA MAIS”.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A principal atividade realizada pela Companhia é a comercialização de soja e milho. A Companhia conduz suas operações em um único segmento operacional o de comercialização de grãos.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(Em milhares de R\$, exceto percentual)	Período de 3 meses findo em 31 de março de				Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2021	%	2020	%	2020	%	2019	%	2018	%
Receita líquida de vendas	285.232	100,0%	96.539	100,0%	1.368.190	100,0%	386.486	100,0%	155.261	100,0%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

(Em milhares de R\$, exceto percentual)	Período de 3 meses findo em 31 de março de				Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2021	%	2020	%	2020	%	2019	%	2018	%
Lucro líquido (prejuízo)	4.747	100,0%	3.008	100,0%	25.623	100,0%	2.100	100,0%	(2.334)	100,0%

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(a) características do processo de produção

As atividades da Companhia não consistem na produção de quaisquer produtos agrícolas, mas sim na sua comercialização para os mercados interno e externo. Nesse sentido, não há processo produtivo estabelecido, mas sim a aquisição dos produtos comercializados diretamente dos produtores localizados no Brasil, e posteriormente, a distribuição e efetiva venda dos produtos, conforme o item (b) abaixo.

(b) características do processo de distribuição

Nosso processo de distribuição é coordenado pelo nosso time de gestão de riscos e logística, que cuidam do transporte dos produtos comercializados pela Companhia via transporte ferroviário, terrestre ou hidroviário até os terminais portuários, observado que a Companhia possui filiais localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul e Pará, para facilitar os processos de distribuição dos produtos.

Nossas exportações, que representam mais de 90% de nossas vendas, são feitas pelos terminais portuários abaixo:

- 1) Porto de Imbituba no estado de Santa Catarina – SC
- 2) Corredor de exportação do Porto de Paranaguá – PR
- 3) Terminal Rumo Logística no Porto de Santos – SP
- 4) Terminal de Uso Privado – TUP Vila do Conde – HBSA – PA
- 5) Terminal Portuário Ilhéus – BA

(c) características dos mercados de atuação

Além dos efeitos decorrentes de sazonalidades, inerentes ao agronegócio, nossas atividades também são afetadas pela conjuntura econômica do Brasil e dos países com os quais operamos. E ainda os efeitos sobre a demanda internacional por produtos agrícolas em função do ritmo de crescimento econômico, fatores de natureza econômica e política, muitas vezes incertos, podem prejudicar o comportamento dos mercados e do setor agropecuário em particular, afetando, entre outros fatores, o preço da commodities, nossos custos de originação, e dos custos logísticos que são diretamente relacionados ao preço de combustíveis e ao preço do petróleo internacional.

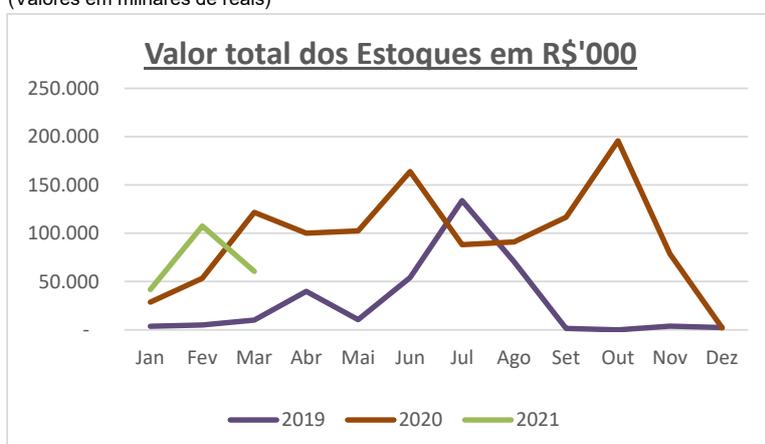
Nossa atividade de comercialização de grãos consiste em comprar grãos no interior do Brasil, com data de entrega futura, a gestão e utilização de instrumentos de proteção de preços e de variação de moeda, o transporte até o terminal para a exportação, são afetados pela disponibilidade e preços das commodities agrícolas, além do custo de transporte, como os rodoviários, hidroviário e ferroviário. A disponibilidade das commodities agrícolas é afetada por fatores climáticos como secas, chuvas, variação de temperatura, além de produtividade da terra e condições econômicas dos produtores, bem como políticas governamentais. A demanda por tais produtos é afetada por mudanças nos padrões mundiais de consumo de alimentos e crescimento da população, além do recente crescimento da produção de combustíveis a partir de oleaginosas. Variações nos preços das commodities, com base na Bolsa de Chicago (CBOT), podem exercer impacto negativo sobre nossas margens, na medida em que o preço muito baixo dificulta a negociação e a garantia de nossas margens nas operações de compra venda. Nossos resultados também são afetados pelos preços de fretes terrestres que compõem parte significativa dos nossos custos. O frete rodoviário no Brasil sofre volatilidade elevada em função da limitação de capacidade de transporte, e forte demanda principalmente na época de safra de soja, que ocorre de fevereiro a abril de cada ano. O frete marítimo sofre maior demanda e elevação nos preços na época de safra de soja americana, que ocorre de setembro a novembro de cada ano. Além disso, o custo de frete está diretamente relacionado ao preço internacional do petróleo, já que o custo com combustível é uma parcela relevante do custo total com transporte.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(d) eventual sazonalidade

Ao longo do ano, o resultado da Companhia é afetado de acordo com a curva sazonal da safra de soja e milho no Brasil, onde é originada a totalidade dos grãos comercializados pela Companhia, afetando inclusive sua necessidade de capital de giro e limite de crédito para NDF e CBOT da Companhia. Eventuais mudanças nesta curva, por exemplo, em função de condições climáticas desfavoráveis ou restrições financeiras dos produtos, têm impacto direto nos níveis de estoques, empréstimos e no volume de vendas ao longo dos meses de cada ano. Nosso estoque de produtos ao longo do ano apresenta elevação na época da safra brasileira, conforme gráfico e tabela abaixo:

(Valores em milhares de reais)



Mês	2019	2020	2021
Jan	3.644	28.621	41.845
Fev	4.940	53.292	107.527
Mar	10.068	121.559	60.464
Abr	39.826	99.987	
Mai	10.471	102.454	
Jun	54.108	163.938	
Jul	133.865	88.108	
Ago	70.422	90.978	
Set	1.436	116.525	
Out	70	195.714	
Nov	3.820	78.483	
Dez	2.331	2.032	

O setor do agronegócio apresenta sazonalidade, especialmente em razão do tamanho da safra, condições de mercado, taxa do dólar, ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. Assim, considerando que as atividades de nossos clientes e fornecedores, estão diretamente relacionadas aos ciclos das lavouras e têm natureza sazonal, as receitas da Companhia também apresentam sazonalidade. Os resultados operacionais sofrem variações significativas entre o período de plantio e colheita de cada safra de nossos fornecedores. Abaixo apresentamos o impacto da sazonalidade na receita da Companhia no período encerrado até 31 de março de 2021, e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como porcentagem da receita líquida de cada trimestre sobre a receita líquida total do exercício social:

	Sazonalidade da receita líquida de vendas	
	2020	2019
1º Trimestre	7,1%	7,4%
2º Trimestre	35,0%	17,7%
3º Trimestre	27,6%	65,0%
4º Trimestre	30,4%	9,8%
Total	100,0%	100,0%

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(e) principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

Temos relacionamentos de longo prazo com mais de 800 fornecedores no Brasil, incluindo produtores dos quais originamos produtos agrícolas, com as transportadoras que utilizamos para distribuição desses produtos e com nossos clientes, não apresentando risco de concentração de fornecedores.

Variações nos preços das commodities, com base na Bolsa de Chicago (CBOT), podem exercer impacto negativo sobre nossas margens, na medida em que o preço muito baixo dificulta a negociação e a garantia de nossas margens nas operações de compra e venda. Nossos resultados também são afetados pelos preços de fretes terrestres que compõem parte significativa dos nossos custos. O frete rodoviário no Brasil sofre volatilidade elevada em função da limitação de capacidade de transporte, e forte demanda principalmente na época de safra de soja, que ocorre de fevereiro a abril de cada ano. O frete marítimo sofre maior demanda e elevação nos preços na época de safra de soja americana, que ocorre de setembro a novembro de cada ano. Além disso, o custo de frete está diretamente relacionado ao preço internacional do petróleo, já que o custo com combustível é uma parcela relevante do custo total com transporte.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 e 2020 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 os 2 (dois) maiores clientes da Companhia no mercado interno representaram 65%, 94%, 46%, 34% e 43%, respectivamente e os 2 (dois) maiores clientes da Companhia no mercado externo representaram 78%, 75%, 28%, 48% e 84%, respectivamente do total da receita líquida de vendas da Companhia. Abaixo segue tabela destacando a concentração por clientes (de 1 a mais de 10 clientes), tanto no mercado interno, quanto no mercado externo, com relação à receita operacional líquida da Companhia:

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Conforme esclarecido no item 7.2, a Companhia possui apenas um único segmento operacional (grãos), razão pela qual as receitas indicadas no item (a) acima afetam tal segmento operacional.

	Período de 3 meses findo em 31 de março de		Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
<u>Mercado Interno</u>					
Concentração 1 cliente	33%	65%	24%	22%	24%
Concentração 2 clientes	65%	94%	46%	34%	43%
Concentração 3 clientes	79%	100%	63%	46%	52%
Concentração 4 clientes	87%		77%	56%	62%
Concentração 5 clientes	93%		85%	65%	69%
Concentração 6 clientes	97%		92%	73%	74%
Concentração 7 clientes	98%		98%	81%	78%
Concentração 8 clientes	100%		99%	86%	81%
Concentração 9 clientes			99%	90%	85%
Concentração 10 clientes			100%	95%	87%
Concentração 10+				100%	100%
<u>Mercado Externo</u>					
Concentração 1 cliente	47%	55%	17%	36%	55%
Concentração 2 clientes	78%	75%	28%	48,5%	84%
Concentração 3 clientes	91%	94%	38%	60%	94%
Concentração 4 clientes	96%	100%	47%	70%	100%
Concentração 5 clientes	99%		56%	77%	
Concentração 6 clientes	100%		64%	85%	
Concentração 7 clientes			69%	92%	
Concentração 8 clientes			75%	94%	
Concentração 9 clientes			79%	97%	
Concentração 10 clientes			83%	99%	
Concentração 10+			100%	100%	

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para condução de suas atividades, além das licenças comuns a qualquer empreendimento (autorização do corpo de bombeiros, alvará licença de localização, etc.) e inscrições federais (CNPJ), estaduais e municipais, conforme o caso, a Companhia precisa de licenças e autorizações para exportação.

A Companhia possui habilitação para operar no comércio exterior junto ao Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), conforme deferida em 14/12/2016 pela Receita Federal do Brasil, com autorização para atuação na submodalidade expressa, com exportação ilimitada e importação até o montante de US\$50.000,00 a cada 6 meses.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Regulação Ambiental

Acreditamos adotar as melhores práticas ambientais em nossas propriedades e buscamos seguir rigorosamente a legislação vigente. Assim, obtemos as licenças e autorizações ambientais necessárias ao funcionamento de nossas atividades.

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal. São esferas de responsabilidade diversas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isentas, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de uma companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental. Independentemente da existência de culpa, o poluidor possui a obrigação de indenizar e/ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental. Além disso, caso a atividade seja realizada por mais de um agente e não seja possível identificar a contribuição de cada agente para o dano ambiental constatado, os órgãos públicos e o Judiciário têm aplicado a teoria da responsabilidade solidária, na qual qualquer dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores. Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço em nossas unidades, como, por exemplo, a supressão de vegetação, o transporte e destinação final de resíduos, não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais. A legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica daquelas entidades causadoras da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Este instrumento pode ser utilizado, em tese, dentro da esfera civil, bastando que a personalidade jurídica seja um entrave à reparação.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Na esfera penal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática das condutas tipificadas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (livre intenção em produzir o resultado) ou culpa (falta de cuidado objetivo necessário, caracterizada pela negligência, imprudência ou imperícia). Assim, para que seja configurada a responsabilidade criminal, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão, sendo a conduta praticada enquadrada em um dos tipos penais previstos legalmente. Para pessoas naturais, são aplicáveis penas privativas de liberdade (reclusão e detenção), restritivas de direito (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial, prestação pecuniária ou recolhimento domiciliar) e multas.

As penas restritivas de direito são autônomas e poderão substituir as privativas de liberdade em determinados casos. Para as pessoas jurídicas, podem ser aplicadas de forma isolada, cumulativa ou alternativa as seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa.

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei de Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. No entanto, alguns órgãos ambientais ainda vêm aplicando a tese da responsabilidade objetiva na esfera administrativa para infrações ambientais. O Ministério Público e órgãos ambientais poderão instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais danos ambientais que possam ser atribuídos às nossas atividades. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e/ou Termos de Compromissos (TC) genéricos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas por tempo determinado. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados no TAC e/ou TC, poderemos ficar sujeitos à riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.]

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não é dependente de nenhuma marca para o desenvolvimento de suas atividades.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

A receita líquida de vendas proveniente dos clientes atribuídos no Brasil (mercado interno) no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizou R\$ 85.339 mil e R\$ 62.194 mil, respectivamente, representando, respectivamente, 29,9% e 4,5% da receita líquida de vendas da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor e (c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida de vendas da Companhia proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros (mercado externo) totalizou R\$ 200.125 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2021 representando 70,2% da receita líquida de vendas da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de vendas da Companhia proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros totalizou R\$ 1.305.979 mil representando 95,4% da receita líquida de vendas da Companhia.

A receita líquida de vendas consolidada está distribuída por diversos países, conforme segue:

	Período Encerrado em 31/03/2021		Exercício Social findo em 31/12/2020	
	Soma de Receita Líquida (R\$ Milhares)	Participação %	Soma de Receita Líquida (R\$ Milhares)	Participação %
ITALIA	93.811	46,88%	223.554	17,10%
INGLATERRA	2.574	1,30%	146.469	11,00%
AUSTRIA	38	0,00%	130.905	10,00%
CORÉIA DO SUL	-	0,00%	115.739	8,90%
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	65	0,00%	115.293	8,80%
CINGAPURA	32.565	16,32%	99.303	7,60%
ILHAS VIRGENS	-	0,00%	97.875	7,50%
SUIÇA	62.329	31,14%	91.685	7,00%
HOLANDA	238	0,12%	74.354	5,70%
ESTONIA	-	0,00%	62.044	4,80%
LUXEMBURGO	-	0,00%	52.721	4,00%
TURQUIA	-	0,00%	44.452	3,40%
URUGUAI	-	0,00%	28.009	2,10%
ESTADOS UNIDOS	8.620	4,31%	14.604	1,10%
ROMANIA	-	0,00%	8.973	0,70%
Total Exportação	200.125*	100,00%	1.305.979*	100,00%

*Valores aproximados.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

A Companhia está sujeita à legislação de todos os países mencionados no item 7.6, especificamente no que se refere à regulamentação de suas atividades comerciais, como, por exemplo, as normas locais de concorrência, societária e de mercado.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

A adoção de um modelo de gestão com foco em sustentabilidade, somado a elementos como os conceitos de empresas válidas, o foco do cliente e a cultura da inovação, reforçam o compromisso da Agribrasil em atuar de forma a equilibrar seu desempenho econômico e socioambiental. Acreditamos que este conjunto de esforços produzem resultados merecidos, superiores, duradouros e admiráveis.

Em dezembro de 2020, foi disponibilizado o Relatório de Sustentabilidade no website da Agribrasil (<https://www.agribrasil.net/sustentabilidade/>). O documento é elaborado e revisado pela própria Companhia, com o apoio de consultores externos, seguindo as diretrizes do GRI (*Global Reporting Initiative*). A partir do relatório, a Agribrasil se compromete a divulgar, anualmente, as práticas e compromissos socioambientais. As informações contidas no Relatório de Sustentabilidade 2020, primeiro da Companhia, não foram auditadas por entidade independente.

A Companhia tem consciência da importância em preservar o meio ambiente, buscando o desenvolvimento sustentável. Por esse motivo, conduz suas atividades de acordo com as melhores práticas de gestão ambiental, comprometendo-se, por meio de suas práticas socioambientais, a atender a legislação vigente, a promover a melhoria contínua e a contribuir com a agenda climática, buscando minimizar a emissão de gases do efeito estufa em suas operações.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Não aplicável, considerando que não existem outras informações relevantes a serem fornecidas neste item.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Não há informações sobre aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não circulante que a Companhia julgue relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Escritório Filial	Brasil	BA	Luís Eduardo Magalhães	Alugada
Escritório Filial	Brasil	PA	Belém	Alugada
Escritório Filial	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Escritório Filial	Brasil	MT	Sorriso	Alugada
Escritório Filial	Brasil	GO	Rio Verde	Alugada
Escritório Filial	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Escritório Filial	Brasil	MT	Canarana	Alugada
Escritório Filial	Brasil	MT	Sorriso	Alugada
Escritório Matriz	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio http://www.agribrasil.net/	06/2023	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
Agribrazil Global Markets SA		-	Controlada	Suíça	RR		Recebimento em dólares de nossos clientes no exterior com transferência para o Brasil.	100,000000
31/03/2021	83,152364	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	829,246488	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2021	52.290.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Controlada da Companhia responsável pelas atividades de gestão do caixa internacional da Companhia e, futuramente, para captação de recursos em moeda estrangeira.								

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia apresentam, nesta seção 10 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação financeira e patrimonial da Companhia pela perspectiva da Administração. Os Diretores da Companhia discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos, ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar a condição financeira e patrimonial da Companhia.

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e, também, das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional, e devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras e demonstrações financeiras intermediárias..

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras intermediárias e/ou demonstrações financeiras anuais ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida de vendas para os períodos/exercícios aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A diretoria está convicta de que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para efetivar seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, bem como suportar o crescimento objetivado para os próximos anos.

O capital de giro é suficiente para as suas atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive os empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos de curto e médio prazo.

(a.1) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita líquida de vendas da Companhia aumentou 148,9% na comparação entre os exercícios de 2019 e 2018, de R\$155,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$386,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Entre os exercícios de 2020 e 2019, a receita líquida de vendas aumentou 254,0%, de R\$386,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.368,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O aumento do índice de endividamento total da Companhia (representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo patrimônio líquido) da Companhia de 9,1 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para 12,5 no período encerrado em 31 de março de 2021, deve-se ao fato do início da safra de soja, elevando os valores nas contas de fornecedores a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos financeiros, o que é normal para essa época de safra. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 esses índices eram de 32,3 e 280,9, respectivamente. Em 31 de março de 2021, a Companhia possui um caixa líquido de R\$ 52.537 mil (R\$ 46.629 mil em 31 de dezembro de 2020) conforme demonstrado na seção 3.2 desse Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na tabela abaixo são apresentados alguns índices de liquidez e endividamento que visam demonstrar a evolução das condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Indicadores financeiros selecionados	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Liquidez corrente ⁽¹⁾	1,04	1,09	1,07	0,88
Liquidez geral ⁽²⁾	1,08	1,11	1,03	1,00
Índice de endividamento total ⁽³⁾	12,5	9,1	32,3	280,9
Retorno sobre o ativo médio ⁽⁴⁾	1,5%	16,7%	6,2%	12,1%

(1) O índice de liquidez corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante pelo passivo circulante.

(2) O índice de liquidez geral é calculado dividindo-se o ativo total pelo passivo total (somatório do passivo circulante e passivo não circulante).

(3) O índice de endividamento total é calculado dividindo-se o passivo total (somatório do passivo circulante e passivo não circulante) pelo patrimônio líquido.

(4) O retorno sobre o ativo médio é calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) do período/exercício pela média aritmética do total do ativo ao final do período/exercício e o total do ativo no início do período/exercício.

Com a finalidade de medir a capacidade financeira para pagar seus compromissos, a Companhia utiliza alguns índices de liquidez. No índice de liquidez geral, por meio do qual foi constatado que em 31 de março de 2021 a Companhia apresentou uma liquidez geral de 1,08. Contudo, esse indicador reflete melhor a realidade financeira da Companhia ao final de cada exercício social que coincide com o final da safra das commodities negociadas pela Companhia, safras de soja e de milho, quando os estoques estão próximos de zero, e a Companhia se prepara para o início operacional da próxima safra. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice de liquidez geral foi de 1,11, 1,03 e 1,00 respectivamente.

Outro indicador para avaliar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos é a liquidez corrente, por meio do qual foi constatado que em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou uma liquidez corrente de 1,04. Esse índice é considerado adequado para essa época do ano com o início da safra da soja que exige mais recursos financeiros em suas principais contas, como por exemplo as contas de estoques, contas a receber, instrumentos derivativos financeiros ativo e no passivo, as contas de fornecedores a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Observa-se que esse indicador em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram, respectivamente, de 1,09, 1,07 e 0,88.

O retorno sobre o ativo médio no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de 1,5%, considerado adequado em função da sazonalidade da safra de soja, para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 o retorno sobre o ativo médio foi, respectivamente, de 16,7%, 6,2% e de -12,1%.

(b) Comentário da diretoria sobre a estrutura de capital

(em milhares de R\$, exceto %s)	Em 31 de março de		Em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2019		2018	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Capital próprio (patrimônio líquido)	26.656	7,4%	26.038	9,9%	1.312	3,0%	84	0,4%
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	334.131	92,6%	237.682	90,1%	42.408	97,0%	23.595	99,6%
Capital total (total do passivo e patrimônio líquido)	360.787	100,0%	263.720	100,0%	43.720	100,0%	23.679	100,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Houve redução na participação do capital próprio para 7,4% em 31 de março de 2021, em comparação à 9,9% em 31 de dezembro de 2020. Em função da execução da safra de soja e da maior necessidade de capital de giro que pode ser notada no aumento do total do passivo circulante e não circulante da Companhia de R\$ 237,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$ 334,1 milhões em 31 de março de 2021, esse aumento de capital de giro diminuiu a representatividade do total do patrimônio líquido da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital próprio representava, respectivamente, 3,0% e 0,4% do total do passivo de do patrimônio líquido.

O patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de março de 2021 era de R\$26,7 milhões. Na mesma data, o capital de terceiros (representado pelo somatório do passivo circulante e não circulante) da Companhia totalizava R\$334,1 milhões representando 92,6% do capital total (representado pelo total do passivo e patrimônio líquido) e a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$71,3 milhões.

(c) Comentários dos diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros até a data deste Formulário de Referência, bem como tem mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

Como consequência da atividade da Companhia e o crescimento de suas operações nos últimos anos e a sua dependência de capital de terceiros, parte dos ativos, principalmente estoques, são dados em garantia aos empréstimos e financiamentos, uma vez que esses ativos são considerados altamente líquidos.

Em 31 de março de 2021 a Companhia possuía a liquidez corrente de 1,04 e uma posição de caixa líquido R\$ 52,5 milhões, relativamente em linha com a posição em 31 de dezembro de 2020 de liquidez corrente de 1,09 e caixa líquido de R\$ 46,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de liquidez corrente era de 1,07 com uma posição de dívida líquida de R\$ 12,8 milhões.

A seguir é apresentada a evolução da Dívida Bruta e da Dívida Líquida (Caixa Líquido) consolidada da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de reais)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (circulante)	75.180	61.730	27.271	16.285
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	1.502	1.502	-	-
Operações de <i>non-deliverable forward</i> passivas	6.394	9.116	1.153	376
Dívida Bruta	83.076	72.348	28.424	16.661
Caixa e equivalentes de caixa	(71.303)	(104.573)	(10.193)	(4.234)
Estoques ⁽¹⁾	(60.464)	(2.032)	(2.331)	(1.453)
Operações de <i>non-deliverable forward</i> ativas ⁽¹⁾	(3.846)	(12.372)	(3.108)	-
(Caixa Líquido) Dívida líquida	(52.537)	(46.629)	12.792	10.974

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes em caixa e equivalentes de caixa, a geração de caixa operacional e os recursos gerados por eventuais captações no mercado serão suficientes para atender as necessidades de liquidez e os compromissos financeiros da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, as principais fontes de financiamento da Companhia foram endividamentos bancários de curto e longo prazos, bem como, no último ano, geração de caixa operacional. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para financiar as aquisições de grãos além de custos e despesas operacionais. No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro atualmente a Companhia não possui endividamento utilizado para investimentos em ativos não circulantes que são mantidos em níveis mínimos pela Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas****(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Instituição Financeira	Encargos financeiros	Vencimento	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de		
				2020	2019	2018
(em milhares de reais)						
ACC (*)	5,0% - 7,5%	jan/20	-	-	9.665	-
ACC (*)	6,5% - 7,0%	mar/20	-	-	1.322	-
ACC (*)	7,0% - 7,5%	mar/20	-	-	6.052	-
ACC (*)	5,0% - 6,5%	ago/20	-	-	7.798	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	nov/20	-	-	2.434	-
ACC (*)	7,5% - 8,0%	fev/19	-	-	-	3.423
ACC (*)	5,0% - 5,5%	mar/19	-	-	-	3.984
ACC (*)	6,5% - 8,5%	abr/19	-	-	-	4.921
ACC (*)	5,0% - 5,5%	mai/19	-	-	-	3.957
ACC (*)	5,0% - 5,5%	fev/21	-	9.800	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	fev/21	-	1.460	-	-
ACC (*)	8,0% - 8,5%	mar/21	-	4.173	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	abr/21	5.873	5.293	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	abr/21	6.935	6.244	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	abr/21	5.524	4.977	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	mai/21	2.322	2.094	-	-
ACC (*)	4,0% - 4,5%	mai/21	3.244	2.927	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	jun/21	9.538	8.584	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	ago/21	2.860	-	-	-
ACC (*)	4,0% - 4,5%	set/21	11.657	10.516	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	out/21	3.427	-	-	-
ACC (*)	4,5% - 5,0%	out/21	3.427	-	-	-
ACC (*)	5,5% - 6,0%	out/21	6.296	5.662	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	fev/22	2.860	-	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	fev/22	2.860	-	-	-
ACC (*)	5,0% - 5,5%	fev/22	3.203	-	-	-
ACC (*)	5,5% - 6,0%	fev/22	5.154	-	-	-
Total – Passivo circulante			75.180	61.730	27.271	16.285
Total – Passivo não-circulante			1.502	1.502	-	-
Total – Passivo circulante e não-circulante			76.682	63.232	27.271	16.285

* ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio

Determinados Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio celebrados pela Companhia possuem cláusulas que preveem o vencimento antecipado caso ocorram eventos pontuais como alteração e/ou transferência de controle capital social, mudanças em suas atividades e intervenção por qualquer órgão regulador.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

O endividamento atual da Companhia continua sendo em sua grande maioria de curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os diretores esclarecem que as dívidas da Companhia não possuem grau de subordinação entre elas, tendo, portanto, direitos iguais de pagamento.

A Companhia esclarece ainda que, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não existiu grau de subordinação entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato que imponha restrição para limite de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

- (i) ACC contratado com o Banco do Brasil S.A., no valor total de R\$ 30.000.000,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 28.771.365,00, sendo que 96% do total contrato já foi utilizado;
- (ii) ACC contratado com o Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$ 20.000.000,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 16.807.035,00, sendo que 84% (oitenta e quatro por cento) do total contrato já foi utilizado;
- (iii) ACC contratado com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor total de R\$ 16.000.000,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 5.469.408,00, sendo que 34% (trinta e quatro por cento) do total contrato já foi utilizado;
- (iv) ACC contratado com o Banco Votorantim S.A., no valor total de R\$ 6.153.084,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 6.153.084,00, sendo que 100% (cem por cento) do total contrato já foi utilizado;
- (v) ACC contratado com o Banco Bradesco SA, no valor total de R\$ 5.697.300,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 5.697.300,00, sendo que 100% (cem por cento) do total contrato já foi utilizado;
- (vi) ACC contratado com o Banco Daycoval SA, no valor total de R\$ 5.127.570,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 5.127.570,00 (cinco milhões, cento e vinte e sete mil, quinhentos e setenta reais), sendo que 100% (cem por cento) do total contrato já foi utilizado;
- (vii) ACC contratado com o Banco Alfa de Investimentos SA, no valor total de R\$ 4.000.000,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 3.190.488,00 sendo que 80% (oitenta e oito por cento) do total contrato já foi utilizado;
- (viii) ACC contratado com o Banco Safra SA, no valor total de R\$ 2.848.650,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 2.848.650,00, sendo que 100% (cem por cento) do total contrato já foi utilizado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os seguintes empréstimos possuem limites aprovados, mas não utilizados em 31 de março de 2021:

- (i) ACC contratado com o Banco Citibank SA, no valor total de R\$ 22.789.200,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 0,00, sendo que 0% do total contrato já foi utilizado;
- (ii) ACC contratado com a Caixa Econômica Federal, no valor total de R\$ 15.000.000,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 0,00, sendo que 0% do total contrato já foi utilizado;
- (iii) ACC contratado com o Banco Pine SA, no valor total de R\$ 10.000.000,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 0,00, sendo que 0% do total contrato já foi utilizado;
- (iv) ACC contratado com o Banco ABC S.A., no valor total de R\$ 6.000.000,00. Em 31 de março de 2021, já havia sido desembolsado R\$ 0,00, sendo que 0% do total contrato já foi utilizado.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020**

Demonstração consolidada do resultado (em R\$ milhares, exceto %s)	31/mar/2 1	AV (%)	31/mar/2 0	AV (%)	AH (R\$)	AH (%)
Receita líquida de vendas	285.232	100,0%	96.539	100,0%	188.693	195,5%
Custo dos produtos vendidos	(267.544)	(93,8)%	(80.851)	(83,7)%	(186.693)	230,9%
Lucro bruto	17.688	6,2%	15.688	16,3%	2.000	12,7%
Despesas gerais e administrativas	(3.081)	(1,1)%	(1.801)	(1,9)%	(1.280)	71,1%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	14.607	5,1%	13.887	14,4%	720	5,2%
Receitas financeiras	91	0,0%	34	0,0%	57	167,6%
Despesas financeiras	(1.688)	(0,6)%	(835)	(0,9)%	(853)	102,2%
Resultado de variação cambial líquida	(5.820)	(2,0)%	(9.940)	(10,3)%	4.120	(41,4)%
Resultado financeiro líquido	(7.417)	(2,6)%	(10.741)	(11,1)%	3.324	(30,9)%
Lucro antes do imposto de renda da contribuição social	7.190	2,5%	3.146	3,3%	4.044	128,5%
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(2.443)	(0,9)%	(138)	(0,1)%	(2.305)	1670,3%
Lucro líquido do período	4.747	1,7%	3.008	3,1%	1.739	(57,8)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou R\$188,7 milhões ou 195,5%, de R\$96,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$285,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021. A receita líquida de vendas aumentou, principalmente, em função de maior volume faturado no primeiro trimestre de 2021 que totalizou 121.449 toneladas quando comparado à 69.005 toneladas no mesmo período do ano anterior, pela maior participação do produto soja no mix de produtos faturados, 82.276 toneladas no primeiro trimestre de 2021 em comparação à 56.950 toneladas no mesmo período do ano anterior e, também, pelo aumento de 63,7% no preço médio das *commodities* de R\$ 2.348,58 por tonelada no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 comparado com R\$ 1.434,29 por tonelada no mesmo período do ano anterior.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em R\$ 186,7 milhões ou 230,9%, de R\$ 80,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$ 267,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021. O custo dos produtos aumentou em função de um maior volume vendido que totalizou 121.449 toneladas no primeiro trimestre de 2021 quando comparado a 69.005 toneladas no mesmo período do ano anterior e, também, pela maior participação do produto soja no mix de produtos faturados, 82.276 toneladas no primeiro trimestre de 2021 em comparação à 56.950 toneladas no mesmo período do ano anterior.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro bruto totalizou R\$17,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021, aumento de R\$2,0 milhões ou 12,7% em relação ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. O aumento da receita líquida de vendas nos primeiros três meses de 2021 de R\$ 188,7 milhões compensou o aumento dos custos dos produtos vendidos de R\$ 186,7 milhões. A margem bruta (representada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) atingiu 6,2% no período de três meses findo em 31 de março de 2021, uma redução de 10,1 p.p., quando comparado a margem bruta de 16,3% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. A redução da margem bruta deve-se, principalmente, pelo aumento dos custos logísticos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$1,3 milhão ou 71,1%, de R\$1,8 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$3,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021. As despesas gerais e administrativas representaram 1,1% da receita líquida de vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 ante a 1,9% no mesmo período do ano anterior. A redução na representativa das despesas gerais e administrativas deve-se, principalmente, ao incremento da receita líquida de vendas.

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social aumentou R\$0,7 milhão ou 5,2%, de R\$13,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$14,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram R\$57 mil ou 167,6%, de R\$34 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$ 91 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2021. Apesar da variação percentual relevante, o saldo nominal das receitas financeiras não é relevante para a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas Financeira

As despesas financeiras aumentaram R\$853 mil ou 102,2%, de R\$835 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$1,7 milhão no período de três meses findo em 31 de março de 2021. Esse aumento é consequência, principalmente, de uma maior necessidade de capital de giro para financiar as operações da Companhia.

Resultado de variação cambial líquida

A despesa de variação cambial líquida reduziu R\$4,1 milhões ou 41,4%, de R\$9,9 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$ 5,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021. Essa redução é consequência, principalmente, de uma menor volatilidade do Real frente ao dólar norte-americano no trimestre em análise.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou R\$4,0 milhões ou 128,5%, passando de R\$3,1 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$7,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) aumentou R\$ 2,3 milhões ou 1670,3%, passando de R\$138 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$2,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento na base tributável e a ausência de prejuízos fiscais para compensar o lucro tributável do primeiro trimestre de 2021.

Lucro líquido do período

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro líquido totalizou R\$4,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021, aumento de R\$1,7 milhão ou 57,8% em relação ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. A margem líquida (representada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas) totalizou 1,7% no período de três meses findo em 31 de março de 2021, uma redução de 1.4 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior quando totalizou 3,1%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Demonstração consolidada do resultado (em R\$ milhares, exceto %s)	31/dez/20	AV (%)	31/dez/19	AV (%)	AH (R\$)	AH (%)
Receita líquida de vendas	1.368.190	100,0%	386.486	100,0%	981.704	254,0%
Custo dos produtos vendidos	(1.302.425)	(95,2)%	(371.083)	(96,0)%	(931.342)	251,0%
Lucro Bruto	65.765	4,8%	15.403	4,0%	50.362	327,0%
Despesas gerais e administrativas	(15.838)	(1,2)%	(5.113)	(1,3)%	(10.725)	209,8%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	49.927	3,6%	10.290	2,7%	39.637	385,2%
Receitas financeiras	426	0,0%	696	0,2%	(270)	(38,8)%
Despesas financeiras	(6.548)	(0,5)%	(2.967)	(0,8)%	(3.581)	120,7%
Resultado de variação cambial líquida	(7.760)	(0,6)%	(2.035)	(0,5)%	(5.725)	281,3%
Resultado financeiro	(13.882)	(1,0)%	(4.306)	(1,1)%	(9.576)	222,4%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	36.045	2,6%	5.984	1,5%	30.061	502,4%
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(10.422)	(0,8)%	(3.884)	(1,0)%	(6.538)	168,3%
Lucro líquido do exercício	25.623	1,9%	2.100	0,5%	23.523	1120,1%

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou R\$981,7 milhões ou 254,0%, de R\$386,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.368,2 milhões no exercício de 2020. Este aumento deve-se, principalmente, em razão do maior volume comercializado e entregue que totalizou 1.146.805 toneladas no exercício de 2020, 328 toneladas de soja e 818.660 toneladas de milho frente a 522.378 toneladas entregues no exercício de 2019, 485.115 toneladas de milho e 37.263 toneladas de soja. Adicionalmente, a receita líquida de vendas foi impulsionada, também, pelo aumento do preço das *commodities* e da taxa de câmbio que ocasionou um preço médio por tonelada vendida de R\$1.193,03 no exercício de 2020 comparada com um preço médio por tonelada vendida de R\$ 739,86 no exercício de 2019.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em R\$ 931,3 milhões ou 251,0%, de R\$ 371,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.302,4 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se, principalmente, em função do maior volume vendido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 que totalizou 1.146.805 toneladas quando comparado com 522.378 toneladas no mesmo período do ano anterior.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro bruto totalizou R\$65,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$50,4 milhões ou 327,0% em relação ao exercício de 2019. A margem bruta (representada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) atingiu 4,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 0,8 b.p. quando comparado com a margem bruta de 4,0% do ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas aumentaram R\$10,7 milhões ou 209,8%, de R\$5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$15,8 milhões no exercício de 2020. Este aumento deve-se, principalmente, ao aumento de R\$5,0 milhões nas despesas com salários, contribuições sociais e benefícios e de R\$5,1 milhões nas despesas com serviços contratados de terceiros para fazer frente ao crescimento das operações da Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas gerais e administrativas corresponderam a 1,2% da receita líquida de vendas comparado a 1,3% no exercício de 2019.

Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social aumentou R\$39,6 milhões ou 385,2%, de R\$ 10,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 49,9 milhões no exercício de 2020.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras reduziram R\$270 mil ou 38,8%, passando de R\$696 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$426 mil no exercício de 2020. Apesar da variação percentual relevante, as receitas financeiras não são nominalmente significativas para a Companhia dado o giro significativo do caixa e equivalentes de caixa.

Despesas Financeira

As despesas financeiras aumentaram R\$3,6 milhões ou 120,7%, passando de R\$ 3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 6,5 milhões no exercício de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento no saldo de empréstimos e financiamento devido à maior necessidade de capital de giro para financiar nossa operação.

Resultado da variação cambial líquida

O resultado da variação cambial líquida aumentou em R\$ 5,7 milhões ou 281,3%, passando de uma despesa líquida de R\$2,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7,8 milhões no exercício de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, à maior necessidade de capital de giro em moeda estrangeira, bem como, da desvalorização do Real frente ao Dólar.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou R\$30,1 milhões ou 502,4%, passando de R\$6,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$36,0 milhões no exercício de 2020.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) aumentou R\$6,5 milhões ou 168,3%, passando de R\$ 3,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 10,4 milhões no exercício de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento das operações da Companhia ocasionando no aumento significativo no lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício de 2020 quando comparado ao exercício anterior.

Lucro líquido

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro líquido aumentou R\$23,5 milhões ou 1.120,1%, passando de R\$ 2,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 25,6 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Demonstração consolidada do resultado (em R\$ milhares, exceto %s)	31/dez/19	AV (%)	31/dez/18	AV (%)	AH (R\$)	AH (%)
Receita líquida de vendas	386.486	100,0%	155.261	100,0%	231.225	148,9%
Custo dos produtos vendidos	(371.083)	(96,0)%	(154.078)	(99,2)%	(217.005)	140,8%
Lucro bruto	15.403	4,0%	1.183	0,8%	14.220	1202,0%
Despesas gerais e administrativas	(5.113)	(1,3)%	(2.412)	(1,6)%	(2.701)	112,0%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	10.290	2,7%	(1.229)	(0,8)%	11.519	(937,3)%
Receitas financeiras	696	0,2%	53	0,0%	643	1213,2%
Despesas financeiras	(2.967)	(0,8)%	(1.484)	(1,0)%	(1.483)	99,9%
Resultado da variação cambial líquida	(2.035)	(0,5)%	(460)	(0,3)%	(1.575)	342,4%
Resultado financeiro	(4.306)	(1,1)%	(1.891)	(1,2)%	(2.415)	127,7%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	5.984	1,5%	(3.120)	(2,0)%	9.104	(291,8)%
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(3.884)	(1,0)%	786	0,5%	(4.670)	(594,1)%
Lucro Líquido	2.100	0,5%	(2.334)	(1,5)%	4.434	(190,0)%

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou R\$231,2 milhões ou 148,9%, de R\$155,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$386,5 milhões no exercício de 2019. Este aumento deve-se, principalmente, em razão do maior volume comercializado e entregue que totalizou 522.378 toneladas no exercício de 2019, sendo 37.263 toneladas de soja e 485.115 toneladas de milho, comparado a 169.169 toneladas entregues no exercício de 2018, sendo 83.497 toneladas de milho e 85.693 toneladas de soja. O aumento no volume comercializado compensou a queda do preço médio de venda do exercício de 2019 de R\$739,86 por toneladas comparado com R\$917,67 por toneladas no ano anterior. Essa redução no preço médio de venda deve-se, principalmente, ao aumento da participação do milho (produto com menor valor por tonelada) na composição da receita da Companhia.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou R\$217,0 milhões ou 140,8%, de R\$ 154,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 371,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se, principalmente, em função do maior volume vendido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 que totalizou 522.378 toneladas quando comparado com 169.190 toneladas no ano anterior.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro bruto totalizou R\$15,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$14,2 milhões ou 1.202,0% em relação ao exercício de 2018. A margem bruta (representada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) atingiu 4,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 3,2 p.p na comparação com o ano anterior. Esse aumento na margem bruta deve-se, principalmente, ao fato que o exercício de 2108 foi fortemente impactado por eventos não usuais como greve dos caminhoneiros, tabelamento dos fretes pelo governo e pela guerra comercial (*trade-war*) travada entre EUA e China.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$2,7 milhões ou 112,0%, de R\$2,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$5,1 milhões no exercício de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento de R\$0,6 milhão nas despesas com salários, contribuições sociais e benefícios e de R\$1,3 milhão nas despesas de serviços contratados de terceiros para fazer frente ao crescimento das operações da Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas gerais e administrativas representaram 1,3% da receita líquida de vendas representando uma redução de 0,3 p.p. em relação ao exercício de 2018 quando representou 1,6% da receita líquida de vendas.

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social variou R\$11,5 milhões ou 937,3%, passando de um prejuízo de R\$1,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para lucro de R\$10,3 milhões no exercício de 2019.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram R\$ 643 mil ou 1.213,2%, passando de R\$53 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$696 mil no exercício de 2019. Apesar da variação percentual relevante, as receitas financeiras não são nominalmente significativas para a Companhia dado o giro significativo do caixa e equivalentes de caixa.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram R\$1,5 milhões ou 99,9%, passando de R\$1,5 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$3,0 milhões no exercício de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento no saldo de empréstimos e financiamentos contratados entre para financiar o incremento das operações da Companhia.

Resultado da variação cambial líquida

O resultado da variação cambial líquida aumentou R\$1,6 milhão ou 342,4%, passando de uma despesa de R\$460 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$2,0 milhões no exercício de 2019. Esses aumentos devem-se, principalmente, pelo aumento da necessidade de capital de giro em moeda estrangeira, bem como, da desvalorização do Real frente ao Dólar.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social variou R\$9,1 milhões ou 291,8%, passando de um prejuízo de R\$3,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para lucro de R\$6,0 milhões no exercício de 2019.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) variou R\$4,7 milhões ou 594,1%, passando de um crédito de imposto de R\$786 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa de R\$ 3,9 milhões no exercício de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, pelo lucro antes do imposto no exercício de 2019 em comparação a prejuízo antes dos impostos no exercício anterior.

Lucro líquido

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro líquido totalizou R\$ 2,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em comparação à um prejuízo de R\$2,3 milhões no exercício de 2018. A margem líquida (representada pelo lucro líquido (prejuízo) dividido pela receita líquida de vendas) atingiu 0,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 2,0 p.p. na comparação com o ano anterior quando totalizou uma margem líquida negativa de 1,5%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS****ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais em 31 de março de 2021 comparado a 31 de dezembro de 2020.

(em mil de R\$, exceto percentual)	31/mar/21	AV (%)	31/dez/20	AV (%)	AH (R\$)	AH (%)
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	71.303	19,8%	104.573	39,7%	(33.270)	(31,8)%
Contas a receber de clientes	63.993	17,7%	2.430	0,9%	61.563	2533,5%
Estoques	60.464	16,8%	2.032	0,8%	58.432	2875,6%
Instrumentos financeiros derivativos	138.106	38,3%	141.819	53,8%	(3.713)	(2,6)%
Impostos a Recuperar	8.318	2,3%	2.002	0,8%	6.316	315,5%
Total do ativo circulante	342.184	94,8%	252.856	95,9%	89.328	35,3%
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Outros ativos não circulantes	191	0,1%	193	0,1%	(2)	(1,0)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.685	3,8%	9.719	3,7%	3.966	40,8%
Depósitos Judiciais	3.725	1,0%	-	-	3.725	-
Investimentos	470	0,1%	470	0,2%	-	-
Imobilizado	532	0,1%	482	0,2%	50	10,4%
Total do ativo não circulante	18.603	5,2%	10.864	4,1%	7.739	71,2%
TOTAL DO ATIVO	360.787	100,0%	263.720	100,0%	97.067	36,8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/mar/21	AV (%)	31/dez/20	AV (%)	AH (R\$)	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	83.597	23,2%	44.378	16,8%	39.219	88,4%
Empréstimos e financiamentos	75.180	20,8%	61.730	23,4%	13.450	21,8%
Obrigações fiscais	6.625	1,8%	113	0,0%	6.512	5762,8%
Obrigações trabalhistas	601	0,2%	2.846	1,1%	(2.245)	(78,9)%
Instrumentos financeiros derivativos	150.396	41,7%	122.501	46,5%	27.895	22,8%
Adiantamento de clientes	10.468	2,9%	-	-	10.468	-
Dividendos a pagar	675	0,2%	-	-	675	-
Total do passivo circulante	327.542	90,8%	231.568	87,8%	95.974	41,4%
Empréstimos e financiamentos	1.502	0,4%	1.502	0,6%	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.087	1,4%	4.612	1,7%	475	10,3%
Total do passivo não circulante	6.589	1,8%	6.114	2,3%	475	7,8%
Total do patrimônio líquido	26.656	7,4%	26.038	9,9%	618	2,4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	360.787	100,0%	263.720	100,0%	97.067	36,8%

Ativo Total

O ativo total aumentou R\$97,1 milhões ou 36,8%, passando de R\$ 263,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$360,8 milhões em 31 de março de 2021. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento da nossa atividade operacional com o início da safra de soja que reflete o acréscimo de R\$58,4 milhões em nossos estoques e, também, em nossas contas a receber que aumentaram R\$ 61,6 milhões, estes aumentos foram parcialmente compensados pela redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$33,3 milhões.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou R\$89,3 milhões ou 35,3%, passando de R\$252,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$342,2 milhões em 31 de março de 2021. Esse aumento deve-se, principalmente, pelo início da safra de soja com o consequente aumento de estoques no valor de R\$58,4 milhões e do contas a receber de R\$61,6 milhões, parcialmente compensado pela redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$33,3 milhões. O ativo circulante representava 94,8% do ativo total em 31 de março de 2021 e 95,9% em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante totalizou R\$18,6 milhões em 31 de março de 2021 e R\$10,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de R\$7,7 milhões ou 71,2%. O ativo não circulante representava 5,2% do ativo total em 31 de março de 2021 comparado a 4,1% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, em função do aumento de R\$4,0 milhões no saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos e de R\$3,7 milhões no saldo de depósitos judiciais, esses dois eventos são normais em função do início da safra.

Passivo Total

O passivo total aumentou R\$96,4 milhões ou 40,6%, passando de R\$237,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$334,1 milhões em 31 de março de 2021. Esse aumento se deve, principalmente, ao início da safra de soja e, conseqüentemente, ao aumento no saldo de fornecedores no montante de R\$39,2 milhões e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$27,9 milhões. Adicionalmente, houve aumento no saldo de empréstimos e financiamentos no montante de R\$13,5 milhões e no adiantamento de clientes no montante de R\$10,5 milhões. Os instrumentos financeiros derivativos são sensíveis ao volume de compras e vendas para entrega futura, o volume contratado para entrega futura em 31 de março de 2021 era de, soja comprada para entrega futura 265.518 toneladas (94.083 toneladas em 31 de dezembro de 2020) soja vendida para entrega futura 278.587 (180.000 toneladas em 31 de dezembro de 2020) e milho comprado para entrega futura 109.028 toneladas (66.146 toneladas em 31 de dezembro de 2020) e milho vendido para entrega futura 69.514 toneladas (36.332 milho em 31 de dezembro de 2020).

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou R\$96,0 milhões ou 41,4%, passando para R\$327,5 milhões em 31 de março de 2021, em comparação a R\$231,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em termos percentuais, o passivo circulante representava 90,8% do passivo e patrimônio líquido em 31 de março de 2021 comparado a 87,8% em 31 de dezembro de 2020.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou R\$475 mil ou 7,8%, passando para R\$6,6 milhões em 31 de março 2021 em comparação a R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em termos percentuais, o passivo não circulante representava 1,8% do passivo e patrimônio líquido em 31 de março de 2021 comparado a 2,3% em 31 de dezembro de 2020.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$618 mil ou 2,4%, passando para R\$ 26,7 milhões em 31 de março 2021 ante R\$ 26,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, ao lucro líquido do período de três meses findo em 31 de março de 2021 de R\$4,7 milhões, parcialmente compensado pelos dividendos declarados (pagos/a pagar) de R\$4,1 milhões neste mesmo período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019.

(em milhares de R\$, exceto percentual)	31/dez/20	AV (%)	31/dez/19	AV (%)	AH (R\$)	AH (%)
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	104.573	39,7%	10.193	23,3%	94.380	925,9%
Contas a receber de clientes	2.430	0,9%	556	1,3%	1.874	337,1%
Estoques	2.032	0,8%	2.331	5,3%	(299)	(12,8)%
Adiantamento a fornecedores	-	-	740	1,7%	(740)	(100,0)%
Instrumentos financeiros derivativos	141.819	53,8%	14.960	34,2%	126.859	848,0%
Impostos a recuperar	2.002	0,8%	12.620	28,9%	(10.618)	(84,1)%
Total do ativo circulante	252.856	95,9%	41.400	94,7%	211.456	510,8%
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Impostos a recuperar imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.853	4,2%	(1.853)	(100,0)%
Investimentos	470	0,2%	-	-	470	-
Imobilizado	482	0,2%	415	0,9%	67	16,1%
Outros ativos não circulantes	193	0,1%	52	0,1%	141	271,2%
Total do ativo não circulante	10.864	4,1%	2.320	5,3%	8.544	368,3%
TOTAL DO ATIVO	263.720	100,0%	43.720	100,0%	220.000	503,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/20	AV (%)	31/dez/19	AV (%)	AH (R\$)	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	44.378	16,8%	6.223	14,2%	38.155	613,1%
Empréstimos e financiamentos	61.730	23,4%	27.271	62,4%	34.459	126,4%
Obrigações fiscais	113	0,0%	4	0,0%	109	2725,0%
Obrigações trabalhistas	2.846	1,1%	192	0,4%	2.654	1382,3%
Instrumentos financeiros	122.501	46,5%	4.931	11,3%	117.570	2384,3%
derivativos						
Adiantamento de clientes	-	-	31	0,1%	(31)	(100,0)%
Total do passivo circulante	231.568	87,8%	38.652	88,4%	192.916	499,1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	1.502	0,6%	-	-	1.502	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.612	1,7%	3.756	8,6%	856	22,8%
Total do passivo não circulante	6.114	2,3%	3.756	8,6%	2.358	62,8%
Total do patrimônio líquido	26.038	9,9%	1.312	3,0%	24.726	1884,6%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	263.720	100,0%	43.720	100,0%	220.000	503,2%

Ativo Total

O ativo total aumentou R\$220,0 milhões ou 503,2%, passando de R\$43,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$263,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, ao crescimento significativo da Companhia e dos bons resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, notadamente refletidos no aumento de (i) R\$ 94,4 milhões no caixa e equivalentes de caixa (R\$104,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$10,2 milhões em 31 de dezembro de 2019); (ii) R\$126,9 milhões nos instrumentos financeiros derivativos em função da elevação dos volumes contratados para entrega futura de soja e milho como segue, soja compras para entrega futura 94.083 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (70.599 toneladas em 31 de dezembro de 2019), soja vendas para entrega futura 180.000 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (145.000 toneladas em 31 de dezembro de 2019), milho compras para entrega futura 66.146 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (139.320 toneladas em 31 de dezembro de 2019), milho vendas para entrega futura 36.332 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (73.400 toneladas em 31 de dezembro de 2019). Esse crescimento operacional é resultado de uma boa execução de um planejamento estratégico de longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou R\$211,5 milhões ou 510,8%, passando de R\$41,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 252,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. O ativo circulante representava 95,9% e 94,7% do ativo total em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente. Esse aumento deve-se, principalmente, pelo aumento significativo das operações da Companhia e do bom resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, notadamente refletidos no aumento de (i) R\$94,4 milhões no caixa e equivalentes de caixa (R\$104,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$10,2 milhões em 31 de dezembro de 2019), (ii) R\$126,9 milhões nos instrumentos financeiros derivativos em função da elevação dos volumes contratados para entrega futura de soja e milho como segue, soja compras para entrega futura 94.083 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (70.599 toneladas em 31 de dezembro de 2019), soja vendas para entrega futura 180.000 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (145.000 toneladas em 31 de dezembro de 2019), milho compras para entrega futura 66.146 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (139.320 toneladas em 31 de dezembro de 2019), milho vendas para entrega futura 36.332 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (73.400 toneladas em 31 de dezembro de 2019).

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou de R\$8,5 milhões ou 368,3%, de R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 10,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. O ativo não circulante representava 4,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 comparado a 5,3% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu basicamente por conta da constituição de R\$9,7 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos, parcialmente compensado pela redução de R\$1,9 milhões nos impostos a recuperar.

Passivo Total

O passivo total aumentou R\$195,3 milhões ou 460,5%, de R\$42,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$237,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento de (i) R\$38,2 milhões em fornecedores (R\$44,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado a R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2019), (ii) R\$34,5 milhões em empréstimos e financiamentos (R\$61,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado a R\$27,3 milhões em 31 de dezembro de 2019), e (iii) R\$117,6 milhões nos saldos de instrumentos financeiros derivativos (R\$122,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$4,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, em função da elevação dos volumes contratados para entrega futura de soja e milho como segue, soja compras para entrega futura 94.083 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (70.599 toneladas em 31 de dezembro de 2019), soja vendas para entrega futura 180.000 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (145.000 toneladas em 31 de dezembro de 2019), milho compras para entrega futura 66.146 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (139.320 toneladas em 31 de dezembro de 2019), milho vendas para entrega futura 36.332 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (73.400 toneladas em 31 de dezembro de 2019).

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou R\$192,9 milhões ou 499,1%, passando de R\$38,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$231,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante representava 87,8% do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 comparado a 88,4% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deve a uma maior alavancagem da Companhia com aumento no saldo de empréstimos e financiamentos, em instrumentos financeiros derivativos, e, em fornecedores para fazer frente ao crescimento de nossas operações. O aumento de (i) R\$38,2 milhões no saldo de fornecedores (R\$44,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2019), (ii) R\$ 34,5 milhões em empréstimos e financiamentos (R\$61,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$27,3 milhões em 31 de dezembro de 2019), (iii) aumento de R\$117,6 milhões nos instrumentos financeiros derivativos (R\$122,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$4,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, em função da elevação dos volumes contratados para entrega futura de soja e milho como segue, soja compras para entrega futura 94.083 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (70.599 toneladas em 31 de dezembro de 2019), soja vendas para entrega futura 180.000 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (145.000 toneladas em 31 de dezembro de 2019), milho compras para entrega futura 66.146 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (139.320 toneladas em 31 de dezembro de 2019), milho vendas para entrega futura 36.332 toneladas em 31 de dezembro de 2020 (73.400 toneladas em 31 de dezembro de 2019).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou R\$2,4 milhões ou 62,8%, passando de R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 6,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. O passivo não circulante representava 2,3% do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 comparado a 8,6% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, em função da captação de um uma linha de longo prazo com o FGI-BNDES com vencimento em outubro de 2022.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$24,7 milhões ou 1.884,6%, passando de R\$ 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$26,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$25,6 milhões, parcialmente compensado pelos dividendos pagos de R\$1,4 milhões.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018.

(em mil de R\$, exceto percentual)	31/dez/19	AV (%)	31/dez/18	AV (%)	AH (R\$)	AH (%)
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	10.193	23,3%	4.234	17,9%	5.959	140,7%
Contas a receber de clientes	556	1,3%	2.341	9,9%	(1.785)	(76,2)%
Estoques	2.331	5,3%	1.453	6,1%	878	60,4%
Adiantamento a fornecedores	740	1,7%	3.989	16,8%	(3.249)	(81,4)%
Instrumentos financeiros derivativos	14.960	34,2%	6.594	27,8%	8.366	126,9%
Impostos a Recuperar	12.620	28,9%	2.116	8,9%	10.504	496,4%
Total do ativo circulante	41.400	94,7%	20.727	87,5%	20.673	99,7%
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Impostos a recuperar	1.853	4,2%	2.668	11,3%	(815)	(30)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	112	0,5%	(112)	(100,0)%
Imobilizado	415	0,9%	168	0,7%	247	147,0%
Outros ativos não circulantes	52	0,1%	4	0,0%	48	1200,0%
Total do ativo não circulante	2.320	5,3%	2.952	12,5%	(632)	(21,4)%
TOTAL DO ATIVO	43.720	100,0%	23.679	100,0%	20.041	84,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/19	AV (%)	31/dez/18	AV (%)	AH (R\$)	AH (%)
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	6.223	14,2%	1.327	5,6%	4.896	369,0%
Empréstimos e financiamentos	27.271	62,4%	16.285	68,8%	10.986	67,5%
Obrigações fiscais	4	-	18	0,1%	(14)	(77,8)%
Obrigações trabalhistas	192	0,4%	113	0,5%	79	69,9%
Instrumentos financeiros derivativos	4.931	11,3%	5.852	24,7%	(921)	(15,7)%
Adiantamento de clientes	31	0,1%	-	-	31	-
Total do passivo circulante	38.652	88,4%	23.595	99,6%	15.057	63,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.756	8,6%	-	-	3.756	-
Total do passivo não circulante	3.756	8,6%	-	-	3.756	-
Total do patrimônio líquido	1.312	3,0%	84	0,4%	1.228	1461,9%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.720	100,0%	23.679	100,0%	20.041	84,6%

Ativo Total

O ativo total aumentou R\$20,0 milhões ou 84,6%, passando de R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$43,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, pelo crescimento das operações da Companhia durante o exercício de 2019, que elevou os saldos das principais contas de nosso balanço, com maior relevância nas rubricas de instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção operacional e para os contratos em aberto para a safra de 2020, o saldo de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro 2019 totalizava R\$14,9 milhões contra R\$6,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, os impostos a recuperar saltaram para R\$12,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 contra R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou R\$20,7 milhões ou 99,7%, passando de R\$20,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$41,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo circulante representava 94,7% e 87,5% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento de (i) R\$6,0 milhões o saldo de caixa e equivalentes de caixa em função da geração de caixa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, (ii) R\$8,4 milhões nos instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção dos valores de compra e de venda para entrega futura dos produtos soja e milho, (iii) R\$10,5 milhões em impostos a recuperar basicamente referente a valores de Pis/Cofins sobre a operação acumulados durante o exercício de 2019, parcialmente compensado pela redução de (a) R\$3,2 milhões nos adiantamentos a fornecedores, e (b) R\$1,8 milhões no contas a receber de clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante reduziu R\$0,7 milhão ou 21,4%, passando de R\$3,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante representava 5,3% e 12,5% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Essa redução se deve, principalmente, a viabilização do ressarcimento parcial de impostos que estavam no longo prazo.

Passivo Total

O passivo total aumentou R\$18,8 milhões ou 79,7%, passando de R423,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 42,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento de (i) R\$ 4,9 milhões em fornecedores (R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$1,3 milhão em 31 de dezembro de 2018), (ii) R\$11,0 milhões em empréstimos e financiamentos (R\$27,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$16,3 milhões em 31 de dezembro de 2018), e (iii) R\$3,8 milhões no imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou R\$15,1 milhões ou 63,8%, passando de R\$23,6 milhões de 31 de dezembro de 2018 para R\$38,7 milhões de 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 88,4% do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 comparado a 99,6% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento se deve principalmente ao aumento de (i) R\$4,9 milhões em fornecedores (R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$1,3 milhões em 31 de dezembro de 2018), (ii) R\$11,0 milhões em empréstimos e financiamentos (R\$27,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$16,3 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou R\$3,8 milhões devido ao reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$1,2 milhões ou 1.461,9%, passando para R\$1,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R\$84 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício de 2019 no montante de R\$2,1 milhões, parcialmente compensado pelos dividendos pagos no montante de R\$1,3 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa da Companhia, relativos aos períodos encerrados em 31 de março de 2021 e 2020.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE MARÇO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de		AH (%)	AH (R\$)
	2021	2020		
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(37.900)	(39.101)	(3,1)%	1.201
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(95)	(12)	691,7%	(83)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	4.725	39.082	(87,9)%	(34.357)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais reduziu R\$ 1,2 milhões ou 3,1% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$39,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$37,9 milhões no mesmo período de 2021. A Administração considera que não houve variações significativas entre ativos e passivos nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 que devam ser observadas, as variações entre as contas patrimoniais foram ocasionadas por um atraso na entrega da safra no ano, e a variação do caixa líquido utilizado nas atividades operacionais se deve basicamente ao aumento do lucro líquido que foi de R\$1,7 milhões de R\$3 milhões para R\$4,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2021, respectivamente.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos aumentou em R\$ 83 mil ou 691,7%, passando de R\$12 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$95 mil no período de três meses encerrado de 31 de março de 2021. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo investimento em um novo sistema de ERP para nossa *offshore* na Suíça.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos apresentou uma redução de R\$34,4 milhões ou 87,9%, de R\$39,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$4,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021. Essa redução deve-se, principalmente, à redução nas captações de empréstimos líquidas dos pagamentos, bem como pelo pagamento de dividendos no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		AH (%)	AH (R\$)
	31 de dezembro de			
	2020	2019		
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	60.475	(3.904)	(1649,1)%	64.379
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(678)	(312)	117,3%	(366)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	35.669	10.175	250,6%	25.494

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou uma variação comparativa de R\$ 64,4 milhões ou 1.649,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, passando de um caixa aplicado nas atividades operacionais de R\$3,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para um caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 60,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A variação ocorreu devido a alguns fatores, entre eles o lucro líquido gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que foi de R\$25,6 milhões o aumento nas contas de fornecedores de R\$38,2 milhões, e a utilização de créditos de PIS e COFINS que fez com que a conta de impostos a recuperar decrescesse em R\$12,5 milhões, incrementos de caixa diminutos por um aumento dos impostos diferidos no montante de R\$8,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos aumentou 117,3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício de 2019, passando de R\$312 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$678 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo aumento de capital na empresa com o aporte de um investimento em controlada, ou seja, contribuição adicional ao nosso capital social do nosso acionista controlador de um investimento minoritário de 40% (quarenta por cento) na empresa Portoeste S/A, no valor de R\$470 mil no exercício de 2020, não houve investimentos desta natureza no exercício anterior.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de 250,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício de 2019, passando de R\$10,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$35,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de é atribuído a captação de Empréstimos no exercício no valor de R\$ 398 milhões e ao pagamento de empréstimo e juros no período no valor de R\$ 361,4 milhões, (R\$43,8 milhões e R\$32,8 milhões respectivamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		AH (%)	AH (R\$)
	2019	2018		
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(3.904)	(7.350)	(46,9)%	3.446
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(312)	(42)	642,9%	(270)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	10.175	9.275	9,7%	900

Atividades operacionais

A necessidade de caixa líquido demandado nas atividades operacionais apresentou uma diminuição de R\$ 3,5 milhões ou 46,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de uma necessidade de caixa líquido de R\$ 7,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação ocorreu, principalmente, pela participação maior do financiamento via fornecedores onde no exercício encerrado em dezembro de 2019 nossos fornecedores financiaram R\$ 4,9 milhões comparado com igual período do ano anterior a empresa teve uma redução na conta de fornecedores de R\$ 817 mil.

Atividades de investimentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de 642,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de R\$ 42 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 312 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de R\$ 900 mil ou 9,7% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de R\$ 9,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 10,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento é atribuído, principalmente, pela captação de empréstimos no exercício no valor de R\$ 43,8 milhões e ao pagamento de empréstimo e juros no período no valor de R\$ 32,8 milhões, (R\$33,1 milhões e R\$22,9 milhões respectivamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia inclui basicamente dois produtos: soja e milho, e os valores totais da receita são materialmente influenciados pelos seguintes fatores: (i) volume de produtos faturados, (ii) mix de produtos faturados e (iii) preço do produto faturado. Os preços dos produtos faturados são impactados pelos componentes: (a) preço da commodities na bolsa de Chicago – Chicago Board of Trade – CBOT, (b) Basis, (c) frete terrestre ou hidroviário (d) custos portuários com elevação; e (e) fumigação. Ainda, como boa parte da receita é destinada à exportação, a taxa de câmbio também é um componente importante de nossa receita em reais.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 MARÇO DE 2021 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

A Companhia registrou um aumento no volume de produtos entregues de 80,4% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020. O preço médio por tonelada faturada subiu 63,7% de R\$ 1.434,29 no período de três meses findos em 31 de março de 2020 para R\$ 2.348,58 por tonelada em igual período de 2021. Essa variação de preços pode ser explicada com a maior participação do produto soja que possui maiores valores por tonelada que foi de 29,8% no período de três meses findos em 31 de março de 2021 (12,0% no período de três meses findos em 31 de março de 2020). O volume total de grãos faturados de 121.449 toneladas no período de três meses findos em 31 de março de 2021, (67.308 toneladas no mesmo período de 2020), o preço maior preço médio por tonelada, a desvalorização da moeda Real e o maior volume entregue contribuiu positivamente para um aumento na receita líquida de vendas de 195,5%, passado de R\$96,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 285,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021. As despesas gerais e administrativas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 totalizaram R\$3,1 milhões representando 1,1% da receita líquida de vendas do período, 0,8 p.p. menor que o mesmo período de ano anterior quando representava 1,9% da receita líquida de vendas.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

A Companhia registrou um aumento no volume de produtos entregues de 119,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação com o exercício de 2019. O preço médio por tonelada faturada subiu 61,3% de R\$739,86 por tonelada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.193,03 por tonelada no exercício de 2020. Esse aumento de preço por tonelada pode ser explicado, principalmente, pela maior participação do produto soja de maior valor agregado. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a soja representou 28,6% do volume entregue, 7,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O volume total de soja e milho faturados foi de 1.146.805 toneladas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, (522.378 toneladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). O maior preço por tonelada, a desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano e o maior volume entregue contribuíram positivamente para um aumento na receita líquida de vendas em 254,0%, passado de R\$386,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.368,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$15,8 milhões representando 1,2% da receita líquida de vendas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$5,1 milhões representando 1,3% da receita líquida de vendas do exercício de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

Atualmente os produtos vendidos ou exportados são soja e milho, os quais são correlacionados ao preço das commodities internacionais, cotados em dólar e com cotação e variação de preços internacionais. No primeiro trimestre de 2021 ante ao primeiro trimestre de 2020 a variação de preço por tonelada vendida foi de 63,7% (R\$ 2.348,58 por tonelada em 1T21 ante R\$ 1.434,29 por tonelada vendidas e entregues em 1T20). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia obteve um aumento médio no preço de 61,3% em relação ao mesmo período de 2019 (R\$ 1.193,03 por toneladas vendidas e entregues em 2020 ante R\$ 739,86 por toneladas vendidas e entregues em 2019). O aumento de 63,7% no preço por tonelada vendidas e entregues no primeiro trimestre de 2021 foi um fator relevante no aumento da receita, combinado ao aumento de 80,4% no volume de vendas quando comparamos os volumes vendidos e entregues do primeiro trimestre do ano (121.449 toneladas vendidas no 1T21 ante a 67.308 toneladas vendidas e entregues no 1T20) fizeram com que a receita da Companhia aumentasse substancialmente, no primeiro trimestre de 2021 a receita líquida de vendas foi de R\$ 285,2 milhões ante a R\$ 96,5 milhões registradas no 1T20.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

No período encerrado de 31 de março de 2021 as despesas administrativas aumentaram 71,1% em relação ao mesmo período do ano passado, indo de R\$ 1,8 milhões no 1T20 para R\$ 3,1 milhões no 1T21, (210%, de aumento de R\$ 5,1 milhões para R\$ 15,8 milhões respectivamente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 respectivamente). Parte deste aumento se deve as variações do índice de inflação que impactaram os custos no período. Como discutido anteriormente, a Companhia vem adequando sua estrutura administrativa para fazer frente ao crescimento de vendas, e o principal insumo dos custos administrativos são salários e investimento em sistemas ERP, todos esses gastos como mão de obra, eletricidade, combustíveis e operação, são mais influenciados pelo IGPM.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, eventos ou operações não usuais

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos período e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou mudanças significativas em suas práticas contábeis, além disso, as novas normas contábeis que foram emitidas para adoção nestes períodos o CPC 47/IFRS 15, CPC 48/IFRS 9, ICPC 22/IFRIC 23 e CPC 06(R2)/IFRS 16, não impactaram substancialmente a forma de mensuração, registro ou apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve ressalvas nos relatórios de auditoria e/ou revisão emitidos pelos auditores com relação às demonstrações financeiras da Companhia.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2018 não houve parágrafo de ênfase nos relatórios de auditoria e/ou revisão emitidos pelos auditores com relação às demonstrações financeiras da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o relatório do auditor independente da Companhia continha o parágrafo de ênfase abaixo sobre a reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

“Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir algumas reclassificações e melhorias nas divulgações em determinadas notas explicativas, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 13 de abril de 2020, 20 de maio de 2019 e 30 de abril de 2018, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da então Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos Ltda., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.”

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“Internacional Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board - IASB*”.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Administração utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Administração. A Administração revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. Até o período findo em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía histórico de perdas e as contas a receber e ativos de contratos estão formados por valores não vencidos e sem perspectivas de perdas futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço patrimonial.

Os derivativos, oriundos de operações de Mercado Futuro, também estão reconhecidos baseados em seus respectivos valores justos estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração da Companhia entende que as metodologias são apropriadas considerando que os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são determinados por meio de informações disponíveis no mercado.

Tributos

Os tributos são apurados pela Companhia em observância da legislação tributária em vigor. A interpretação da norma contábil IFRIC 23 (ICPC22) esclarece como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e mensuração do Pronunciamento Contábil CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento aplicável aos tributos incidentes sobre o lucro. Nesse sentido, a Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar os tributos incidentes sobre o lucro (IRPJ e CSLL), correntes ou diferidos ativos ou passivos, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (ou prejuízo fiscal), bases fiscais, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando a interpretação desta norma. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação do tratamento adotado pelas autoridades fiscais e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia entende que não há impactos nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iv) contratos de construção não terminada

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Item não aplicável visto que não há itens ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos realizados pela Companhia em 2020, 2019 e os investimentos previstos para os exercícios sociais de 2021 e 2022 são os seguintes:

Portoeste - Terminal Portuário de Ilhéus: No exercício de 2020, o acionista controlador da Companhia, Sr. Frederico José Humberg, aumentou o capital social da Companhia com o aporte de sua participação acionária de 40% (quarenta por cento) na Portoeste - Terminal Portuário de Ilhéus S.A. que detinha desde 2011, pelo valor de custo de R\$470 mil. A Portoeste é controlada pelo seu acionista majoritário e atual operador do terminal de Ilhéus a Intermarítima Terminais Ltda., que detém 60% (sessenta por cento) de participação na Portoeste. O Porto de Ilhéus é especializado em embarques de navios *hand size*, nicho de mercado de interesse da Companhia, que já conta com originação de grãos no Estado da Bahia. Não existe previsão de desembolsos em 2020 para o projeto do porto em Ilhéus pela Companhia.

Industrialização de milho: No exercício de 2020, a Companhia concluiu o estudo de viabilidade econômica iniciada em 2019 para transformação de milho em etanol anidro de milho, etanol hidratado de milho, farelo de milho seco a 32% (ddgs) e óleo bruto de milho. Em 2020, a Companhia celebrou um contrato com opção de compra do terreno para a construção de uma usina para beneficiamento do milho, e aguarda recursos para viabilizar a construção. O valor dos investimentos efetuados pela Companhia até 31 de dezembro de 2020 soma R\$280 mil. O investimento total estimado para uma usina dessa natureza pode atingir R\$300 milhões, entre capital para ativo fixo e capital de giro.

Terminal Sul: Durante o final do exercício de 2021, a Companhia pretende adquirir uma participação societária majoritária em um terminal marítimo de grãos localizado no Sul do Brasil com o objetivo de ter um maior controle operacional do fluxo de grãos desde o interior do Brasil até o efetivo embarque. A aquisição dessa participação societária, adicionaria uma gestão direta e mais efetiva de toda a cadeia logística, trazendo uma maior previsibilidade e eficiência nos embarques como um todo, com consequente impacto positivo na margem EBITDA consolidada dos atuais ~3% para algo em torno de ~6% após implementada a operação de grãos. A Companhia estima investimentos em torno de R\$ 130 milhões.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da oferta primária para (i) investir na expansão de suas atividades por meio de aquisições de sociedades ou ativos na América do Sul, nos segmentos de logística, transportes e processamento de grãos; (ii) otimização da estrutura de capital; e (iii) investimentos contínuos em modernização tecnológica, como digitalização de nossos processos e atividades.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia financiou os investimentos iniciais acima mencionados com recursos próprios, porém, como são investimentos estratégicos e relevantes, para a conclusão destes, será necessário buscar recursos adicionais externos por meio de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais.

No exercício de 2021, a Companhia pretende fazer duas operações no mercado de capitais: (i) oferta primária de ações segundo a instrução CVM 400; e (ii) emissão de debêntures simples segundo a instrução CVM 476 na ordem de R\$ 120 milhões com objetivo de financiar a transação da aquisição do terminal portuário. Tais transações tem o objetivo de prover os recursos necessários aos investimentos operacionais acima citados, bem como aumentar a solidez financeira da empresa e, conseqüentemente, melhorar seu perfil de crédito junto a instituições financeiras. Sujeito a condições de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes realizados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro dos anos de 2020, 2019 e 2018.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia
Não aplicável.

(c) novos produtos e serviços
Não aplicável.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados
Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da pandemia da COVID-19 nos mercados mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia está monitorando todos os possíveis impactos de curto, médio e longo prazo e tomando as devidas medidas com relação a sua operação e manutenção da solidez de seu balanço.

As consequências adversas da atual pandemia ocorreram (e continuam ocorrendo) após a emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, em razão de serem eventos recentes, até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que a Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto da pandemia da COVID-19 em seus negócios.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem como missão proteger o patrimônio da Companhia e maximizar, no longo prazo, o retorno do investimento dos seus acionistas, atuando dentro dos mais elevados princípios éticos, no sentido de manter a perenidade da Companhia, de forma sustentável, respeitando seus valores, propósitos e crenças, e zelando pelo seu constante aprimoramento.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) membros e no máximo 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente eleito pelos membros do Conselho de Administração. O Estatuto Social da Companhia prevê que, dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) membros ou 20% (vinte por cento) dos membros, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, atendendo aos critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger. O Conselho de Administração da Companhia possui regimento interno, aprovado em 14 de junho de 2021 e está disponibilizado no site da Companhia www.agribrazil.net/.

Além de outras matérias previstas em lei e no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições;
- (iii) estabelecer a remuneração individual, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês Consultivos, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;
- (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;
- (v) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia e suas controladas, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- (vi) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- (vii) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução;
- (viii) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;
- (ix) instalar, definir a composição e coordenar os Comitês Consultivos, fixando os seus respectivos regimentos internos;
- (x) aprovar a contratação de consultores externos para assessorar os Comitês Consultivos;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (xi) escolha da empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;
- (xii) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
- (xiii) aprovar as políticas e regimentos internos da Companhia;
- (xiv) aprovar a realização de oferta pública de ações da Companhia, o
- (xv) aprovar o aumento de capital da Companhia, fixando os critérios para subscrição e integralização do capital social, até o limite do Capital Autorizado;
- (xvi) aprovar a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas, sem direito de preferência aos acionistas, no limite do Capital Autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral;
- (xvii) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação, bem como sobre a alienação de ações em tesouraria ou sua destinação para plano de opção de compra de ações (*stock option*) aprovado pela Assembleia Geral;
- (xviii) constituir quaisquer ônus ou gravames sobre os bens ou ações da Companhia, bem como prestar garantias, reais ou fidejussórias, em nome da Companhia e/ou de suas afiliadas em obrigações com terceiros;
- (xix) outorgar empréstimos em favor de terceiros;
- (xx) aprovar qualquer operação, acordo, negócio, contrato, arranjo comercial ou assunção de obrigações entre a Companhia e (a) acionistas ou partes relacionadas; (b) qualquer membro da administração da Companhia inclusive contratos de empréstimo;
- (xxi) aprovar a contratação ou aditamento pela Companhia de quaisquer contratos relativos a empréstimo, financiamento, assunção de obrigações ou despesas, qualquer operação, acordo, negócio, contrato ou arranjo comercial que acarrete uma obrigação financeira para a Companhia, incluindo a aquisição de ativos ou negócios, em todos os casos, na medida em que (a) excedam o valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) individualmente ou o montante total de R\$ 200.000,000 (duzentos milhões de reais) em agregado, dentro do mesmo exercício social, ou (b) que seja estranho às atividades previstas no objeto social da Companhia;
- (xxii) aprovar qualquer operação de venda, transferência, oneração, ou outra forma de alienação de quaisquer ativos ou negócios da Companhia que ultrapasse individualmente ou em agregado, dentro de um exercício social, o montante total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais);
- (xxiii) realizar novos investimentos pela Companhia relacionados à consecução do objeto social, que ultrapasse, individualmente ou em agregado, dentro de um exercício social, o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(xxiv) aprovar a realização de qualquer operação de endividamento (inclusive, mas sem limitação, por meio da emissão de debêntures, notas promissórias ou outros títulos ou Valores Mobiliários representativos de dívida, operação de leasing financeiro) em que exceda o valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) individualmente ou o montante total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Reais) em agregado, dentro de um exercício social;

(xxv) aprovar a contratação de seguros cujo prêmio seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), individualmente;

(xxvi) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, até o limite do Capital Autorizado, fixando-lhes as respectivas condições;

(xxvii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; e

(xxviii) exercer outras atribuições previstas neste Estatuto Social e deliberar sobre qualquer matéria não prevista neste Estatuto Social, respeitadas as matérias de competência privativa de outros órgãos da Companhia, notadamente a Assembleia Geral.

(i) regimento interno próprio

O Conselho de Administração é regido por regimento interno próprio, aprovado em 14 de junho de 2021, e disponível no site <https://www.agribrazil.net/>.

Diretoria

A Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, residentes e domiciliados no país, com mandato unificado de 2 (dois) anos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores, e os demais diretores sem designação específica, sendo permitida a acumulação de cargos e a reeleição. Os Diretores terão suas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Estatuto.

Os diretores terão plenos poderes para administrar e gerir os negócios da Companhia, de acordo com suas atribuições, permanecendo sujeitos ao cumprimento das exigências estabelecidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

Para as atribuições específicas de cada membro da Diretoria da Companhia, ver item 12.1(b) abaixo.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, que não será de funcionamento permanente e somente se instalará a pedido dos acionistas, na forma do Artigo 161, §2º da Lei das S.A., compor-se-á de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com a competência, deveres e responsabilidade definidos em lei.

O Conselho Fiscal, quando instalado, deverá aprovar seu regimento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(ii) comitê de auditoria estatutário

A Companhia possui comitê de auditoria estatutário. O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos pode acumular ambas as características ora referidas.

As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, entre outras matérias:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, quando instaladas;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos é regido por regimento interno próprio, aprovado em 14 de junho de 2021, e disponível no site www.agribrasil.net/.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não avalia o trabalho da auditoria independente e não possui política de contratação de serviços de extra-auditoria.

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada (a) pelo Diretor Presidente, isoladamente; (b) pelo Diretor Financeiro, isoladamente, para (i) outorgar procurações "ad judicium", (ii) para assuntos financeiros, (iii) para designar prepostos e (iv) para firmar atos de simples rotina; (c) por 2 (dois) membros da Diretoria, em conjunto; (d) 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou (e) 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos.

Compete ao Diretor Presidente: convocar e presidir as reuniões da Diretoria e fiscalizar o cumprimento das deliberações gerais; representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente, nos termos do Estatuto; coordenar a atividade da Diretoria de acordo com o melhor interesse da Companhia; dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores; planejar e coordenar as iniciativas comerciais e operacionais em concordância com o plano de crescimento da Companhia; e executar atividades de administração, incluindo, sem limitação, a formalização de atos societários.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente: (i) coordenar e supervisionar as atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, finanças, orçamento e contabilidade; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) zelar pela conformidade tributária e trabalhista; (iv) dar suporte aos demais diretores e departamentos da Companhia com relatórios, (v) análises e informações de acompanhamento e avaliação dos resultados buscando proativamente identificar riscos, desvios em relação às metas definidas e oportunidades de melhoria; (vi) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração da Companhia e demais relatórios gerenciais solicitados pela Diretoria, Conselho de Administração e acionistas, conforme o caso; e (vii) exercer outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e autorregulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme aplicável; divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia; executar e acompanhar as políticas adotadas pela Companhia, incluindo a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia; revisar e coordenar a elaboração do formulário de referência da Companhia, bem como demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável às companhias abertas; tomar todas as providências necessárias para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e exercer outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os Diretores sem designação específica terão suas atribuições designadas pelo Conselho de Administração.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

O Conselho Fiscal, quando instalado, compor-se-á de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com a competência, deveres e responsabilidade definidos em lei. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá início na data de sua eleição e terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente, podendo ser reeleitos.

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

Não aplicável, pois atualmente não há mecanismos de avaliação para estes órgãos. A Companhia deverá estruturar e implementar mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e demais órgãos e comitês que a ele se reportam no prazo de até 12 (doze) meses a partir de sua admissão no segmento de listagem Novo Mercado, nos termos do Ofício nº 49/2021 da B3.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

Não aplicável.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

Não aplicável.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

Não aplicável.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

Não aplicável.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim o exigirem.

Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas são convocadas pelo Conselho de Administração, com pelo menos 15 dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

(b) competências

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (ii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (iii) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A., assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos membros dos Comitês Consultivos, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual de tal montante;
- (iv) qualquer alteração ao Estatuto Social;
- (v) definir o limite do Capital Autorizado, e qualquer modificação a esse limite;
- (vi) deliberar sobre o aumento do capital social, acima do limite do Capital Autorizado, ou redução do capital social;
- (vii) fusão, cisão, transformação ou incorporação de outra sociedade (inclusive incorporação de ações) pela Companhia, ou incorporação da Companhia (ou das ações de emissão da Companhia) por outra sociedade, ou outra forma de reorganização societária;
- (viii) aprovar a criação ou modificação de planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações de emissão aos seus administradores, empregados prestadores de serviço, ou aos administradores, empregados prestadores de serviço de suas controladas;
- (ix) dissolução, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência;
- (x) a transferência de parte substancial dos ativos da Companhia e de suas subsidiárias que gere a descontinuidade de suas atividades;
- (xi) emissão de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, bem como quaisquer valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, caso exceda os limites do Capital Autorizado;
- (xii) resgate, amortização, desdobramento, grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

- (xiii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- (xiv) manifestação de voto ou participação, na qualidade de acionista ou sócia, nas reuniões ou assembleias de sócios/acionistas das sociedades nas quais a Companhia detenha participação que tenham relação as matérias supramencionadas;
- (xv) deliberar sobre a caracterização dos indicados como conselheiros independentes da Companhia;
- (xvi) deliberar sobre a dispensas mencionadas nos artigos 44 e 46 do Regulamento do Novo Mercado; e
- (xvii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 620, 8º andar, Edifício Paddock II, Jardim Europa, CEP 01455-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (www.agribrazil.net); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notariados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

Em situações excepcionais, a Companhia poderá aceitar procurações sem reconhecimento de firma, em formato digital ou poderá abonar quaisquer dos requisitos acima. Tais exceções constarão do edital de convocação e da proposta da administração de referida Assembleia Geral.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 620, 8º andar, Edifício Paddock II, Jardim Europa, CEP 01455-000, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, conforme aplicável:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 dias antes da data da respectiva Assembleia.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notariação e apostilamento daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Em situações excepcionais, a Companhia poderá abonar a exigência de quaisquer dos requisitos acima, desde que não sejam contra dispositivo legal, sendo que tais exceções constarão do edital de convocação e da proposta da administração de referida Assembleia Geral.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 620, 8º andar, Edifício Paddock II, Jardim Europa, CEP 01455-000, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@agribrazil.net.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

Considerando que a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada até a reunião de sócios realizada em 31 de maio de 2020, que formalizou a conversão para sociedade por ações, no último exercício social, o Conselho de Administração realizou apenas três reuniões: (i) 31 de maio de 2020, na qual foram eleitos os membros da Diretoria; (ii) 09 de outubro de 2020, na qual foi aprovada a Política de Divulgação de Informações, a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão e o Código de Ética e Conduta da Companhia; e (iii) 31 de dezembro de 2020, na qual o Sr. Frederico foi eleito como Diretor de Relações com o Investidor.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acordo de acionistas.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, seguindo as orientações definidas pela Lei 6.404/76 e o Regulamento do Novo Mercado, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração e da Diretoria.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração e da Diretoria.

(ii) principais características

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração e da Diretoria.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, e, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei do Mercado de Valores Mobiliários), na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Ney Nelson Machado de Sousa	06/03/1970	Pertence apenas à Diretoria	31/05/2020	31/05/2022	0
106.174.078-19	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores Diretor Financeiro	31/05/2020	Sim	0%
Paulo Guilherme Rache Humberg	04/12/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2021	2 anos, até a AGO de 2023	1
065.369.228-59	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/04/2021	Sim	100%
Stephane Frappat	22/12/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2021	2 anos, até a AGO de 2023	1
701.106.101-05	Empresário	29 - Outros Conselheiros Membro Independente do Conselho de Administração	12/04/2021	Sim	100%
Christian de Lima Ramos	04/09/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/06/2021	2 anos, até a AGO de 2023	0
177.865.428-25	Advogado	29 - Outros Conselheiros Membro Independente do Conselho de Administração	14/06/2021	Sim	100%
Frederico José Humberg	04/04/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2021	2 anos, até a AGO de 2023	1
091.936.888-30	Administrador de Empresas	29 - Outros Conselheiros	12/04/2021	Sim	100%
Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores		Membro Efetivo Conselho de Administração			

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Ney Nelson Machado de Sousa - 106.174.078-19

O Sr. Ney é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda de Ribeirão Preto – SP com pós graduação em Gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro - RJ. Possui vasta experiência na área de planejamento financeiro estratégico, fusões e aquisições, contabilidade e tributos, com ênfase em controladoria e gestão de sistemas ERP. Com mais de 30 anos de experiência, trabalhou em empresas nacionais e multinacionais como, Cargill, Gavião, ECTP, Serasa, UHG entre outras.

O Sr. Ney não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Paulo Guilherme Rache Humberg - 065.369.228-59

O Sr. Paulo é formado em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. Possui vasta experiência no segmento de internet e e-commerce. Em 1995, fundou a Shoptime, o primeiro e-commerce do

Brasil. Desde então, empreendeu em diversos negócios, fundando companhias como o Shoptime, Lokau, iBest e Brandsclub. Em 2004 fundou uma empresa de investimentos em tecnologia que, em 2019, após a fusão com a Gestora Inseed transformou-se na Gestora KPTL. O Sr. Paulo atua como presidente do conselho de administração da Gestora KPTL.

O Sr. Paulo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Stephane Frappat - 701.106.101-05

O Sr. Stephane é diplomado do Institut d'Etudes Politiques de Bordeaux (França). Como executivo, Stephane conduziu a transformação da Sodrugestvo de uma importadora e distribuidora de ração russa para uma companhia de US\$3 bilhões presente em 5 continentes, incluindo fábricas de processamento de oleaginosas na Rússia, Brasil e nos Estados Unidos. Atuou na venda de participações minoritárias da Companhia ao IFC e Mitsui e na construção de time de gestão reconhecido internacionalmente.

O Sr. Stephane não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

É considerado conselheiro independente pelos critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, haja vista que não incorre nas vedações constantes no artigo 16, §1º e/ou §2º.

Christian de Lima Ramos - 177.865.428-25

O Sr. Christian é formado em Direito pela Universidade de São Paulo, possui especialização em Transações Internacionais e Finanças pela New York University (EUA) e detém o título de Mestre em Direito Internacional (LLM) pela Georgetown University (EUA). Como executivo, fez parte do conselho da Agrex do Brasil durante 8 anos e é sócio no RZ Advogados, atuando na estruturação de operações financeiras, societárias e de mercado de capitais, sendo citado como um dos líderes individuais nas áreas de Banking and Finance e Agribusiness no Brasil pelas principais publicações especializadas.

O Sr. Christian não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

É considerado conselheiro independente pelos critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, haja vista que não incorre nas vedações constantes no artigo 16, §1º e/ou §2º.

A posse do Sr. Christian Ramos está condicionada a adesão ao Novo Mercado.

Frederico José Humberg - 091.936.888-30

O Sr. Frederico administrador de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP com ênfase em Comercio Internacional e com especialização em commodities pela Universidade de Harvard e IMD.

Possui uma híbrida experiência como executivo e empreendedor. Como executivo, ocupou posições C-Level” em empresas multinacionais de grande porte como Gaviolon, Bunge e Glencore. Como empreendedor, foi fundador de diversas empresas, no setor do agronegócio no ano de 2006 foi o socio fundador da empresa Agriservice LTDA, empresa comprada pela Gaviolon LLC no ano de 2011 que em 2016 chegou a um faturamento de aproximadamente R\$ 4 bilhões. No setor logístico, foi socio do terminal portuário TERLOGS no ano de 2003, no terminal TGSC no ano de 2009 e no porto de Ilhéus no ano de 2011.

O Sr. Frederico não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

k) Critério utilizado para determinar a independência do membro do Conselho de Administração

A Companhia informa que para determinar a independência do Conselheiro utiliza o critério expresso no Regulamento do Novo Mercado.

m) Informações sobre: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: - nome e setor de atividade da empresa; - cargo; - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista da Companhia que detenha a participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ney Nelson Machado de Sousa - 106.174.078-19 N/A	
Paulo Guilherme Rache Humberg - 065.369.228-59 N/A	
Stephane Frappat - 701.106.101-05	

N/A

Christian de Lima Ramos - 177.865.428-25

N/A

Frederico José Humberg - 091.936.888-30

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Stephane Frappat	Outros Comitês		Outros	22/12/1967	14/06/2021	ATÉ A AGO DE 2023
701.106.101-05	COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS	Empresário	COORDENADOR DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS	14/06/2021	0	0%
MEMBRO INDEPENDETE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Adilson Machado de Oliveira Junior	Outros Comitês		Outros	23/06/1985	14/06/2021	Até a ago de 2023
227.762.728-39	Comitê de auditoria e gestão de riscos	Administrador de empresas	Membro do comitê de auditoria e gestão de riscos	14/06/2021	0	0%
N/A						
Christian de Lima Ramos	Outros Comitês		Outros	04/09/1975	14/06/2021	Até a ago de 2023
177.865.428-25	Comitê de auditoria e gestão de riscos	Advogado	Membro do comitê de auditoria e gestão de riscos	14/06/2021	0	0%
Membro do conselho de administração						
Cristiano Luis Humberg	Outros Comitês		Outros	04/09/1975	14/06/2021	Indeterminado
091.936.878-69	Comitê de ética e compliance	Administrador	Membro do comitê de ética e compliance	14/06/2021	0	0%
N/A						
Ricardo Rodrigues Hartmann	Outros Comitês		Outros	21/06/1986	14/06/2021	Indeterminado
340.754.938-57	Comitê de ética e compliance	Administrador de empresas	Membro do comitê de ética e compliance	14/06/2021	0	0%
N/A						
Amanda Lima dos Anjos	Outros Comitês		Outros	23/09/1993	14/06/2021	Indeterminado
417.043.948-13	Comitê de ética e compliance	Advogada	Membro do comitê de ética e compliance	14/06/2021	0	0%
N/A						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Stephane Frappat - 701.106.101-05						

O Sr. Stephane é diplomado do Institut d'Etudes Politiques de Bordeaux (França). Como executivo, Stephane conduziu a transformação da Sodrugestvo de uma importadora e distribuidora de ração russa para uma companhia de US\$3 bilhões presente em 5 continentes, incluindo fábricas de processamento de oleaginosas na Rússia, Brasil e nos Estados Unidos. Atuou na venda de participações minoritárias da Companhia ao IFC e Mitsui e na construção de time de gestão reconhecido internacionalmente.

O Sr. Stephane não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

É considerado conselheiro independente pelos critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, haja vista que não incorre nas vedações constantes no artigo 16, §1º e/ou §2º.

Adilson Machado de Oliveira Junior - 227.762.728-39

O Sr. Adilson é bacharel em Administração de Empresas e Contabilidade pelo Centro Universitário Padre Anchieta de Jundiaí – SP, possui especialização em contabilidade internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP e certificado em governança, gestão de riscos e compliance pela KPMG Risk University. Como profissional, atuou na estruturação de empresas e na gestão financeira e contábil de multinacionais como Serasa Experian, COFCO e Gavilon, tendo ocupado a posição de Controller nesta última. Atualmente, o Sr. Adilson é sócio na Smartway Assessoria Contábil e Gestão Empresarial.

O Sr. Adilson exerce a função de especialista em contabilidade da Companhia.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617/19.

Christian de Lima Ramos - 177.865.428-25

O Sr. Christian é formado em Direito pela Universidade de São Paulo, possui especialização em Transações Internacionais e Finanças pela New York University (EUA) e detém o título de Mestre em Direito Internacional (LLM) pela Georgetown University (EUA). Como executivo, fez parte do conselho da Agrex do Brasil durante 8 anos e é sócio no RZ Advogados, atuando na estruturação de operações financeiras, societárias e de mercado de capitais, sendo citado como um dos líderes individuais nas áreas de Banking and Finance e Agribusiness no Brasil pelas principais publicações especializadas.

O Sr. Christian não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em qualquer processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

É considerado conselheiro independente pelos critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, haja vista que não incorre nas vedações constantes no artigo 16, §1º e/ou §2º.

A posse do Sr. Christian Ramos está condicionada a adesão ao Novo Mercado.

Cristiano Luis Humberg - 091.936.878-69

O Sr. Cristiano é formado em Gestão de Agronegócios pela Universidade de Uberaba - MG, possui especialização em Gestão Ambiental e MBA em Gestão Empresarial e Logística. Possui mais de 20 anos de experiência na área administrativa nos segmentos de trigo, soja, milho, bovinos, suínos, frangos, cana-de-açúcar, algodão e agroindústrias tendo atuado em empresas como V-Agro (atual SLC Agrícola) e ABAPA - Associação Baiana dos Produtores de Algodão.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617/19.

Ricardo Rodrigues Hartmann - 340.754.938-57

O Sr. Ricardo é bacharel em Administração de Empresas e possui Mestrado em Finanças e Economia pela Fundação Getulio Vargas – SP. Como profissional, foi responsável pela gestão de caixa, relacionamento com bancos e por operações de crédito e câmbio em multinacionais do agronegócio como Multigrain e CGG Trading.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617/19.

Amanda Lima dos Anjos - 417.043.948-13

A Srta. Amanda é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo – SP e é pós-graduada em Direito Empresarial pela Fundação Getulio Vargas – SP. Como profissional, atuou nas áreas jurídico-societárias da Gol Linhas Aéreas, Ourolux e Aegea Saneamento e Participações.

Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Stephane Frappat - 701.106.101-05	
-----------------------------------	--

N/A

Adilson Machado de Oliveira Junior - 227.762.728-39

Christian de Lima Ramos - 177.865.428-25

Cristiano Luis Humberg - 091.936.878-69

Ricardo Rodrigues Hartmann - 340.754.938-57

Amanda Lima dos Anjos - 417.043.948-13

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	---	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Frederico José Humberg Diretor Presidente, Diretor de Relação com Investidores.	091.936.888-30	Humberg Consultoria Empresarial Eireli	27.207.720/0001-89	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	--	--------------------	---

Pessoa relacionada

Paulo Guilherme Rache Humberg Membro do Conselho de Administração	065.369.228-59	Humberg Consultoria Empresarial Eireli	27.207.720/0001-89	
--	----------------	--	--------------------	--

Observação

b. Administradores da Companhia e administradores de Controladas, diretas ou indiretas, da Companhia (Não Aplicável); c. Administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e Controladores diretos ou indiretos da Companhia (Não aplicável); d. Administradores da Companhia e Administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia (Não aplicável)

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia entende não haver relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

O reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia está coberto por apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), contratada entre a Companhia e a Chubb Seguros Brasil S.A., com prêmio de R\$ 7.450,00 e limite global de R\$5 milhões, tendo vigência até 09 de julho de 2021.

Cumprir destacar que a apólice referida acima inclui, dentre outras proteções, a cobertura de despesas processuais, custos de defesa, indenizações, dentre outros custos, de processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza cível, penal, trabalhista, tributária, previdenciária ou de qualquer outra natureza, pleiteando reparação pecuniária ou visando responsabilizar os administradores por práticas de atos danosos decorrentes de sua atuação como administrador.

Não obstante, referida apólice exclui da proteção mencionada acima todos os atos praticados com dolo ou má-fé. Desse modo, a Companhia entende que o reembolso aos administradores de custos e despesas decorrentes de processos administrativos e criminais são justos e devidos, uma vez que tais valores decorreram de atos praticados no exercício de suas funções, sem dolo ou culpa grave que demonstre intenção de prejudicar a Companhia ou terceiros.

Com isso, a Companhia acredita que possua maior capacidade de atração e manutenção de seu pessoal chave, garantindo, desta forma, um melhor desenvolvimento de sua estratégia de negócios.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Além do exposto acima, a Companhia informa que não há outros cargos ocupados pelos Conselheiros e Diretores, além daqueles apresentados nos itens 12.5/6.

De modo a garantir aos investidores o acesso a outras informações importantes sobre as práticas da Companhia quanto às assembleias gerais (ou reuniões de sócios, conforme aplicável, considerando que até 2020 a Companhia era uma sociedade limitada), segue abaixo o quórum das assembleias realizadas nos 3 últimos anos e no exercício social em curso:

Data	Tipo	Quórum de instalação
31/12/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
09/10/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
31/07/2020	Assembleia Geral Ordinária	100%
21/07/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
31/05/2020	12ª Alteração de Contrato Social (transformação em sociedade por ações)	100%
20/11/2017	Reunião de Sócios (Companhia era sociedade limitada à época)	100%
30/04/2015	Reunião de Sócios (Companhia era sociedade limitada à época)	100%

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Atualmente, a Companhia não possui uma política formalizada de remuneração. Não obstante, a prática de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração e a retenção de profissionais altamente qualificados, de forma a estimular uma boa performance e um bom nível de alinhamento dos administradores aos objetivos da Companhia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária da Companhia e a remuneração dos membros da diretoria não estatutária é atualmente composta por remuneração fixa e variável.

Remuneração fixa da Diretoria

A remuneração fixa da Diretoria estatutária, bem como da diretoria não estatutária compreende: (i) salário ou pro labore base; e (ii) benefícios gerais de assistência médica, vale refeição, vale alimentação, que tem como objetivo oferecer um pacote de benefícios atrativo, adequado às condições gerais do mercado. Este tipo de remuneração visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições de mercado.

Remuneração variável da Diretoria

A remuneração variável da diretoria estatutária, bem como da diretoria não estatutária compreende: (i) PLR – Participação nos Lucros e Resultados, que tem como objetivo compartilhar parte dos resultados da Companhia em conformidade com acordo assinado com sindicato dos funcionários, conforme condições gerais do mercado; e (ii) bônus adicional, que visa premiar o alcance das metas da organização, e deverá observar critérios que venham a ser definidos, e periodicamente revisados, pelos administradores da Companhia, mas preferencialmente baseando-se no atingimento de metas individuais e coletivas, de modo a alinhar os interesses da Companhia com o de seus diretores.

Remuneração Baseada em Ações

O Acionista Controlador, Frederico José Humberg, no entanto, outorgou a determinados administradores e executivos da Companhia opções de compra de 12.496.000 ações, representativas de 14,20% das ações de emissão da Companhia de sua propriedade (já considerando os efeitos do Desdobramento das ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de julho de 2021) das quais 1.548.800 foram canceladas dado que certos administradores não estão mais na Companhia, e 352.000 ou 0,4% do total não foram exercidas. Em momento anterior à oferta pública de ações da Companhia, 6.723.200 ações integravam lotes vestidos (as “Ações Vestidas”) e 4.224.000 ações integravam lotes não vestidos (as “Ações Não Vestidas”), conforme tabela a seguir (já considerando os efeitos do desdobramento das ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de julho de 2021). Desde o último dia 15 de julho, os outorgados, com exceção do Sr. Luis Rodrigo de Almeida Gois Bicarato, exerceram as suas respectivas opções de compra com relação às Ações Vestidas, tendo passado à condição de acionistas da Companhia e passando a ser Acionistas Vendedores na Oferta. Permanecem vigentes as opções com relação às Ações Não Vestidas. O Sr. Luis Rodrigo de Almeida Gois Bicarato poderá exercer suas opções com relação às Ações Vestidas a ele aplicáveis até dia 28 de julho de 2021, caso em que poderá também se tornar um acionista vendedor na Oferta.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

N.	Outorgado	Nº de Ações objeto da Opção de Ações	Ações Vestidas ⁽¹⁾	Ações Não Vestidas
1	Acauã Sena Mahfuz	4.400.000	4.400.000	0
2	Luis Rodrigo de Almeida Gois Bicarato ⁽²⁾	1.760.000	352.000	0
3	Matheus Ferreira Roque ⁽³⁾	176.000	35.200	0
4	Pedro Lunardeli Salles	2.200.000	440.000	1.760.000
5	Ney Nelson Machado de Sousa	2.640.000	1.056.000	1.584.000
6	Jonatas Brito do Nascimento Sousa	440.000	88.000	352.000
7	Paulo Guilherme Rache Humberg	440.000	176.000	264.000
8	Stephane Frappat	440.000	176.000	264.000
Total		12.496.000	6.723.200	4.224.000⁽⁴⁾

¹ Como explicado acima, exceto o Sr. Luis Rodrigo, todos os demais outorgados exerceram suas opções relativas às Ações Vestidas e se tornaram acionistas da Companhia e Acionistas Vendedores na presente Oferta.

² O Sr. Luis Rodrigo tem até o dia 28 de julho de 2021 para exercer as opções com relação às ações vestidas a ele aplicáveis, caso em que poderá se tornar um Acionista Vendedor nesta Oferta. As opções relativas às ações não vestidas foram canceladas diante de sua saída da empresa.

³ As opções relativas às ações não vestidas foram canceladas diante de sua saída da empresa.

⁴ Essas ações se referem às opções já outorgadas pelo Acionista Controlador. Conforme será melhor descrito abaixo, a Companhia irá implementar até a precificação desta Oferta um plano de opção de ações em substituição às opções existentes, caso em que uma quantidade equivalente a 4.224.000 de novas ações da Companhia serão emitidas.

Considerando que as opções foram outorgadas contra o Acionista Controlador, o exercício de tais opções não ocasionaram qualquer diluição dos acionistas que não o acionista Frederico José Humberg. A Companhia, todavia, implementará o seu primeiro plano de outorga de opções de compra de ações da Companhia ("Plano de Opção") até a data de precificação da presente Oferta, o qual deverá estabelecer as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações aos executivos e empregados chave da Companhia. Na hipótese de aprovação do Plano de Opção pela Companhia, as Ações Não Vestidas objeto das opções de compra caducarão, e deverão ser endereçadas no Plano de Opção, preservados os mesmos termos e condições econômicas aplicáveis em cada uma das opções. Nesse caso, a Companhia emitirá 4.224.000 de novas ações, o que ocasionará a diluição de todos os acionistas, cujos efeitos estão descritos abaixo.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é atualmente composta por uma remuneração fixa e variável.

Remuneração fixa do Conselho de Administração

A remuneração fixa do Conselho de Administração compreende o pró-labore base. Este tipo de remuneração visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições de mercado.

Remuneração Baseada em Ações

Exceto pela remuneração baseada em ações aplicável aos conselheiros Paulo Guilherme Rache Humberg e Stephane Frappat, não é paga remuneração baseada em ações aos Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos últimos três exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%		0,1%
Diretoria Estatutária	50,1%	36,9%	13,1%	31,6%
Diretoria Não-Estatutária	34,1%	62,6%	3,3%	68,2%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%	0%
Diretoria Não-Estatutária	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%	0%
Diretoria Não-Estatutária	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria	0%	0%	0%	0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração global dos administradores é avaliada anualmente pelos diretores e, no caso de entenderem necessário, apresentam sugestão de alteração para o Conselho de Administração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica um modelo de remuneração que reflete a responsabilidade de cada cargo, alinhado às práticas de mercado de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar os profissionais, de modo que seus respectivos interesses estejam alinhados aos da Companhia.

(v) membros não remunerados

O acionista controlador Frederico José Humberg, que é Diretor da Companhia, não recebe remuneração para exercício dos cargos de conselheiro e diretor.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os diretores estatutários e não estatutários da Companhia possuem remuneração variável ligada ao alcance de metas e métricas definidas pelo Conselho de Administração. As metas e métricas, bem como o peso de cada uma delas para cada um dos diretores, são definidas anualmente pelo Conselho de Administração e, portanto, estão sujeitas a variações em cada um dos exercícios financeiros. Para o ano corrente, as métricas estabelecidas foram: valor de faturamento em reais e o valor do EBITDA esperado para o ano.

As opções de ações outorgadas pelo nosso acionista controlador, Sr. Frederico Humberg, aos nossos conselheiros Paulo Guilherme Rache Humberg e Stephane Frappat, não depende de qualquer métrica de desempenho, mas apenas de eventos de liquidez.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O cálculo e as alterações salariais relacionadas à remuneração fixa levam em consideração os seguintes fatores: (a) mérito, quando há reconhecimento de habilidades de alta performance, prática de comportamentos esperados e resultados efetivamente entregues no desempenho das atividades; (b) promoção, em função do acesso a um nível de maior complexidade em relação ao atual, podendo ocorrer em qualquer época; (c) reavaliação do cargo, com base na revisão do posicionamento do cargo na tabela salarial, decorrente da alteração de seus deveres e responsabilidades, buscando a manutenção da consistência interna da estrutura de cargos e salários; e (d) enquadramento, decorrente da adequação anual da remuneração fixa à evolução do mercado de referência com base em pesquisas de mercado.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo, na medida em que, os resultados da Companhia e dos seus administradores definirão o montante a ser atribuído a cada administrador, com base na natureza de sua função e na sua efetiva contribuição e impacto para os resultados auferidos, comparativamente às metas e critérios estabelecidos pela Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A remuneração global dos conselheiros e diretores estatutários é definida anualmente em AGO, sendo que, posteriormente, a remuneração individual é determinada pelo Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A definição da remuneração dos conselheiros e diretoria estatutária é feita com base na experiência dos conselheiros e sócios em outras empresas e no seu conhecimento do mercado. Não existe um estudo específico para este fim.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avalia a remuneração dos seus membros e da diretoria estatutária anualmente, sendo tal alinhamento matéria de Reunião do Conselho de Administração. Para tanto, os membros do Conselho de Administração avaliam, com base em suas experiências, se a remuneração está compatível com aquela aplicada no mercado.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	1,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.654,20	612.000,00	0,00	616.654,20
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
Participação de resultados	0,00	100.274,00	0,00	100.274,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	99.738,06	311.181,70	0,00	410.919,76
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	104.392,26	1.373.455,70	0,00	1.477.847,96

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	1,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.654,20	612.000,00	0,00	616.654,20
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
Participação de resultados	0,00	100.274,00	0,00	100.274,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	159.580,89	0,00	159.580,89
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	4.654,20	1.221.854,89	0,00	1.226.509,09

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2020 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Prevista para 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	N/A	5
Nº de membros remunerados	2	1	N/A	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 350.000,00	N/A	R\$ 350.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 100.274,00	N/A	R\$ 100.274,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2	N/A	5
Nº de membros remunerados	2	1	N/A	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 350.000,00	N/A	R\$ 350.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$ 100.274,00	N/A	R\$ 100.274,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	N/A	N/A	N/A

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

O acionista controlador, Frederico José Humberg, outorgou aos administradores e executivos as opções de compra indicadas no item 13.1, que deverão ser endereçadas no Plano de Opção (conforme item 13.1), preservados os mesmos termos e condições econômicas aplicáveis em cada uma das opções. O Plano de Opção terá as seguintes características gerais:

- Classe de ações a serem exercidas: ordinárias.
- Beneficiários: executivos e empregados chave da companhia.
- Quantidade de opções a serem outorgadas: até 4.224.000, sendo que cada opção de compra atribui ao beneficiário o direito de aquisição de 1 (uma) ação.

Períodos de Carência (vesting): A Opção de Compra será dividida em 5 (cinco) lotes, com relação aos quais o Beneficiário poderá se habilitar para caso implementadas as condições previstas neste Contrato, exercer a Opção de Compra e, conseqüentemente, adquirir as Quotas que integrem os respectivos Lotes Vestidos à época da implementação da condição. Vesting. Cada lote de Quotas terá um prazo de carência durante o qual o Beneficiário deverá permanecer como empregado da Sociedade, para que adquira o direito de exercício da Opção de Compra (o "Vesting"), em relação ao referido lote ("Lote Vestido" ou "Lote Não Vestido", conforme o caso), e observado o cronograma que será definido partindo da data de outorga e adicionando mais 5 anos.

Direitos do acionista: o beneficiário fará jus ao direito de voto, direito de receber dividendos e quaisquer outros direitos inerentes à qualidade de acionista em relação às ações resultantes do exercício das opções somente após as ações terem sido transferidas ou emitidas e devidamente subscritas e pagas pelos beneficiários, sendo o preço por Ação: de R\$ 0,56 a R\$ 1,88 (já considerando o desdobramento de ações 1:80).

a) Principais objetivos do plano

Os programas de opções de compra de ações a serem implementados pelo Conselho de Administração no âmbito do Plano de Opção (conforme item 13.1) têm como objetivo incentivar a integração e alinhamento dos Beneficiários, dando-lhes a oportunidade de se tornar acionistas da Companhia, compartilhando o sucesso do atingimento de seus objetivos sociais, bem como os riscos inerentes ao mercado de capitais e ao seu negócio.

b) Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Ao possibilitar que os executivos e colaboradores da Companhia se tornem seus acionistas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a promover os interesses dos acionistas, os objetivos sociais e os planos de crescimento da Companhia, com a finalidade de maximizar seus lucros. O oferecimento de opções de compra de ações estimula os beneficiários, por meio do seu comprometimento, a buscar a valorização das ações no médio e longo-prazo. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano. Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo dos beneficiários, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

c) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Os Planos representam um mecanismo de retenção, no longo prazo, dos executivos e colaboradores da Companhia considerados estratégicos.

d) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

As outorgas de ações realizadas com base no Plano, a serem reguladas por programas de opções de compra de ações, consistem em mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores aos de nossa Companhia e de nossos acionistas em diferentes horizontes de tempo, propondo incentivos ao beneficiário para que possa zelar pelo desenvolvimento da Companhia e de suas atividades, no curto e médio prazo, em função do potencial valorização das ações adquiridas ou adquiríveis por ele.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

e) número máximo de ações abrangidas

No âmbito do Plano as opções outorgadas e as ações concedidas como incentivo não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,80% das ações ordinárias do capital subscrito e integralizado da Companhia.

f) número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito do Plano, a quantidade de opções outorgadas por meio dos programas de opções de compra de ações, a serem aprovados, está atrelada ao limite de diluição descrito no item "f" acima.

g) condições de aquisição de ações

AS condições de aquisições de ações estão atreladas a eventos de liquidez, sendo que "Evento de Liquidez" significa: (i) a alienação, pelo Outorgante para Terceiros, de Quotas que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social, total e votante, da Sociedade a Terceiros, que tenha como contrapartida o recebimento de valores em moeda corrente; e/ou (ii) o protocolo na CVM do registro de uma oferta pública inicial de ações da Sociedade na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (exceto no caso de as ações da Sociedade serem negociadas no segmento BOVESPA Mais ou BOVESPA Mais Nível 2). Para os fins deste Contrato, as seguintes operações não serão considerados Eventos de Liquidez: (a) quaisquer transferências de quotas pelo Outorgante a suas Afiliadas; ou (b) qualquer outra operação que implique em alteração do quadro acionário da Sociedade, tais como a realização de reorganizações societárias, operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou conferimento das quotas da Sociedade para outra sociedade; e (c) outorga de novas opções de compra pelo Outorgante e/ou pela Sociedade a Terceiros ou a transferências de quotas pelo Outorgante no âmbito de opções de compra por ele outorgadas.

h) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício são com base em uma estimativa do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente menos a dívida sobre a quantidade ações

i) Critérios para fixação do prazo de exercício

Será utilizado o critério temporal considerando a expectativa de valorização da empresa vis a vis a contribuição do executivo e sua retenção para fixação do prazo de exercício.

j) Forma de liquidação O Preço de Exercício será devido pelo Beneficiário ao Outorgante, à vista, em moeda corrente nacional, em momento imediatamente anterior ao Evento de Liquidez, mediante celebração dos documentos societários pertinentes, como alteração do Contrato Social da Sociedade ou dos respectivos termos de transferência, de forma que o Beneficiário possa participar do referido Evento de Liquidez junto do Outorgante, nos mesmos termos e condições, observado o disposto abaixo.

O Beneficiário e Outorgante se comprometem a negociar de boa-fé com o potencial adquirente das quotas da Sociedade em Evento de Liquidez, uma forma de viabilizar que o Beneficiário utilize os recursos decorrentes da venda de suas Quotas no âmbito do Evento de Liquidez para pagamento do respectivo Preço de Exercício ao Outorgante, o que poderá ocorrer dentre outras alternativas, por meio de depósito dos recursos em montante necessário para pagamento do Preço de Exercício em conta-garantia (escrow account) de titularidade do Beneficiário. Não obstante, caso não seja possível, o Beneficiário deverá pagar integralmente ao Outorgante o Preço de Exercício sobre as Opções exercidas e, subsequentemente, vender a totalidade das Quotas adquiridas ao Terceiro, no âmbito do Evento de Liquidez.

k) Restrições à transferência de ações

A respeito das restrições à transferência de ações, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

l) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As opções de compra conferidas pelo socio controlador e fundador Frederico Jose Humberg durante o exercício social de 2020 serão extintas quando aprovado o Plano de Ações da Companhia, conforme descrito acima no item 13.1. b. Deve-se ressaltar que as opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando-se todos os seus direitos e efeitos, quando for desenvolvido o Plano de Ações da Companhia.

m) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com as opções de 2020 poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a) desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos; (b) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos.

No caso de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário, os direitos decorrentes da Opção de Compra estender-se-ão a seus herdeiros, sucessores ou responsáveis legais, sendo que, neste caso, a Opção de Compra poderá ser exercida, observadas a seguintes disposições: (a) os Lotes Não Vestidos caducarão e não poderão ser exercidos; e (b) os Lotes Vestidos poderão ser exercidos pelo beneficiário, seus herdeiros, sucessores ou responsáveis legais no caso de ocorrência de Evento de Liquidez.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	4	2
Nº total de membros remunerados	2	1
Preço médio ponderado do exercício:	R\$1,88	R\$ 0,56
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,40%	1,2%

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	3	2
Nº total de membros remunerados	2	1
Preço médio ponderado do exercício:	R\$1,88	R\$ 0,56
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,40%	1,2%

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	0	1
Nº total de membros remunerados	0	0
Preço médio ponderado do exercício:	0	0
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	0	1
Nº total de membros remunerados	0	0
Preço médio ponderado do exercício:	0	0
Diluição potencial no caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	4	2
Nº total de membros remunerados	2	1
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	528.000	1.584.000
Data em que se tornarão exercíveis	Condicionada a um evento de liquidez ou em 10 anos por exercício de CALL ou PUT.	Condicionada a um evento de liquidez ou em 10 anos por exercício de CALL ou PUT.
Prazo máximo para exercício das opções	31/05/2024	02/05/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 1,88	R\$ 0,56
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 3,94	R\$ 3,94
Opções Exercíveis		
Quantidade	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	3	2
Nº total de membros remunerados	2	1
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	704.000	2.112.000
Data em que se tornarão exercíveis	Condicionada a um evento de liquidez ou em 10 anos por exercício de CALL ou PUT.	Condicionada a um evento de liquidez ou em 10 anos por exercício de CALL ou PUT.
Prazo máximo para exercício das opções	31/05/2024	31/05/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 1,88	R\$ 0,56
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 3,94	R\$ 3,94
Opções Exercíveis		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº total de membros remunerados	N/A	N/A
Opções exercidas	N/A	N/A
Número de Ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

Foi utilizado o modelo de precificação do *Montecarlo*, conforme item b abaixo. A expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base em 10 anos pela nossa administração em função da incerteza de evento de liquidez e em função das cláusulas de PUT Option e CALL Option, que vencem em 10 anos.

A respeito das cláusulas de Call Option temos que a partir do 10º (décimo) aniversário da celebração do contrato, o Sr. Frederico Humberg terá o direito de adquirir a totalidade e não menos que a totalidade das ações de titularidade do beneficiário ("Call Option"). As ações objeto da Call Option serão adquiridas por preço equivalente a 110% (cento e dez por cento) de seu respectivo valor patrimonial, apurado em balanço especial levantado pela Companhia com data do último dia do trimestre calendário encerrado anteriormente à data de exercício. Nenhuma controvérsia relativa ao preço de aquisição poderá ser, em qualquer hipótese, invocada com o objetivo de cancelar, impedir, suspender ou postergar os direitos e obrigações estabelecidos no instrumento. A Call Option será exercida mediante o envio de notificação pelo Sr. Frederico Humberg ao beneficiário, com cópia à Companhia, a qualquer momento após o prazo previsto acima.

Em contrapartida à Call Option, o Sr. Frederico outorga ao beneficiário o direito de, a qualquer momento após o período de 10 (dez) anos contados da data de assinatura do contrato de opção de compra de ações, alienar ao Sr. Frederico Humberg a totalidade, e não menos que a totalidade das ações de sua titularidade ao Sr. Frederico Humberg ("Put Option").

As ações objeto da Put Option serão adquiridas por preço equivalente a 90% (noventa por cento) de seu valor patrimonial, com base no balanço especial levantado pela Companhia no último dia do trimestre calendário encerrado anteriormente à data de exercício. Nenhuma controvérsia relativa ao preço de aquisição poderá ser, em qualquer hipótese, invocada com o objetivo de cancelar, impedir, suspender ou postergar os direitos e obrigações estabelecidos neste instrumento. A Put Option será exercida mediante o envio de notificação pelo beneficiário ao Sr. Frederico Humberg a qualquer momento após o prazo previsto acima.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Para a mensuração dos valores justos das opções de compra de ações na data da outorga foi adotado o método Simulação de Montecarlo, considerado o mais adequado em função das características descritas do plano de outorga de opções, valendo ressaltar que dadas as premissas e probabilidades de exercício das opções e, principalmente, o fato das cotas da Agribrasil não preverem o pagamento de dividendos, e do fato de que a adoção de métodos discretos ou contínuos pouco interferiria no cálculo dos valores justos das opções de compra de ações. Para o cálculo das volatilidades foram analisados diversos cenários entre os mais comumente utilizados em planos de opções de ações de empresas comparáveis. E sensibilizou de qualquer forma, os estudos de valor justo considerando um potencial evento de liquidez por parte do sócio controlador e o exercício da opção de compra (CALL) pelos beneficiários após o período de 10 anos, sem que necessariamente ocorra um evento de liquidez. Nenhum destes cenários se mostraram materiais tanto para a divulgação quanto para contabilização, no entanto, a Companhia efetuou as divulgações que considerou necessárias ao usuário da demonstração financeira.

	estimativa 31/12/2021	31/12/2020
Valor justo na data da mensuração	36,3	36,3
Rendimento de dividendos	N/A	N/A
Volatilidade esperada	28,6%	28,6%
Taxa de retorno livre de risco	8,8% a.a.	8,8% a.a.
Prazo de vida esperado das opções (anos)	10	10
Média ponderada do preço das ações	77,3	77,3
Modelo Utilizado	Montecarlo	Montecarlo

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo das volatilidades foram analisados diversos cenários entre os mais comumente utilizados em planos de opções de ações de empresas comparáveis.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica da opção foi levada em consideração na determinação do valor justo.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Em 31/12/2020:

Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	880.000	1%
Diretoria	11.000.000	12,5%
Conselho Fiscal	0	0

Em 31/12/2021:

Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	880.000	1%
Diretoria	11.000.000	12,5%
Conselho Fiscal	0	0

Nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	1.062.274,00	4.654,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	531.137,00	2.327,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	R\$ 1.062.274,00
Conselho de Administração	
31/12/2020	R\$ 4.654,20
Conselho Fiscal	

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Conselho de Administração	0	0	0
Diretoria	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Não se aplica, dado que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Para fins de esclarecimento, considerando que até maio de 2020, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada e era administrada por seu quotista controlador, de modo que não havia remuneração estabelecida para o administrador, que era remunerado mediante distribuição de resultado, as informações referentes à remuneração dos administradores da Companhia até o mês de maio do exercício de 2020 e nos exercícios de 2019 e 2018 foram indicadas como zero, uma vez que a Companhia não possuía tais órgãos ou semelhantes quando constituída sob a forma de sociedade limitada. Considerando o período do mês de julho de 2020 a dezembro de 2020, a remuneração dos administradores da Companhia será aprovada em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até abril de 2021.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

		Quantidade de funcionários			
Grupo	Localização Geográfica	Em 31 de dezembro de 2018	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de março de 2021
Comercial	SÃO PAULO	2	2	3	3
Operacional	SÃO PAULO	1	2	7	7
Administrativo	SÃO PAULO	4	19	9	9
Auditoria e Gestão de Riscos	SÃO PAULO	0	0	0	0
Compliance	SÃO PAULO	0	0	0	0
Total	SÃO PAULO	7	23	19	19
Comercial	MATO GROSSO	1	1	4	4
Operacional	MATO GROSSO	1	2	1	1
Administrativo	MATO GROSSO	1	8	10	10
Auditoria e Gestão de Riscos	MATO GROSSO	0	0	0	0
Compliance	MATO GROSSO	0	0	0	0
Total	MATO GROSSO	3	11	15	15
Comercial	TOTAL	3	3	7	7
Operacional	TOTAL	2	4	8	8
Administrativo	TOTAL	5	17	19	19
Auditoria e Gestão de Riscos	TOTAL	0	0	0	0
Compliance	TOTAL	0	0	0	0
Total	TOTAL	10	24	34	34

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

		Quantidade de funcionários			
Grupo	Localização Geográfica	Em 31 de dezembro de 2018	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de março de 2021
Comercial	SÃO PAULO	0	3	5	5
Operacional	SÃO PAULO	0	1	1	1
Administrativo	SÃO PAULO	4	5	10	10
Auditoria e Gestão de Riscos	SÃO PAULO	0	0	0	0
Compliance	SÃO PAULO	0	0	0	0
Total	SÃO PAULO	4	9	16	16
Comercial	MATO GROSSO	0	1	2	2
Operacional	MATO GROSSO	1	1	1	1
Administrativo	MATO GROSSO	0	0	0	0
Auditoria e Gestão de Riscos	MATO GROSSO	0	0	0	0
Compliance	MATO GROSSO	0	0	0	0
Total	MATO GROSSO	1	2	3	3
Comercial	TOTAL	0	4	7	7
Operacional	TOTAL	1	2	2	2
Administrativo	TOTAL	4	5	10	10
Auditoria e Gestão de Riscos	TOTAL	0	0	0	0
Compliance	TOTAL	0	0	0	0
Total	TOTAL	5	11	19	19

(c) índice de rotatividade

Agribrasil Consolidado					
Ano	Saldo Anterior	Admitidos	Demitidos	Saldo	Cálculo Turnover
2017	1	6	0	7	0%
2018	7	3	3	7	30%
2019	7	25	16	16	50%
Dez/20	16	26	11	31	26%

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Não aplicável, atualmente a companhia não tem política estabelecida de remuneração variável para seus empregados em geral.

Entretanto, os salários dos funcionários da Companhia são calculados de acordo com a legislação vigente e com base nas Convenções e Acordos Coletivos Sindicais com os quais mantemos relacionamentos.

(b) política de benefícios

Embora não haja política de benefícios formalmente adotada, a Companhia, com o objetivo de promover o bem-estar de nossos colaboradores colocamos a disposição de nossos os seguintes benefícios:

- plano de saúde hospitalar com abrangência nacional, estendida a seus dependentes tendo a opção entre acomodação individual ou coletiva;
- vale alimentação e/ou vale refeição;
- vale transportes;

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores.

(i) grupos de beneficiários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações

(ii) condições para o exercício

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(iii) preços de exercício

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(iv) prazos de exercício

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

Mantemos uma relação saudável com os sindicatos representativos, pautada no respeito e profissionalismo.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Acauã Sena Mahfuz						
394.729.538-32	Brasileira-SP	Não	Não	15/07/2021		
4.400.000	5,000	0	0,000	4.400.000	5,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Frederico José Humberg						
091.936.888-30	Brasileira-SP	Não	Sim	15/07/2021		
81.628.720	92,759	0	0,000	81.628.720	92,759	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Humberg Consultoria Empresarial Eireli						
27.207.720/0001-89	Brasileira-SP	Não	Não	15/07/2021		
80	0,001	0	0,000	80	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Jonatas Brito do Nascimento Souza						
030.240.715-47	Brasileira-SP	Não	Não	15/07/2021		
88.000	0,100	0	0,000	88.000	0,100	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Matheus Ferreira Roque						
403.068.298-78	Brasileira-SP	Não	Não	15/07/2021		
35.200	0,040	0	0,000	35.200	0,040	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Ney Nelson Machado de Sousa						
106.174.078-19	Brasileira-SP	Não	Não	15/07/2021		
1.056.000	1,200	0	0,000	1.056.000	1,200	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Paulo Guilherme Rache Humberg						
065.369.228-59	Brasileira-SP	Não	Não	15/07/2021		
176.000	0,200	0	0,000	176.000	0,200	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Pedro Lunardeli Salles						
345.552.128-27	Brasileira-SP	Não	Não	15/07/2021		
440.000	0,500	0	0,000	440.000	0,500	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Stephane Frappat						
701.106.101-05	Brasileira-SP	Não	Não	15/07/2021		
176.000	0,200	0	0,000	176.000	0,200	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
88.000.000	100,000	0	0,000	88.000.000	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Humberg Consultoria Empresarial Eireli				27.207.720/0001-89		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Frederico José Humberg						
091.936.888-30	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/05/2020		
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

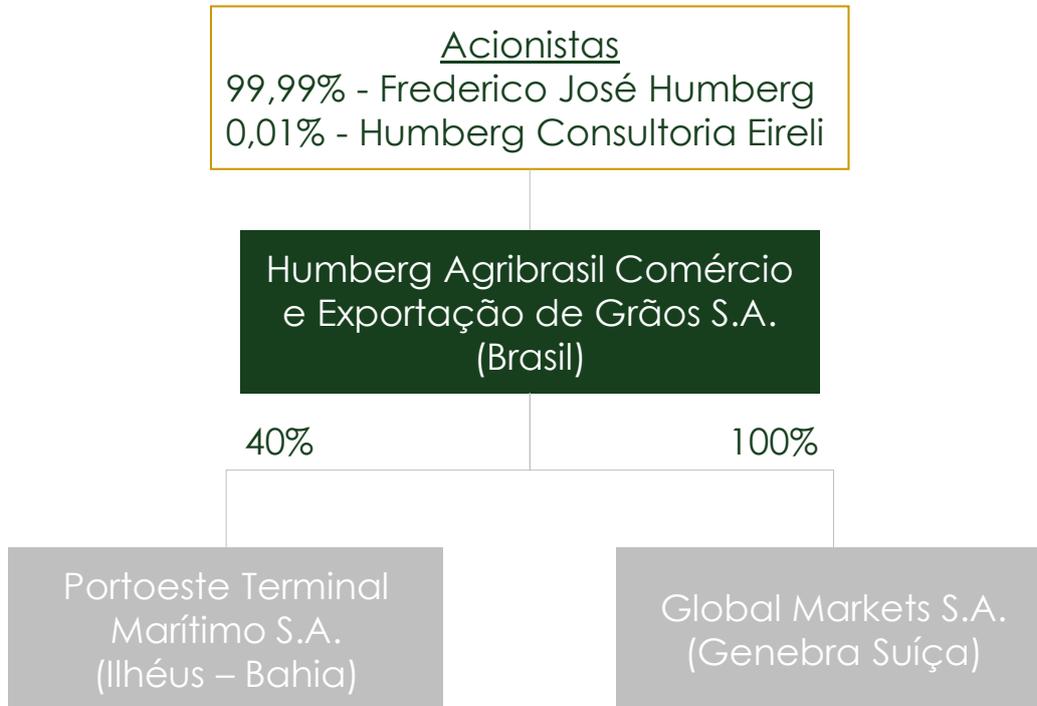
Data da última assembleia / Data da última alteração	31/07/2020
Quantidade acionistas pessoa física	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Não há acordo de acionistas vigente arquivado na sede da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Não foram observadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e entre os administradores da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, até a data deste Formulário de Referência.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Não aplicável, considerando que não ocorreram eventos societários individualmente relevantes na Companhia, suas controladas ou coligadas nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Apesar de não possuir uma política formalizada aprovada nas instâncias societárias para transações com partes relacionadas, as transações celebradas são negociadas individualmente e analisadas em comparação com as condições de mercado da região competente. Nessa linha, todas as transações executadas com partes relacionadas devem ser documentadas, incluindo seus termos principais como preço, limite de prazo, taxas de juros e os respectivos direitos e obrigações das partes, e tais termos devem ser consistentes com os prevalentes no mercado.

Além disso, quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou em que seu interesse conflite com o da Companhia.

Conforme previsto no § único do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, em seu item (xx), compete ao Conselho de Administração aprovar qualquer operação, acordo, negócio, contrato, arranjo comercial ou assunção de obrigações entre a Companhia e (a) acionistas ou partes relacionadas; (b) qualquer membro da administração da Companhia inclusive contratos de empréstimo;

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	15/03/2020	15.957.379,70	0	R\$ 15.957.379,70	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	22/03/2020	7.794.935,77	0	R\$ 7.794.935,77	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	26/03/2020	18.348.330,00	0	R\$ 18.348.330,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	14/10/2020	5.074.290,01	0	R\$ 5.074.290,01	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Compra/Venda de Milho							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	01/12/2020	24.700.317,08	R\$ 6.379.053,65	R\$ 24.700.317,08	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Compra/Venda de Milho							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	30/12/2020	2.879.907,34	R\$ 2.910.159,23	R\$ 2.879.907,34	N/A	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Milho						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	30/12/2020	127.242,54	0	R\$ 127.242,54	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Milho						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	08/04/2020	3.702.128,43	0	R\$ 3.702.128,43	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	29/01/2020	1.787.043,84	0	R\$ 1.787.043,84	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Milho						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	16/02/2020	13.463.281,84	0	R\$ 13.463.281,84	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	26/02/2020	17.528.329,00	0	R\$ 17.528.329,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	05/03/2020	5.149.202,40	0	R\$ 5.149.202,40	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	15/03/2020	6.530.974,07	0	6.530.974,07	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	08/04/2020	3.841.367,93	0	R\$ 3.841.367,93	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	10/04/2020	9.202.496,99	0	R\$ 9.202.496,99	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	12/04/2020	1.085.434,56	0	R\$ 1.085.434,56	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	09/05/2020	14.514.304,40	0	R\$ 14.514.304,40	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Compra/Venda de Soja							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	12/05/2020	8.981.624,00	0	R\$ 8.981.624,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Compra/Venda de Soja							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	03/06/2020	37.052.853,12	0	R\$ 37.052.853,12	N/A	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	22/06/2020	306.149,94	0	R\$ 306.149,94	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	04/07/2020	18.900.606,00	0	R\$ 18.900.606,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	10/07/2020	9.643.191,00	0	R\$ 9.643.191,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Milho						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	30/07/2020	9.705.354,74	0	R\$ 9.705.354,74	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	17/08/2020	8.726.649,83	0	R\$ 8.726.649,83	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Milho						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	15/04/2020	3.763.418,47	0	R\$ 3.763.418,47	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	20/04/2020	1.780.548,00	0	R\$ 1.780.548,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	25/04/2020	9.492.182,00	0	R\$ 9.492.182,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	27/04/2020	9.077.072,00	0	R\$ 9.077.072,00	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	30/04/2020	9.697.545,64	0	R\$ 9.697.545,64	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	02/05/2020	7.095.305,58	0	R\$ 7.095.305,58	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Compra/Venda de Soja							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	09/05/2020	9.097.529,33	0	R\$ 9.097.529,33	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Compra/Venda de Soja							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
N/A							
Natureza e razão para a operação							
Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	17/08/2020	62.398.219,20	0	R\$ 62.398.219,20	N/A	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Milho						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	25/08/2020	2.154.109,74	0	R\$ 2.154.109,74	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	31/08/2020	9.254.480,98	0	R\$ 9.254.480,98	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	25/09/2020	13.657.861,50	0	R\$ 13.657.861,50	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Milho						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	14/10/2020	14.720.098,50	0	R\$ 14.720.098,50	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Milho						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
AGRIBRASIL GLOBAL MARKETS S.A.	29/01/2020	15.231.233,77	0	R\$ 15.231.233,77	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra/Venda de Soja						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Realizamos a utilização de uma offshore em nosso modelo de negócio visando facilitar o recebimento dos recursos no exterior em função da grande concentração de nossos clientes estarem localizados fora do Brasil.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota medidas de controle para todas as operações com partes relacionadas, a fim de mitigar possíveis conflitos de interesses em transações com empresas ligadas. Medidas importantes como análise jurídica e tributária das operações, análise financeira e de viabilidade econômica quando aplicáveis e outras avaliações de riscos são realizadas antes de qualquer operação entre a Companhia e empresas ligadas.

A Administração da Companhia avalia antecipadamente qualquer possível operação entre as partes e aprova as operações pertinentes aos negócios e que não irão gerar nenhum conflito de interesses.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações entre partes relacionadas são realizadas em condições equivalentes àquelas praticadas no mercado e vigentes à época de cada transação, a fim de que não sejam gerados benefícios ou prejuízos à Companhia e suas coligadas.

Ainda, todas as transações com partes relacionadas celebradas pela Companhia devem ser elaboradas por escrito, especificando se as suas principais características (preços, prazos, taxas, direitos, responsabilidades etc.); e, se realizados, a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores.

Atualmente nossas operações com as partes relacionadas são majoritariamente operações de compra e venda de commodities entre a Companhia e sua subsidiária integral, Global Markets S/A, localizada na Suíça.

Essas operações de compra e venda de commodities são realizadas a preço e condições de mercado, nos mesmos termos de transações realizadas pela Companhia com partes não relacionadas, respeitando, ainda, todas as regras de preço de transferência entre Brasil e Suíça.

Dessa forma, a Companhia realiza todas as suas transações com partes relacionadas em caráter estritamente comutativo com as condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16 deste Formulário de Referência.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Autorizado				
12/04/2021	300.000.000,00	n/a	0	0	0
Tipo de capital	Capital Emitido				
31/12/2020	15.400.000,00	n/a	1.100.000	0	1.100.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
31/12/2020	15.400.000,00	n/a	1.100.000	0	1.100.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/12/2020	15.400.000,00	n/a	1.100.000	0	1.100.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/05/2020	Reunião de Sócios	31/05/2020	891,000.00	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

31/12/2020	AGE	31/12/2020	13,409,000.00	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
15/07/2021	1,100,000	0	1,100,000	88,000,000	0	88,000,000

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social desde no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Não há outras informações relevantes a respeito do capital social além das contidas nos itens 17.1 a 17.4.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O lucro líquido apurado no encerramento do exercício social, depois de deduzidas as amortizações e provisões previstas em lei, será distribuído da seguinte forma: 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido remanescente após a constituição da reserva legal para a distribuição a título do dividendo anual mínimo obrigatório, salvo deliberação diversa em Assembleia Geral, observados os termos da Lei das S.A.; e c) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício será objeto de proposta de destinação a ser apresentada pela Diretoria, nos termos do §3º do Artigo 176 da Lei das S.A., a qual será registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, devendo a Assembleia Geral deliberar sobre a aprovação ou não da proposta.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital no caso de nossa liquidação ou em situações que ensejem o direito de retirada previsto na Lei nº 6.404/76.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em Assembleia Geral podem privar os acionistas da Companhia dos direitos de (i) participar dos lucros sociais da Companhia, (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição da Companhia, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se do quadro de acionistas da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há outras informações relevantes sobre os direitos referentes às ações, que não tenham sido divulgadas ao longo deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Alienação do controle

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações ("OPA") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

A oferta pública será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Cancelamento do registro de companhia aberta

Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O laudo de avaliação referido acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do(s) acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do §1º do Artigo 8º da Lei das S.A., e conter a responsabilidade prevista no §6º do Artigo 8º da Lei das S.A.

A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração, conforme letra (k) do § Único do Artigo 16 do Estatuto Social.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações ordinárias da Companhia será oportunamente requerida junto à CVM e à B3.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

A Companhia está listada no segmento de listagem denominado BOVESPA MAIS da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia tem um período de 7 anos a partir da data de início de vigência do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS, para cumprir a exigência constante do Regulamento de Governança Corporativa do BOVESPA MAIS de percentual mínimo de ações em circulação no mercado equivalente a pelo menos 25% do total de ações de sua emissão. Esse prazo poderá ser prorrogado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a seu exclusivo critério e diante de circunstâncias de mercado que assim o justifiquem, mediante solicitação formal da Companhia devidamente fundamentada.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia havia sido realizada.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de emissão própria no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 19 do Formulário de Referência.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	09/10/2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	De acordo com a Política, as pessoas sujeitas são aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 358, inclusive a Companhia e (i) acionistas controladores da Companhia; (ii) membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia; (iii) Conselho Fiscal; (iv) membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; e (v) qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, na sua Controladora, nas suas Controladas ou Coligadas, tenha conhecimento da informação relativa a atos ou fatos relevantes.

Principais características

O objetivo da Política é esclarecer as regras que deverão ser observadas pela Companhia e pelas Pessoas Sujeitas, visando coibir e punir a utilização de Informações Privilegiadas (significa (i) fato relevante ainda não divulgado; e (ii) qualquer informação ainda não divulgada que possa vir a se tornar um fato relevante, desde que assim definida pelo Diretor de Relações com Investidores), em benefício próprio das Pessoas Sujeitas, em negociação com Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados. As disposições da Política também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações dos Valores Mobiliários (significam todos os valores mobiliários, constantes do artigo 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, de emissão da Companhia ou neles referenciados, incluindo, sem limitação, derivativos de liquidação física ou financeira).

Disponível no website da CVM e da Companhia (www.agribrazil.net.)

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Sem prejuízo das vedações a negociação de Valores Mobiliários nos períodos previstos na regulamentação aplicável, é vedada a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Sujeitas nos seguintes períodos: (a) durante o período em que tiverem conhecimento de Informações Privilegiadas ainda não divulgada ao mercado até o momento em que tal divulgação for efetivada; (b) em todos os períodos em que o Diretor de Relação com Investidores tenha determinado a proibição de negociação; (c) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia; (d) entre a data da deliberação do órgão competente para aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; (e) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou de seus controladores de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de novas ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento. É vedada a negociação com Valores Mobiliários pelos acionistas controladores, pelos administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de Ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. A vedação do item (a) também aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de Informações Privilegiadas, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados. A vedação prevista no item (a) também se aplica aos conselheiros e diretores da Companhia que se desliguem da administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.
--	---

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 20.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Data aprovação	09 de outubro de 2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Principais características	<p>A Política tem como objetivo estabelecer as regras relativas à divulgação de informações da Companhia, suas controladas e coligadas, conforme aplicável, e disciplinar os procedimentos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de informações envolvendo a Companhia, em especial Fatos Relevantes. A Política aplica-se, além da própria Companhia, às seguintes pessoas, as quais estarão obrigadas a observar as regras e diretrizes aqui estabelecidas (“Pessoas Vinculadas”): (i) acionistas controladores da Companhia; (ii) membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia, integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, membros do Conselho Fiscal da Companhia e Profissionais (<i>significa profissionais contratados da Companhia, que não sejam nem administradores, membros do Conselho Fiscal ou integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia que venham a ser criados por disposição estatutária, e que tenham acesso a Informações Sensíveis ou Informações Privilegiadas</i>); e (iii) outras pessoas indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores que tenham ou possam vir a ter acesso, permanente ou eventual, a informações privilegiadas ou informações sensíveis em virtude de (i) cargo, função ou posição na Companhia, em Acionista Controlador, Controladas ou Coligadas, incluindo os respectivos empregados, estagiários e outros colaboradores, ou (ii) relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição.</p> <p>Para os fins da Política, Fato Relevante, Informação Privilegiada, Informação Sensível e Valor Mobiliário tem o seguinte significado: Fato Relevante: Qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos Valores Mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários. A relação exemplificativa de situações que podem configurar Fato Relevante encontra-se no artigo 2º da Instrução CVM 358; Informação Privilegiada: (i) Fato Relevante ainda não divulgado; e (ii) qualquer informação ainda não divulgada que possa a vir a se tornar um Fato Relevante, desde que assim definida</p>

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

	<p>pelo Diretor de Relações com Investidores; Informação Sensível: Qualquer informação que não seja uma Informação Privilegiada e que não tenha sido tornada pública ou normalmente não seja tornada pública, relativa a negócios, operações e finanças da Companhia, suas controladas e coligadas, desde que observado que referida informação pode se tornar uma Informação Privilegiada caso seu conteúdo se afaste do padrão ou da expectativa ou seja verificado que esta passe a exibir os atributos de um Fato Relevante; Valor Mobiliário: Significam todos os valores mobiliários, constantes do artigo 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, de emissão da Companhia ou neles referenciados, incluindo, sem limitação, derivativos de liquidação física ou financeira.</p>
<p>Canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes</p>	<p>O Diretor de Relações com Investidores deverá fazer com que eventuais Fatos Relevantes sejam disponibilizados: (i) na página eletrônica da Companhia na Internet (www.agribrazil.net); (ii) no sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM; e (iii) nas páginas eletrônicas das Bolsas de Valores, conforme exigências das normas aplicáveis a tais mercados e suas respectivas normas internas. Conforme julgamento do Diretor de Relações com Investidores, a divulgação de Fato Relevante também poderá ocorrer, de forma complementar, por qualquer outro meio de comunicação.</p>
<p>Procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas</p>	<p>Até a divulgação, os acionistas controladores, membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia, Conselheiros Fiscais e Profissionais deverão guardar sigilo a respeito de toda e qualquer Informação Sensível ou Informação Privilegiada de que tenham conhecimento, bem fazer com que seus subordinados e terceiros de sua confiança também assim procedam, sob pena de responsabilidade solidária, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Fato Relevante, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de se esclarecer a referida dúvida. A juízo dos acionistas controladores e dos membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia, o Fato Relevante poderá deixar de ser divulgado, ou deixar de ser divulgada de forma imediata, para resguardar interesse legítimo da Companhia, de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro. Na hipótese, será observado o seguinte: os acionistas controladores ou membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do Fato Relevante, com as informações necessárias ao seu correto entendimento e em qualquer hipótese de manutenção do sigilo do Fato Relevante, caso a informação escape ao controle dos detentores da informação, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente para que possa tomar as providências cabíveis, conforme suas obrigações legais e estatutárias. Caso (i) ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou neles referenciados, ou (ii) a Informação Privilegiada venha a se tornar pública; o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar a sua imediata divulgação.</p>

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

	<p>O acionista controlador, dos membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia, integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas que venham a ser criados por disposição estatutária, Conselheiros Fiscais e Profissionais deverão observar e zelar pela observância dos seguintes procedimentos, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se mostrem apropriadas diante de cada situação concreta: (i) limitar a divulgação de Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes estritamente àquelas pessoas que precisem delas imprescindivelmente; (ii) não discutir Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes na presença de terceiros que delas não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa; (iii) não discutir Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iv) manter documentos de qualquer espécie referentes a Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário, arquivo fechado, ao qual tenham acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação, ou meio eletrônico protegido por senha pessoal ou outro meio criptográfico ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação; (v) circular internamente documentos que contenham Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente à pessoa do destinatário, ou por meio eletrônico protegido e restrito aos servidores internos da Companhia, ao qual tenha acesso apenas o destinatário da mensagem e seja possível rastrear e/ou restringir encaminhamentos e/ou reproduções; (vi) sem prejuízo da responsabilidade daquele que estiver transmitindo as Informações Sensíveis ou Fatos Relevantes, exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia antes da divulgação da informação ao mercado.</p>
Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	Diretor de Relações com Investidores
Locais onde a política pode ser consultada	Website da CVM e da Companhia (www.agribrazil.net.)

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.